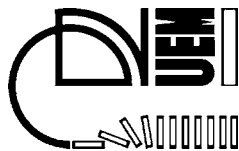


INTRODUÇÃO À PESQUISA HISTÓRICA



**EDUEM - EDITORA DA
UNIV. ESTADUAL DE MARINGÁ**

Av. Colombo, 5790 - Bloco 40
Campus Universitário
87020-900 - Maringá - Paraná
Fone: (0xx44) 3011-4103
<http://www.eduem.uem.br>
eduem@uem.br



**Associação Brasileira
das Editoras Universitárias**

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

REITOR: Prof. Dr. Mauro Luciano Baesso
VICE-REITOR: Prof. Dr. Julio César Damasceno
DIRETORA DA EDUEM: Profa. Dra. Terezinha Oliveira
EDITORA-CHEFE DA EDUEM: Profa. Dra. Gisella Maria Zanin

CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE: Profa. Dra. Terezinha Oliveira
EDITORES CIENTÍFICOS: Profa. Dra. Ana Lúcia Rodrigues
Profa. Dra. Angela Mara de Barros Lara
Profa. Dra. Analete Regina Schelbauer
Prof. Dr. Antonio Ozai da Silva
Profa. Dra. Cecília Edna Mareze da Costa
Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik
Profa. Dra. Elaine Rodrigues
Profa. Dra. Larissa Michelle Lara
Prof. Dr. Luiz Roberto Evangelista
Profa. Dra. Luzia Marta Bellini
Prof. Me. Marcelo Soncini Rodrigues
Prof. Dr. Márcio Roberto do Prado
Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo
Profa. Dra. Maria Cristlina Gomes Machado
Prof. Dr. Oswaldo Curty da Motta Lima
Prof. Dr. Raymundo de Lima
Profa. Dra. Regina Lúcia Mesti
Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias
Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes
Profa. Dra. Valéria Soares de Assis

EQUIPE TÉCNICA

FLUXO EDITORIAL Edneire Franciscon Jacob
Marinalva Spolon Almeida
Mônica Tanamati Hundzinski
Vania Cristina Scomparin
PROJETO GRÁFICO E DESIGN Luciano Wilian da Silva
Marcos Kazuyoshi Sassaka
Marcos Roberto Andreussi

MARKETING Gerson Ribeiro de Andrade

COMERCIALIZAÇÃO Paulo Bento da Silva
Solange Marly Oshima

COPYRIGHT © 2016 EDUEM

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização, por escrito, do autor. Todos os direitos reservados desta edição 2016 para a editora.

Solange Ramos de Andrade
Rivail Carvalho Rolim
(Organizadores)

Introdução à pesquisa histórica



Eduem
Maringá
2011

HISTÓRIA E CONHECIMENTO

Apoio técnico: Rosane Gomes Carpanese
Normalização e catalogação: Ivani Baptista CRB - 9/331
Revisão Gramatical: Janette Monteiro de Cnop
Produção Editorial: Carlos Alexandre Venancio
Eliane Arruda

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

161 Introdução à pesquisa histórica / Solange Ramos de Andrade, Rivail Carvalho Rolim, organizadores. – Maringá: Eduem, 2011.
132p. 21cm. (Formação de professores EAD; v. 22).

ISBN 978-85-7628-393-5

1. Pesquisa bibliográfica - História. 2. História – Metodologia da pesquisa. 3. Pesquisa histórica.

CDD 21.ed. 907.2

Copyright © 2011 para o autor

1ª reimpressão 2016 - revisada

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização, por escrito, do autor. Todos os direitos reservados desta edição 2011 para Eduem.



Eduem - Editora da Universidade Estadual de Maringá

Av. Colombo, 5790 - Bloco 40 - Campus Universitário

87020-900 - Maringá - Paraná

Fone: (0xx44) 3011-4103

<http://www.eduem.uem.br> / eduem@uem.br

Sumário

Sobre os autores	> 07
Apresentação da coleção	> 09
Apresentação do livro	> 11
Capítulo 1 A pesquisa da História e os documentos <i>Ailton José Morelli</i>	> 13
Capítulo 2 A pesquisa bibliográfica em História <i>Vanda Fortuna Serafim</i>	> 23
Capítulo 3 A análise dos clássicos em/da História <i>Terezinha Oliveira / Claudinei Magno Magre Mendes</i>	> 31
Capítulo 4 Da realidade à representação: uma introdução à pesquisa sobre as relações entre Cinema e História <i>Alexandre Busko Valim</i>	> 41
Capítulo 5 História e Literatura <i>Cláudio DeNipoti / Marília Mezzomo Rodrigues</i>	> 53



Capítulo 6
A arte de fazer mesas e textos de história > **65**
Gilmar Arruda

Capítulo 7
O uso do jornal como fonte de pesquisa > **77**
Rivail Carvalho Rolim / Juçara Zanoni do Nascimento

Capítulo 8
História oral e memória > **89**
Ailton José Morelli

Capítulo 9
A fotografia e a pesquisa histórica > **99**
Solange Ramos de Andrade / Jorge Luiz Dias Pinto

Capítulo 10
As fontes produzidas pelo aparato repressivo da Ditadura Militar > **111**
Reginaldo Benedito Dias

Capítulo 11
Como fazer um artigo científico em História > **123**
Vanda Fortuna Serafim



Sobre os autores

AILTON JOSÉ MORELLI

Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2010). Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual de Maringá, docente do curso de Graduação em História.

ALEXANDRE BUSKO VALIM

Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2006). Pós-Doutorado pela School of Journalism and Communication da Carleton University em Ottawa, ON, Canadá. Docente do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, nos cursos de Graduação de Cinema e de História, e no Programa de Pós-Graduação de História.

CLAUDINEI MAGNO MAGRE MENDES

Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1996). Professor do curso de Graduação em História e do curso de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

CLÁUDIO DENIPOTI

Doutorado em História (1998) pela Universidade Federal do Paraná. Pós-Doutorado junto à Cátedra Jaime Cortesão, da Universidade de São Paulo (2009-2010). Professor associado da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

GILMAR ARRUDA

Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2, Doutorado em História pela Faculdade de Ciências e Letras de Assis (1997). Professor do curso de Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em História da Universidade Estadual de Londrina - UEL. Pós-Doutoramento na UFPR (2008/2009), em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

JORGE LUIZ DIAS PINTO

Graduação em História pela Universidade Estadual de Maringá (2006). Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá (2010). Tem experiência na área de História, com ênfase em História das Religiões e Religiosidades. Atua principalmente nos seguintes temas: manifestações culturais, festa popular e folia de reis.



JUÇARA ZANONI DO NASCIMENTO

Mestrado em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Especialista em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística.

MARÍLIA MEZZOMO RODRIGUES

Graduação em História (UFPR, 1991). Especialização em História e Cidade (UFPR, 1992). Mestrado em História (UFPR, 1997). Doutorado em História (UFSC, 2009). Pesquisa os seguintes temas: história, ciência, medicina, educação, literatura.

REGINALDO BENEDITO DIAS

Doutorado em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004). Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual de Maringá, docente do curso de Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em História (PPH-UEM).

RIVAIL CARVALHO ROLIM

Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2004). Pós-Doutorado na Universidade de Barcelona, em Sociologia Jurídica e Criminologia (2010). Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual de Maringá, membro do Programa de Mestrado em História (UEM) e do Mestrado Profissionalizante de Políticas Públicas (UEM).

SOLANGE RAMOS DE ANDRADE

Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação Araucária. Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000). Atualmente é professora associada da Universidade Estadual de Maringá, docente do curso de Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em História (PPH-UEM).

TEREZINHA OLIVEIRA

Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq. Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1997). Pós-Doutorado em História e Filosofia da Educação, na Faculdade de Educação da USP (2005). Atualmente é professora associada da Universidade Estadual de Maringá.

VANDA FORTUNA SERAFIM

Graduação em História (2007), Especialização em História das Religiões e Mestrado em História (2010) pela Universidade Estadual de Maringá. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A

Apresentação da Coleção

A coleção História e Conhecimento é composta de 42 títulos, que serão utilizados como material didático pelos alunos matriculados no Curso de Licenciatura em História, Modalidade a Distância, da Universidade Estadual de Maringá, no âmbito do sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que está sob a responsabilidade da Diretoria de Educação a Distância (DED) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES).

A utilização desta coleção pode se estender às demais instituições de Ensino Superior que integram a UAB, fato que tornará ainda mais relevante o seu papel na formação de docentes e pesquisadores, não só em História mas também em outras áreas na Educação a Distância, em todo o território nacional. A produção dos 42 livros, a qual ficou sob a responsabilidade da Universidade Estadual de Maringá, teve 38 títulos a cargo do Departamento de História (DHI); 2 do Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP); 1 do Departamento de Fundamentos da Educação (DFE); e 1 do Departamento de Letras (DLE).

O início do ano de 2009 marcou o começo do processo de organização, produção e publicação desta coleção, cuja conclusão está prevista para 2012, seguindo o cronograma de recursos e os trâmites gerais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Num primeiro momento, serão impressos 294 exemplares de cada livro para atender à demanda de material didático dos que ingressaram no Curso de Graduação em História a Distância, da UEM, no âmbito da UAB.

O traço teórico geral que perpassa cada um dos livros desta coleção é o compromisso com uma reconstrução aberta, despreconceituosa e responsável do passado. A diversidade e a riqueza dos acontecimentos da História fazem com que essa reconstrução não seja capaz de legar previsões e regras fixas e absolutas para o futuro. No entanto, durante a recriação do passado, ao historiador é dado muitas vezes descobrir avisos, intuições e conselhos valorosos para que não se repitam os erros de outrora.

No transcorrer da leitura desta coleção percebemos que os livros refletem várias matrizes interpretativas da História, oportunizando ao aluno o contato com um inestimável universo teórico, extremamente valioso para a formação da sua identidade intelectual. A qualidade e a seriedade da construção do universo de conhecimento desta coleção pode ser tributada ao empenho mais direto por parte de cerca de 30 organizadores e autores, que se dedicaram em pesquisas institucionais ou até mesmo



em dissertações de mestrado ou em teses de doutorado nas áreas específicas dos livros que se propuseram a produzir.

Esta coleção traz um conhecimento que certamente marcará positivamente a formação de novos professores de História, historiadores e cientistas em geral, por meio da Educação a Distância, o qual foi fruto do empenho de pesquisadores que viveram circunstâncias, recursos, oportunidades e concepções diferentes, temporal e espacialmente.

Como corolário disso, seria justo iniciar os agradecimentos citando todos aqueles que não poderiam ser nominados nos limites de uma apresentação como esta. Rogamos que se sintam agradecidos todos aqueles que direta, indireta ou mesmo longinquamente, quiçá os mais distantes ainda, contribuíram para a elaboração deste rico rol de livros.

Além do agradecimento, registramos também o reconhecimento pelo papel da Reitoria da UEM e de suas Pró-Reitorias, que têm contribuído não apenas para o êxito desta coleção mas também para o de toda a estrutura da Educação a Distância da qual ela faz parte.

Agradecemos especialmente aos professores do Departamento de História do Centro de Ciências Humanas da UEM pelo zelo, pela presteza e pela atenção com que têm se dedicado, inclusive modificando suas rotinas de trabalho para tornar possível a maioria dos livros desta coleção.

Agradecemos à Diretoria de Educação a Distância (DED) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), e ao Ministério da Educação (MEC) como um todo, especialmente pela gestão dos recursos e pelo empenho nas tramitações para a realização deste trabalho.

Outrossim, agradecemos particularmente à Equipe do NEAD-UEM: Pró-Reitoria de Ensino, Coordenação Pedagógica e equipe técnica.

Despedimo-nos atenciosamente, desejando a todos uma boa e prazerosa leitura.

Moacir José da Silva
Organizador da coleção

A

Apresentação do livro

Este volume, intitulado **Introdução à Pesquisa Histórica**, tem como objetivo apresentar ao aluno de graduação em História os principais aspectos teórico-metodológicos da pesquisa em História. Vários são os objetos de análise do historiador, como também várias são as possibilidades de análise documental. Na escolha dos autores e das temáticas, tivemos a preocupação de reunir estudiosos que apresentam experiências com os mais variados tipos de fontes históricas e de conhecer como procederam suas análises. Composto por 11 capítulos, neste livro o aluno encontra ferramentas de análise úteis para a sua formação enquanto historiador.

O professor Ailton José Morelli apresenta dois capítulos: no primeiro trata do processo da pesquisa histórica e de seus referenciais teóricos, e no segundo analisa as relações entre a História Oral e a memória na pesquisa. A professora Vanda Fortuna Serafim também apresenta dois capítulos: no primeiro analisa os aspectos que caracterizam uma pesquisa bibliográfica, e no segundo, as normas que compõem a redação de um artigo científico em História. A professora Terezinha Oliveira e o professor Claudinei Magno Magre Mendes abordam a importância dos estudos das obras clássicas, tanto como fontes documentais quanto como bibliografia obrigatória. O professor Alexandre Busko Valim considera as relações entre o Cinema e a História e suas possibilidades para se pensar a história do tempo presente. O professor Gilmar Arruda aponta as possibilidades de uso de mapas na pesquisa histórica. Os professores Cláudio DeNipoti e Marília Mezzomo Rodrigues abordam as relações entre História e Literatura. O professor Rivail Carvalho Rolim e a professora Juçara Zanoni do Nascimento apresentam uma análise sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa. A professora Solange Ramos de Andrade e o professor Jorge Luiz Dias Pinto ponderam sobre a fonte imagética e sua utilização pelo historiador. O professor Reginaldo Benedito Dias analisa as fontes produzidas pela Ditadura Militar e as possibilidades de abordagem dessa temática.

Enfim, cada um dos capítulos que compõe este volume procurou instrumentalizar o estudante quanto ao uso de documentos e de materiais bibliográficos para desenvolver pesquisas em História e para redigir textos científicos, aprofundando sua compreensão sobre a História como campo do conhecimento.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Rivail Carvalho Rolim
Solange Ramos de Andrade
Organizadores



A pesquisa da História e os documentos

Ailton José Morelli

INTRODUÇÃO

A ideia de desenvolver uma pesquisa historiográfica assusta, num primeiro momento. As dificuldades para desenvolver uma discussão bibliográfica e o tratamento documental criam uma espécie de barreira quase intransponível para o profissional e para os alunos. O objetivo deste texto é mostrar que não é bem assim. Trata-se de práticas, como em todas as áreas, que possuem desde ações simples até as mais complexas.

O trabalho com documentos permite entendermos a prática da produção historiográfica, o papel dos historiadores na preservação patrimonial, a valorização das mais diferentes práticas humanas e a importância do registro e dos órgãos especializados em preservação da memória, como os centros de documentação, os centros de memória, os museus, os arquivos e as bibliotecas.

É importante deixar claro que em qualquer cidade podemos desenvolver pesquisas em História. E atualmente, com a ampliação de acesso a redes como a internet, e com a disponibilização de acervos, as pesquisas não estão limitadas aos estudos regionais ou locais. Porém, as pesquisas locais são de extrema importância para o desenvolvimento historiográfico brasileiro, por vários motivos. Entre eles, a historiografia produzida, principalmente no meio acadêmico, até recentemente estava restrita aos grandes centros, conduzindo os recortes aos arquivos também nos grandes centros. A ideia de usar fontes documentais que poderiam gerar análises mais amplas contribuía com esse direcionamento das pesquisas para o estudo desses próprios centros. Mas a hora de dirigir as pesquisas para outros focos, outras regiões, outros documentos, chegou há algum tempo.

Os documentos, para a História, não possuem uma característica especial que os marquem como diferentes dos outros documentos. Essa ideia de documento histórico, uma herança importante do positivismo, tende a induzir a pessoa menos avisada a um grave erro, o de considerar que a carta de um presidente merece toda a atenção, enquanto as poesias produzidas pelos alunos das primeiras séries de uma escola não possuem importância histórica. A busca de fatos históricos, de documentos históricos,



de personagens históricos, nos últimos cem anos, tem recebido duras críticas. Defende-se que a História estuda as ações humanas no espaço e no tempo, como afirmava Marc Bloch (2001); enfim, todas as implicações da relação humana com o universo. Os documentos, então, deixam de possuir uma hierarquia. Nossos antepassados privilegiavam os documentos escritos oficiais em detrimento de todos os outros; hoje, consideramos como documento para a História toda informação sobre as ações humanas diretas ou indiretas registradas em algum tipo de suporte (LOPEZ, 2005). Assim, o universo é nosso campo de estudo, e tudo que existe em algum suporte é uma possível fonte para pesquisa.

DISCUSSÕES HISTORIOGRÁFICAS E AS FONTES HISTÓRICAS

Os debates na historiografia mundial, na segunda metade do século XX, ampliaram os horizontes das pesquisas, seguindo o projeto de uma 'história total', o que exigiu o empenho dos historiadores no enfrentamento de metodologias que permitissem tratar as fontes de tal forma que o mundo passasse a ser o seu campo de estudo. Os novos objetos para a História, assim, não possuíam mais limites. Esse ímpeto está claro nos discursos de historiadores como Jaques Le Goff e Pierre Nora, na abertura da obra *Faire de l'histoire: Nouveaux problèmes*, de 1974:

No momento atual, o domínio da história não encontra limites e sua expansão se opera segundo linhas ou zonas de penetração que deixam entre elas terrenos já cansados ou ainda baldios [...] (LE GOFF; NORA, 1988, p. 11).

O percurso das mudanças na produção historiográfica durante o século XX, brilhantemente difundido com o signo de *La nouvelle histoire* pela produção francesa, atinge, em meados da década de 1960, uma força e um fôlego que justificariam as afirmações de Le Goff e Nora. Exemplo dessa consolidação pode ser encontrado no Colóquio da Escola Normal Superior de Saint-Cloud, em 1965, com o tema *A História Social: problemas, fontes e métodos*.

É importante esclarecer que esse processo de forma alguma ficou restrito aos pesquisadores franceses, uma vez que em vários países ocorreram debates, novas pesquisas e mudanças na produção teórica e historiográfica.

A produção inglesa desse período, com Hobsbawm, Carr e Thompsom desenvolveu uma ampliação conceitual na crítica ao determinismo econômico, muito clara nas análises do desenvolvimento do capitalismo. Na ideia da história vista por baixo, enfoca os estudos de grupos sociais antes relegados ao esquecimento.

As mudanças profundas promovidas na historiografia afetaram diretamente, para o historiador, a definição de documento e as formas de tratamento das fontes. Le Goff define essas mudanças como uma verdadeira 'revolução documental':

[...] por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem (LE GOFF, 1995, p. 28-29).

A historiografia brasileira participa, não passivamente, desse processo. A produção de Sérgio Buarque de Holanda é exemplo desse esforço conceitual e metodológico nos estudos da História do Brasil e, em particular, de São Paulo¹. Nas palavras de Laima Mesgravis,

Sérgio Buarque de Holanda foi pioneiro ao ressaltar a importância dos fatores demográficos na economia e sociedade paulistas, não como estudioso da questão, mas como estimulador da curiosidade e de questionamentos por parte dos pesquisadores das décadas que se seguiram a 1960 (MESGRAVIS, 1988, p. 97).

Mesgravis também se manifesta, a respeito:

A preocupação indagadora, a valorização da pesquisa empírica – tão necessária em um país que ainda não conhece aspectos elementares da sua história –, a formulação de hipóteses novas exerceram poderosa influência entre seus discípulos [...] (MESGRAVIS, 1988, p. 98).

A influência sobre a qual Mesgravis comenta está presente na própria pesquisa sobre a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (MESGRAVIS, 1976). Apesar de ser uma temática incomum para a época, a autora buscou discutir, no terreno da História, a assistência social no Brasil, analisando uma das principais instituições assistenciais, o que se tornou referência para diversos trabalhos posteriores, na mesma área.

Assim, o historiador sentiu-se liberado para novos enfrentamentos. Como discutido no livro *Introdução aos estudos históricos* (PRIORI, 2010), essas mudanças, que acompanharam todo o século passado e continuaram no nosso, aumentaram as exigências no cuidado com as fontes e nas delimitações da pesquisa, entre outras.

OS DOCUMENTOS COMO FONTES HISTÓRICAS

A ampliação do uso de possíveis documentos para uma pesquisa pode causar confusão nos primeiros momentos, e mesmo no decorrer dela. Assim, um documento para a produção historiográfica pode ser todo e qualquer tipo de informação contida em algum tipo de suporte: uma carta em uma folha de papel, uma música em uma fita magnética, uma imagem em um negativo ou em papel fotográfico, ou informações no papel (como um jornal, um panfleto, um livro etc.). Ainda temos como documentos os contidos em

¹ Sobre a importância de Sérgio Buarque de Holanda na construção da historiografia brasileira, SÉRGIO, 1988; DIAS, 1985 e CANDIDO, 1998 são alguns exemplos.



tecnologias audiovisuais, os informatizados, os documentos virtuais. Podem ser documentos mais fixos, como casas, monumentos, túmulos, chegando mesmo às paisagens.

Os documentos usados nas pesquisas como fonte histórica, com raríssimas exceções, não foram produzidos com a intenção de servir para pesquisas históricas. Mesmo parecendo uma afirmação óbvia, ela exige alguns comentários. Em seu texto *História e arquivo: interfaces*, André P. A. Lopez (2005), considera essa questão e aprofunda a análise dos documentos de arquivos. Os documentos necessitam de um tratamento específico para se buscar compreender seu processo de produção e, dessa forma, seu contexto. Entendendo o documento em seu contexto, portanto dentro de um conjunto documental, é que o historiador prepara suas fontes para desenvolver a pesquisa.

Mais uma vez: os documentos não são produzidos para o historiador. Então, para quê eles foram produzidos? Essa é a primeira pergunta de uma série que precisamos fazer aos documentos. Em seguida vêm as demais: Quem produziu? Quando? Como foi produzido? Para quem? Qual o motivo? Sempre foi produzido dessa forma? Por que não foi destruído? – Essas perguntas podem ser respondidas por pessoas que conhecem a documentação e que podem auxiliar, e nos próprios documentos, em que encontramos parte ou todas as respostas. E, assim, encontramos uma parte do fazer historiográfico: o trabalho do historiador e, principalmente, o tipo de atividades que podemos desenvolver com nossos alunos para eles aprenderem o que é a produção de História, a importância dos documentos, de sua preservação, e qual a relação que documentos ‘velhos’ têm com sua vida.

As respostas a essas perguntas e o levantamento dos primeiros dados dos documentos possibilitam os primeiros passos na pesquisa. Nessa fase o historiador entra em contato com as evidências do fenômeno que está analisando, o que permite a formulação ou reformulação da problemática da pesquisa. Esse exercício com as fontes é o próprio laboratório de nossa área, e é assim que nossos alunos conseguem aprender o princípio da historicidade, as relações ente os acontecimentos e os registros deles, a prática de perseguir as pistas e os indícios que ficaram do passado, como diz Ginzburg (1990).

Nos outros capítulos deste livro e em outras leituras deste curso várias fontes são tratadas. É claro que o pesquisador pode usar fontes diferentes, relacionando-as, cruzando os dados ou mesmo usando as fontes para questões de partes específicas da pesquisa. Também podemos usar um conjunto documental como principal fonte para a pesquisa, focando o discurso específico da imprensa nos periódicos, o trabalho de um fotógrafo, o cotidiano de um grupo em processos-crimes, e arquivos de nossos alunos em seus álbuns de família.

Começar na árdua e prazerosa tarefa de produção historiográfica tende a levar-nos aos grandes temas. Temos uma enorme influência positivista em nossa formação, misturada

com o senso comum, também de tradição positivista. Os livros didáticos ainda tendem a confirmar essa ideia de uma história dos 'grandes' fatos históricos, de personagens 'importantes', períodos de séculos e áreas extensas, como por exemplo a pesquisa sobre a escravidão no Brasil, nos séculos XVII e XVIII, proposta que permite o desenvolvimento de pesquisas por vários anos, por um ou mais grupos. Pesquisar algo 'menor' não parece ser digno ou importante. Eis um grande obstáculo que precisamos superar.

É preciso lembrar que, com todas as mudanças, fruto dos esforços, confrontos e doação de parte da vida dos historiadores do século passado, uma questão que brotou e é muito cara para a historiografia, de forma geral, é a relação entre as pesquisas. O ideal de produzir uma história total só é possível pela reflexão de inúmeras pesquisas que aprofundem as problemáticas, que confrontem as teorias e grandes sínteses explicativas com as evidências da história local.

Estudar a história em minha cidade não é mais ou menos importante que estudar problemáticas na Europa medieval. O importante é a forma como a problemática é analisada, o tratamento dedicado às fontes, a relação com a bibliografia pertinente e o trabalho intelectual relacionando cada parte na produção historiográfica.

O acesso aos documentos que poderão formar a base documental de nossa pesquisa foi ampliado consideravelmente com a disponibilização de documentos nos meios digitais. Desde *cd-rom* até o acesso online, o desenvolvimento tecnológico vem contribuindo com a possibilidade de desenvolvermos pesquisas as mais diversas e de divulgar nossa produção e interagir com outros pesquisadores. Porém, os recursos tecnológicos não facilitam nem promovem os passos necessários para se desenvolver uma pesquisa. Por isso, o trabalho de iniciação à pesquisa é básico para aprendermos cada parte e para sabermos como usar as fontes históricas.

O processo de elaboração do projeto de pesquisa normalmente começa por um tema. A definição do tema inicia por um assunto mais geral e pelas suas delimitações. Lembrando que o historiador pesquisa as ações humanas no tempo e no espaço, esses são os primeiros recortes do assunto. Juntamente define-se a pergunta que queremos responder dentro desse assunto em um determinado período e numa região definida. Em seguida definimos quem contará a história, ou seja, se queremos analisar a versão das mulheres precisamos de uma fonte que guardou a posição das mulheres; serão outras, no entanto, se queremos a posição das crianças, dos trabalhadores, dos políticos, dos escravos ou dos patrões. Assim, definimos o projeto: tema (assunto e recortes espacial e temporal), objetivo (nosso problema, ou seja, a pergunta que queremos responder), a fonte (o conjunto documental, os documentos que possuem indícios para analisarmos nossa problemática) e a bibliografia (toda base de informação que auxilie na pesquisa: livros, revistas etc.).



Lembramos que os documentos não foram produzidos para o historiador; quer dizer, é preciso encontrar onde os documentos podem estar armazenados. As instituições voltadas à organização, manutenção e disponibilização de documentos mais conhecidas são: biblioteca, arquivo (público ou privado), museu e centro de documentação ou centro de memória. Cada um possui suas especificidades.

ARQUIVO – 1 Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Ver também fundo. 2 Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso (1) a documentos (DICIONÁRIO, 2005, p. 27).

MUSEU – O museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e que apresenta as seguintes características: I - o trabalho permanente com o patrimônio cultural, em suas diversas manifestações; II - a presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade, com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer; III - a utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social; IV - a vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações; V - a democratização do acesso, uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana; VI - a constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural, sejam eles físicos ou virtuais. Sendo assim, são considerados museus, independentemente de sua denominação, as instituições ou processos museológicos que apresentem as características acima indicadas e cumpram as funções museológicas (MUSEU, 2010, p. 14).

Os **Centros de Documentação** extrapolam o universo documental das Bibliotecas, embora possam conter material bibliográfico (que será sempre e unicamente aquele relacionado à temática na qual o Centro é especializado), e aproximam-se do perfil dos arquivos, na medida em que recolhem originais ou reproduções de conjuntos arquivísticos (TESSITORE, 2003, p. 15).

Juntamente com as bibliotecas, essas são as principais instituições de apoio à pesquisa. Nelas é esperado encontrar a documentação minimamente organizada, permitindo a contextualização da documentação definida para a pesquisa. É importante lembrar que podemos encontrar, nas cidades, arquivos em diferentes órgãos. Os arquivos podem ser das igrejas, dos sindicatos, das escolas, dos órgãos públicos (prefeitura, câmara de vereadores, fórum, delegacias etc.), das associações patronais (comercial, industrial, rural), entre outros, inclusive os arquivos pessoais.

Os museus são mais raros nas cidades mais distantes dos grandes centros, assim como os centros de documentação ou de memória. Isso não quer dizer que não existam. Por exemplo, nas cidades de Londrina e Maringá encontramos vários deles e, mais recentemente em Santo Inácio. Os centros de documentação e memória também não são ainda comuns e, portanto, precisam ser identificados em cada cidade. Algumas

instituições ou pessoas possuem coleções que nem sempre chegam ao público mais amplo. As pesquisas muitas vezes conseguem ser ampliadas e atingir seus objetivos com essas coleções que são mais difíceis de encontrar.

O mundo da pesquisa histórica é bastante amplo, e a prática de disponibilizar informações sobre fontes é uma prática rica e cada dia mais efetiva. Com os avanços tecnológicos encontramos materiais e informações mais facilmente, o que, em alguns casos, seria impossível de conseguir sem investimentos volumosos.

RESUMINDO

Para encerrar, é necessário ressaltar a importância de se trabalhar os documentos enquanto conjunto, objetivando encontrar seu contexto de produção e buscando compreender o discurso próprio do momento em que foram produzidos.

Uma revista pode trazer um artigo relacionado com um tema em análise. Porém, além da informação contida no artigo é preciso conhecer esse veículo. Que revista é essa? Qual a sua circulação? Como o tema em análise foi tratado nessa revista, em um determinado período? Quais os temas relacionados? Por exemplo, se estou pesquisando uma greve, é importante saber como a revista em que encontrei o artigo específico trata temas como desemprego, sindicatos, movimentos sociais, direitos trabalhistas etc. Conhecer a revista em seu conjunto é fundamental para analisar *o quê e como* a revista trata do tema que analiso. Outros aspectos auxiliam na constituição do contexto do documento: onde a revista publicou a matéria? Na capa e na parte principal? Matéria longa ou curta? Para tanto, preciso de vários números, inclusive para ler seu editorial, buscando vínculos dela com as questões que envolvem o tema.

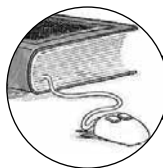
Esse procedimento é aplicado em praticamente todos os tipos de documentos, cada um com sua especificidade. Trabalhando com fotografias é necessário ter claro que a foto, como qualquer documento, não é um discurso neutro: passa pela subjetividade do fotógrafo, congela um instante de ações ou de paisagens e, novamente, existe a necessidade de um conjunto para analisar a relação desses diversos instantes de uma questão abordada. Uma foto de uma greve pode servir para pensarmos questões da pesquisa; porém, quase nada além disso. A necessidade do conjunto para identificar as características dos grevistas, da relação com as outras pessoas em torno, envolvidas ou não, suas roupas, suas expressões podem levar a entender o que o fotógrafo buscava com essas fotos. Com a disseminação do uso das máquinas digitais, embora seu uso seja recente, não é difícil encontrar acervos fotográficos nas instituições e nos acervos particulares. Os alunos, em geral, possuem os próprios acervos, os quais são importantíssimos de serem trabalhados e arquivados (principalmente produzindo cópias), pois os arquivos pessoais são os mais suscetíveis de desaparecerem.



Um conjunto de documentos fotográficos, principalmente em suporte de papel (mas pode ser digital também), permite um exercício na análise dos documentos, a descrição. Nesse momento, todo cuidado é necessário para usarmos nosso conhecimento no processo de descrever o que se encontra no documento sem, no entanto, atribuir coisas que não estão explicitamente nele. Exemplo: olhando a imagem de uma pessoa com um saco sobre a cabeça, defino: homem carregando uma saca de café. Pode ser de qualquer coisa... Como sei que é de café? Existe alguma indicação na foto que confirme o produto que está sendo carregado? Outro perigo: a legenda diz que é café. Quem fez a legenda? Foi o fotógrafo? A legenda de uma imagem em um jornal ou no livro didático constitui outro tipo de material para realizarmos nossas pesquisas históricas, principalmente com nossos alunos. É preciso analisar como os autores e editores utilizaram a imagem para confirmar uma ideia, que nem sempre está diretamente ligada à imagem.

Deve estar claro, até o momento, que o exercício com os documentos fundamenta-se em nossas capacidades de questionar, de descrever e de relacionar. Definindo nossa fonte histórica, os documentos administrativos da escola, da igreja, do sindicato, os documentos pessoais ou periódicos (jornais e revistas), aplicamos perguntas como as aqui sugeridas para entender seu conjunto, seu contexto. Juntamente com o processo de contextualizar o conjunto documental iniciamos a descrição, verificando o tipo de informação que a fonte escolhida fornece. De posse desses dados, relacionamo-los com a bibliografia existente. Trata-se de um processo quase contínuo; afinal, cada parte aqui indicada não acontece em um único momento, mas essas partes continuam até chegarmos ao produto final de nossa pesquisa.

E é a partir do documento que produzimos História.



Referências

BLOCH, Marc. **Apologia da História**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CANDIDO, Antonio (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda: História**. São Paulo: Ática, 1985.

DICIONÁRIO brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em: 23 out. 2016.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 143-179.

LE GOFF, Jacques (Org.). **A História nova**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1988.

LOPEZ, André Porto A. História e arquivo. In MORELLI, Ailton J. (Org.). **Introdução ao estudo de História**. Maringá: Eduem, 2005. p. 21-34.

MESGRAVIS, Laima. **A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599? - 1884)**. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1976.

MESGRAVIS, Laima. Aspectos da sociedade paulista no século XIX na visão de Sérgio Buarque de Holanda. In: **SÉRGIO Buarque de Holanda: vida e obra**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura. Arquivo do Estado. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros, 1988. p. 95-98.

MUSEU. [S.l.]: Instituto Brasileiro de Museus, [2010?]. Disponível em: <<http://www.ibram.gov.br>>. Acesso em: 23 out. 2016.

PRIORI, Angelo (Org.). **Introdução aos estudos históricos**. Maringá: Eduem, 2010.

SÉRGIO Buarque de Holanda: vida e obra. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura. Arquivo do Estado. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado. Imprensa Oficial, 2003. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp/texto_pdf_18_Como%20implantar%20centros%20de%20documentacao.pdf>. Acesso em: 23 out. 2016.



A pesquisa bibliográfica em História

Vanda Fortuna Serafim

A pesquisa bibliográfica é prática comum a todos os estudantes e pesquisadores, e deve ser entendida como um momento de aprendizagem e amadurecimento, intelectual e acadêmico. Meu objetivo é apresentar ao estudante de História os passos principais para realizar uma pesquisa bibliográfica.

É comum que o estudante se questione por onde começar uma pesquisa bibliográfica. Um pressuposto básico para iniciar é estabelecer quais são seus objetivos. Nesse sentido, é preciso se ter clareza sobre o tema e sua delimitação. Você não precisa nem deve se propor a estudar a história da humanidade: temas abrangentes demais estão fora de questão!

Estabeleça um tema e dê a ele um recorte espacial e cronológico viável, ou seja, que lhe sejam dadas condições de desenvolvê-lo. Propostas ambiciosas demais tendem a deixar a desejar. Já uma proposta simples e lúcida tende a ser plenamente desenvolvida, e, em alguns casos, pode sobressair-se e aprofundar a problemática inicial, demonstrando habilidade e competência por parte do pesquisador.

Mas como saber se o tema proposto é coerente e viável, temporal e espacialmente? Por mais que a pesquisa em História seja um exercício de solidão, o aluno não deve, de forma alguma, abrir mão do diálogo com o orientador ou professor da disciplina. Experiência é a chave que responde a essa questão.

Estabelecido o tema, a pesquisa bibliográfica será uma etapa fundamental em todo trabalho científico, que influenciará todas as etapas de uma pesquisa à medida que estabelecer o embasamento teórico do trabalho. Consiste, dessa forma, em levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa (AMARAL, 2007).

É imprescindível, como observa João J. F. Amaral, antes de todo e qualquer trabalho científico, fazer-se uma pesquisa bibliográfica exaustiva sobre o tema em questão, e não começar a coleta de dados para depois fazer a revisão de literatura, como algumas vezes se observa em alguns profissionais de saúde e acadêmicos no início de formação científica. Essa pesquisa bibliográfica tem os seguintes objetivos: fazer um histórico



sobre o tema; atualizar-se sobre o tema escolhido; encontrar respostas aos problemas formulados; levantar contradições sobre o tema; e evitar repetição de trabalhos.

Para Luna (1997), a revisão de literatura em um trabalho de pesquisa pode ser realizada com os seguintes objetivos:

- 1) determinação do 'estado da arte': o estudante deve procurar mostrar, por meio da bibliografia já publicada, o estado atual dos estudos sobre a temática, quais as lacunas existentes e onde se encontram os principais entraves teóricos ou metodológicos;
- 2) revisão teórica: o estudante deve inserir o problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórica para explicá-lo. Isso acontece geralmente quando o problema em estudo é gerado por uma teoria, ou quando não é gerado ou explicado por uma teoria particular, mas por várias;
- 3) revisão empírica: o estudante deve procurar explicar como o problema tem sido pesquisado do ponto de vista metodológico, procurando responder: Quais as metodologias normalmente empregadas no estudo desse problema? Que fatores vêm afetando os resultados? Que abordagens têm sido feitas para explicá-los ou controlá-los? Que procedimentos vêm sendo empregados para analisar os resultados? Há relatos de manutenção e generalização dos resultados obtidos? Do que elas dependem?
- 4) revisão histórica: talvez seja a mais importante para o estudante em início de pesquisa. Nela se busca recuperar a evolução de um conceito, um tema, uma abordagem ou de outros aspectos, fazendo a inserção dessa evolução dentro de um quadro teórico de referência que explique os fatores determinantes e as implicações das mudanças.

Sobre o porquê de se elaborar uma revisão bibliográfica, José D'Assunção Barros (2005) explica que, em primeiro lugar, ninguém inicia uma reflexão científica ou acadêmica a partir do 'ponto 0'. Ou seja, você precisa justificar a importância histórica de seu tema e buscar legitimá-lo por meio de outros autores que demonstrem sua viabilidade.

Em segundo lugar, sempre que o pesquisador estiver definindo um tema deve realizar um levantamento exploratório da bibliografia existente. Mesmo que seu tema seja original ou pioneiro, sempre haverá recortes aproximados, o que significa que sempre vai existir um estudo anterior que o ajude a pensar a temática que pretenda desenvolver. Por exemplo, suponhamos que você se proponha a estudar a história da fundação do primeiro colégio estadual em Maringá - PR. Pode ser que não encontre um estudo específico sobre sua proposta, mas provavelmente encontrará estudos sobre outros colégios, em outras cidades, em outros estados e em outras temporalidades históricas. Tais estudos servirão para embasar seu estudo e para ajudar a problematizá-lo.

Outro ponto importante é que ao realizar uma pesquisa bibliográfica você não precisa se deter exclusivamente nas produções historiográficas. Você pode dialogar com as mais diversas áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Antropologia, a Educação, a Geografia, a Psicologia, entre tantas outras. Mas nunca se esqueça de que a pesquisa a ser desenvolvida situa-se na área da História; portanto, não se devem desconsiderar as divergências teóricas e metodológicas.

Em terceiro lugar, segundo Barros (2005) a revisão bibliográfica serve para enunciar alguns dos interlocutores com os quais você travará o diálogo historiográfico e científico. Isso não significa, de forma alguma, que deva optar apenas por autores que desenvolvam ideias em consonância com a sua proposta. Perceber como alguns pesquisadores pensaram determinada temática historicamente e no que convergem e divergem com o seu olhar é algo que irá enriquecer sua argumentação e fortalecer seu exercício intelectual.

Como observa Barros (2005), a revisão bibliográfica também serve para evitar a repetição de trabalhos já realizados ou para acrescentar muito pouco ao conhecimento científico. Enfim, ela visa contribuir para aperfeiçoar uma proposta temática inicial.

Quanto aos livros que devem ser incluídos na revisão bibliográfica, Barros (2005) alerta que a tarefa não consiste em listar todos os livros que forem importantes para seu tema, pois isso poderá ser feito ao final do projeto de pesquisa ou no artigo, num item chamado 'bibliografia' ou 'referências bibliográficas'. O que se pede na revisão ou discussão bibliográfica são comentários críticos sobre alguns itens da bibliografia existente que você considera particularmente importantes, seja para neles se apoiar ou para criticá-los. Não é possível comentar toda a bibliografia importante para o seu trabalho, pois isso produziria dispersão em relação aos verdadeiros objetivos que devem ser pontuados (BARROS, 2005).

As obras a serem discutidas na revisão ou discussão bibliográfica devem ser reduzidas, prudentemente, às mais valiosas para investigação e delimitação do problema. (BARROS, 2005). Trata-se de pontuar o seu posicionamento em relação ao atual estado da questão a ser estudada, além de mostrar que está a par da bibliografia existente (BARROS, 2005).

Um equívoco bastante recorrente entre os alunos de graduação é acreditarem que a discussão bibliográfica consiste num 'amontoado' de fichamentos. Por exemplo, um aluno se propõe a fazer uma discussão bibliográfica sobre as religiões africanas na Bahia do século XIX. Após fazer um levantamento bibliográfico sobre a temática, opta por desenvolver a discussão a partir de cinco autores: Nina Rodrigues, Artur Ramos, Edison Carneiro, Roger Bastide e Pierre Verger. Até aqui, nenhum problema. O cerne do problema reside em, na hora de redigir a discussão bibliográfica, colocar 'resumões'



do que esses autores desenvolvem, um abaixo do outro, sucessivamente, ou seja, inicia com um resumo do que argumentou Nina Rodrigues, seguido por um resumo da discussão de Artur Ramos, até chegar em Pierre Verger.

A discussão bibliográfica, ao contrário, deve visar encontrar pontos comuns e divergentes entre esses autores; em que seu raciocínio, seu método, sua abordagem e suas opções teóricas se aproximam ou se afastam. Considerando que falam de diferentes momentos históricos, o que um autor acrescenta em relação ao outro? E o que se mantém na argumentação de todos eles?

Uma sugestão, para dar mais qualidade e consistência acadêmica à discussão que se pretende fazer, é realizar esquemas de estudo sobre cada autor. Em uma ficha, que pode ser feita à mão ou no computador, procure esquematizar o nome do autor, o título da obra, a data da sua primeira publicação, as principais temáticas abordadas, as problemáticas levantadas e qual o raciocínio adotado pelo autor para desenvolver sua proposta. Ao possuir um esquema de cada autor você poderá visualizar, de forma clara e panorâmica, no que eles convergem e no que divergem entre si.

Quanto à escolha de autores e obras a serem trabalhados, Barros (2005) orienta que devem constar tanto os clássicos quanto as obras recentes, para se denotar familiaridade com o tema. Nem sempre, a depender da temática trabalhada, você encontrará respaldo em livros científicos. Nesses casos, e não apenas nesses, pode-se recorrer a artigos de periódicos especializados (jornais e revistas), além de dissertações e teses (BARROS, 2005).

Atualmente, com o advento da internet, esse tipo de pesquisa tornou-se muito mais acessível. Há vários meios de 'busca' que facilitam o levantamento bibliográfico. Você pode consultar *sites* de diversas bibliotecas por meio de itens-chave, como autor, título e assunto, a fim de verificar o material existente sobre o assunto abordado.

Há também revistas eletrônicas cuja credibilidade acadêmica pode ser verificada no Portal de Periódicos da Capes. Muitos programas de pós-graduação também disponibilizam, em seus *sites*, dissertações e teses do programa para *download*.

Essas facilidades, no entanto, podem se tornar problemáticas se o estudante não filtrar o conteúdo encontrado. Um problema significativo é o uso feito, por exemplo, das informações contidas na *Wikipédia*, em trabalhos que se pretendem científicos. Ela mesma se apresenta como 'uma enciclopédia escrita em colaboração pelos seus leitores' e 'que permite a qualquer pessoa, inclusive a você, melhorar de imediato qualquer artigo clicando em editar no *menu* superior de cada página', ou seja, qualquer pessoa pode editar qualquer página da *Wikipédia*, e sem a necessidade de se registrar. Embora o *website* se defenda dizendo que 'por ser aberta aos contributos de todos, muitos podem pensar que a *Wikipédia* é algo de qualidade inferior', e pregue que 'uma comunidade aberta a todos há de incluir muita gente culta; rapidamente um

estudante universitário, um professor, alguém mais erudito virá corrigir imprecisões ou acrescentar algo relevante', é preciso desconfiar.

A firma está correta ao dizer que um professor ou alguém mais erudito poderá corrigir imprecisões e acrescentar informações relevantes, mas seria ingenuidade demais o jovem pesquisador partir desse tipo de esperança. O próprio estudante em início de pesquisa, que faz seu primeiro contato com um determinado tema, não possui condições de determinar se as informações ali presentes são ou não dotadas de credibilidade; então, embora possa haver informações relevantes, por via das dúvidas é melhor não arriscar. A crítica não vale apenas ao *site* aqui apresentado, pois existem inúmeros outros com o mesmo formato. Em caso de dúvidas, ainda vale a opção de consultar o orientador ou o professor da disciplina.

Outro agravante recorrente nas pesquisas é o plágio. Como existem quantidades incalculáveis de informações sendo veiculadas por meio da *internet*, pode parecer cômodo ao estudante se apropriar de algum artigo e apresentar como seu o estudo científico de outro. Há também o plágio não intencional, no qual o estudante apresenta a ideia de outro autor e se esquece de citá-lo e de incluí-lo nas referências bibliográficas. Intencional ou não, o plágio sempre deve ser evitado.

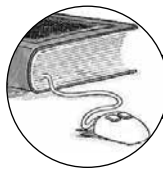
Passo agora a uma questão de alta relevância na revisão ou na pesquisa bibliográfica. Trata-se da confusão frequente entre bibliografia e fonte histórica. Segundo Barros (2005), a fonte histórica é aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema. É o material através do qual o historiador analisa ou examina uma sociedade humana no tempo. A fonte pode preencher uma de duas questões:

- ou ela é o meio de acesso àqueles fatos históricos que o historiador deve reconstruir e interpretar (fonte histórica = informações sobre o passado),
- ou ela mesma é o próprio fato histórico (testemunho ou discurso de uma época).

Já a bibliografia constitui o conjunto daquelas outras obras com as quais dialogamos, seja pra nelas nos apoiarmos ou buscarmos contrastes. Elas não são as obras que funcionam como material direto para o estudo do tema; são obras escritas por autores que refletiram sobre o mesmo tema que tomamos para o estudo ou que contêm desenvolvimentos teóricos importantes para o nosso trabalho (BARROS, 2005).

Por fim, meu objetivo foi apresentar ao estudante de História os passos principais para realizar uma pesquisa bibliográfica. Seguem algumas atividades para auxiliar no exercício efetivo da pesquisa bibliográfica.





Referências

AMARAL, João J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza: Ufc, 2007.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis: Vozes, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: Educ, 1997.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da Ufsc, 2001.



Fontes e referenciais para o aprofundamento temático

Escolha três textos curtos (podem ser capítulos de livros ou artigos científicos) que tratem da mesma temática, que pode ser definida segundo sua preferência. Faça a leitura dos textos e depois elabore a seguinte ficha sobre cada um deles:

1. Nome do autor.
2. Título da obra, texto ou capítulo de livro.
3. Data da primeira publicação da obra, texto ou capítulo de livro.
4. Principais temáticas abordadas.
5. Problemáticas levantadas.
6. Raciocínio adotado pelo autor para desenvolver sua proposta.

Feito isto, rediga um texto entre 50 e 60 linhas com uma discussão bibliográfica sobre a temática escolhida e sobre os autores elencados. O texto deve possuir introdução, desenvolvimento e conclusão.

A análise dos clássicos em/da História

Terezinha Oliveira / Claudinei Magno Magre Mendes

Para abordarmos o tema ‘análise dos autores clássicos em/da História’ precisamos, antes de tudo, tratar de algumas questões que norteiam nosso texto. É necessário, primeiramente, analisar o conceito de clássico: o que torna um texto ou um autor um clássico? Evidentemente, não se trata de uma questão fácil de responder. Muitos foram os que tentaram responder a essa questão nos diferentes campos do conhecimento, como nos da História e da Literatura. Neste último, podemos destacar Ítalo Calvino (1993) e Harold Bloom (2001). Em sua tentativa de caracterizar um clássico, Calvino arrolou 14 ‘propostas de definição’. Entre elas, afirmou que

os clássicos são aqueles livros que chegam até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram (ou mais simplesmente na linguagem ou nos costumes) (CALVINO, 1993, p. 11).

Entretanto, no final do artigo asseverou que deveria reescrevê-lo para que não se pensasse que os clássicos tinham um caráter utilitarista e, portanto, que deveriam ser lidos porque ‘serviam’ para alguma coisa. Concluiu afirmando que a única razão para se ler os clássicos é que era melhor do que não lê-los.

Também Bloom rejeitou a ideia de que a leitura dos clássicos possua um caráter utilitarista. Para ele, o prazer da leitura é pessoal, e não social.

Não se consegue melhorar – diretamente – as condições de vida de alguém apenas tornando-se um leitor mais competente. Sou cético com relação à expectativa tradicional de que o bem-estar social possa ser promovido a partir do aumento da capacidade de imaginação das pessoas, e desconfio de qualquer argumentação que associe o prazer da leitura solitária ao bem público (BLOOM, 2001, p. 18).

Prosseguiu o autor assinalando que um dos seus princípios para o resgate da literatura é não tentar melhorar o caráter do vizinho, nem da vizinhança, pelo que lemos e como o fazemos. Concluiu: ‘O auto-aperfeiçoamento é projeto suficientemente grandioso para ocupar a mente e o espírito’.



Ainda que esses dois grandes estudiosos da literatura tenham assinalado a dificuldade para se definir um clássico e as razões para serem lidos, trataremos, a seguir, de dois temas que julgamos essenciais para a formação do historiador: buscar entender o que leva um historiador ou um livro de história a ser considerado um clássico e sugerir uma série de questões que devem nortear sua leitura e análise.

DEFINIÇÃO DE CLÁSSICO EM HISTÓRIA

Em uma determinada época, nos diferentes campos do conhecimento e da arte, surgem autores que se destacam dentre os seus contemporâneos e permanecem como uma referência para as gerações seguintes. É verdade que algumas vezes o reconhecimento do autor não acontece em vida, mas é a partir de um dado momento que se torna naquilo que se denomina 'um clássico'. A questão que se coloca para nós são as razões que levam determinados autores a serem considerados 'clássicos' enquanto outros, não. Assim, durante o Renascimento existiram muitos pintores, mas apenas alguns, dentre eles Leonardo da Vinci, se perpetuaram, e ainda hoje fazem parte do que denominamos 'cultura do mundo ocidental'. Poderíamos dizer o mesmo de Aristóteles para a Antiguidade, Tomás de Aquino para o Medievo, e assim por diante. A questão é: por que alguns autores são lembrados e outros acabaram esquecidos ou ficaram em segundo plano? Acreditamos, em primeiro lugar, que os autores que se tornaram clássicos são aqueles que souberam captar as questões da sua época e as responderam com mais profundidade do que seus contemporâneos. Como bem observou o historiador francês Lucien Febvre (1878-1956), história é o '[...] que responde a questão que o homem de hoje necessariamente formula' (apud MOTA, 1992, p. 181). Seguindo esse raciocínio, poderíamos acrescentar que o historiador se torna um clássico por ter sabido fazer as perguntas corretas no seu tempo e por ter respondido com mais propriedade do que seus contemporâneos. No século XVIII, por exemplo, a crítica ao mercantilismo foi feita por muitos autores. Entretanto, somente Adam Smith soube fazê-la profundamente e, ao mesmo tempo, soube expor os princípios do liberalismo como nenhum outro. Daí a razão de ter-se constituído um clássico, deixando em segundo plano os demais críticos do mercantilismo e os partidários da liberdade de produção e comércio.

Mas um autor não se torna um clássico apenas por essas qualidades, ou seja, por ter captado com profundidade as exigências de sua época. Ele se torna um clássico também por se converter em uma referência para as gerações seguintes. Nesse sentido, sua obra extrapola o seu tempo, e os homens das épocas vindouras encontram nela um estímulo e sugestões para refletirem sobre as novas questões que lhe foram propostas. Assim, por que ler um historiador do século XIX, por exemplo François Guizot (1787-1874), historiador e político francês, senão pelo fato de que sua leitura

nos sugere modos de se tratar a história? Evidentemente, não pretendemos fazer ou sugerir que se faça uma história semelhante àquela que ele fazia. Mas a obra de Guizot é suficientemente rica para nos indicar caminhos para uma reflexão acerca da história no século XXI. Assim, se a leitura de historiadores pertencentes a épocas passadas é importante, isso se deve ao fato de que ainda têm algo a nos dizer e ensinar.

A LEITURA DOS CLÁSSICOS DA HISTÓRIA

A leitura dos clássicos da historiografia deve, portanto, fazer parte da formação do estudante de História. O historiador, ou seja, aquele que estuda as diferentes maneiras de os homens viverem e pensarem ao longo do tempo deve, necessariamente, conhecer como os homens de outras épocas pensaram a história. Isso lhe permite adquirir a noção de relatividade, já que os homens conceberam a história e sua finalidade de diferentes maneiras ao longo do tempo. Ressaltamos que grafamos história de duas maneiras; quando história aparecer com h minúsculo significa o processo histórico; quando História aparecer com h maiúsculo significa o conhecimento histórico, a ciência histórica. O grego Políbios (c.203 a.C.-120 a. C.) concebia-a como a 'escola prática dos negócios públicos', e o romano Cícero (106 a.C.-43 a.C.) a chamava de 'escola da vida'. Guizot, que fez da História um instrumento de luta política, observava que, se a história esclarecia a política, esta, por seu turno, prestava àquela, muito mais ainda, esse mesmo serviço (GUIZOT, 1857, p. vi). Algo parecido pensavam Ranke e Mommsen, historiadores alemães do século XIX, para quem a história era 'a mãe e a mestra da política'.

Essa noção de relatividade somente pode ser adquirida, portanto, caso consideremos que os historiadores do passado conceberam a história de dada maneira em função das questões de sua época. A consequência disso é que não se pode julgar esses historiadores, supondo-os certos ou errados, em função dos nossos valores. É preciso entender que fizeram uma história adequada à sua época e, por conseguinte, segundo os valores então vigentes. Guizot, por exemplo, no Prefácio da segunda edição dos seus *Essais sur l'histoire de France*, observou que, entre 1820 e 1823, quando escreveu seus primeiros textos de história, a França estava dividida em dois grandes partidos, que representavam, um, a antiga França, os interesses dessa nação em época anterior a 1789, e outro, a nova França, como a revolução a havia feito. Ele se associou então aos partidários da revolução. Havia percebido que a questão que então se apresentava aos franceses era uma luta política entre o passado e o futuro, daí escrever uma história que se colocava francamente favorável à construção de uma nova nação.

Como podemos perceber, o historiador, como qualquer outro indivíduo, não vive acima ou fora da história. Ele próprio é produto da história. Isso significa que sofre suas injunções da mesma maneira que os demais indivíduos e categorias sociais. Por



isso, desde a sua concepção de história, a escolha do tema ou temas, o papel que ela desempenha na sociedade, dentre outros aspectos, não são arbitrários ou fruto de escolhas individuais, mas questões historicamente determinadas. Em virtude disso, devemos considerar determinado historiador em relação à sua época e não segundo um modelo por nós estabelecido. Assim, devemos levar em consideração que o historiador é, ele próprio, um fato histórico, ou seja, é criação, em última análise, da própria história. Pode-se mesmo afirmar que não existe História fora da história. Como bem observou Gomes (2000, p. 24), o conhecimento histórico é uma produção datada.

Todavia, ainda que cada época proporcione uma ou mais formas de se conceber a história, todas elas relativas às questões desse momento histórico, o processo de substituição de uma forma por outra não é automático. Ao contrário, de modo geral cada nova geração de historiadores, própria de uma dada época, para se impor precisa fazer a crítica da história então praticada, e que é a forma dominante. Trava-se, então, uma luta entre as novas e as antigas formas de se fazer história. Geralmente as novas gerações fazem uma crítica das anteriores, exagerando nas tinturas do quadro que pinta da historiografia então dominante. Independentemente disso, no entanto, o fato é que a nova geração de historiadores acaba se impondo, principalmente porque a maior parte da sociedade acaba se identificando com ela, já que escreve uma história própria dos novos tempos.

Mas, advirta-se: se o historiador é um ser histórico, isto é, fruto da história, isso não significa que seja, necessariamente, um agente passivo dela. Compreender-se como ser histórico e reconhecer esse fato é o primeiro passo para se tornar um agente reflexivo. Desse modo é que se dispõe de instrumentos que permitem viver a história de maneira consciente, e não para ser simplesmente conduzido por ela. A primeira coisa que se deve levar em conta é que o modo de ser e comportar dos homens de uma época não é algo natural, próprio do homem, mas diz respeito à maneira como a sociedade está organizada, aos valores e às crenças de dada época. Assim, se em determinada época os homens aceitaram naturalmente que existia uma diferença entre eles, que tornava uns os nobres, superiores aos demais (os servos), isso deve ser explicado pelas condições gerais da sociedade em que viviam. A maneira como ela estava organizada é que os levou a pensarem dessa maneira. Considerada essa diferença pelos olhos de hoje, isso parece um absurdo. Mas, para aquela época, não era. Para ela, o absurdo seria considerar todos os homens iguais. No século XVII, o bispo e teólogo francês Jean-Béguine Bossuet (1627-1704) foi um dos principais elaboradores da teoria do absolutismo político, baseada na ideia de que o governo era divino e que os reis recebiam seu poder de Deus. Em 1679 escreveu *A Política tirada da Sagrada Escritura*, publicada postumamente em 1709, na qual defendia essa doutrina. Escreveu ainda um

Discurso sobre a história universal (1681), no qual examinou a história a partir dessa perspectiva. Nos dias que correm, quando votamos em nossos governantes a doutrina e a concepção de história de Bossuet podem parecer inconcebíveis, mas foi com elas que os homens viveram durante muito tempo.

Assim, a leitura de autores que se distinguiram ao longo da história, ao fornecer a ideia de relatividade, enseja ao historiador a compreensão de que a História foi concebida de diferentes maneiras, e que a elaborada em sua época não é superior às praticadas nos tempos passados. É verdade que muitos autores acreditam que, pelo fato de o historiador dispor, nos dias de hoje, de modernos instrumentos metodológicos e de procedimentos de pesquisa, fazemos uma história superior à dos historiadores de outras épocas, que não dispuseram deles. Entretanto, essa é uma maneira, como muitas outras, de se conceber a história, própria de nossa época. Isso apenas nos diz como compreendemos a história, e não que ela seja a verdadeira maneira de se fazer História. Todavia, ainda que cada época tenha um modo determinado de conceber a História, isso não significa que os historiadores de outras épocas não tenham chegado a determinadas constatações que podem ser úteis em nosso ofício de historiador. Vejamos algumas dessas constatações.

O PESO DO PASSADO

Uma das questões que o historiador deve considerar é o peso do passado. Com efeito, uma sociedade não se livra do passado facilmente, mesmo quando ocorre uma revolução. Existem certos traços ou aspectos da história de um país que permanecem por um longo período, por mais que os homens se esforcem para romper com eles. É o que destacou Marx, observando que o passado oprime os homens:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos (1977, p. 203).

Guizot já havia feito essa observação, chamando a atenção para o fato de que, quando os povos viveram durante muito tempo e gloriosamente,

[...] seja lá o que façam, não poderiam romper com seu passado; eles sofrem sua influência no próprio momento em que se empenham em destruí-lo; no meio de suas mais brilhantes transformações eles permanecem no essencial de seu caráter e de seu destino tais como os fez sua história (1857, p. iv-v).

Assim, a história não altera seu rumo repentinamente. Muitas vezes a mudança que ocorre na sociedade depende de processos que duram décadas ou mesmo séculos. Alexis de Tocqueville (1982), escritor político e homem público do século XIX, autor



de um estudo sobre a Revolução Francesa, julgou necessário acompanhar o processo histórico ao longo de aproximadamente oito séculos para compreender as razões dessa revolução. Somente um período tão longo lhe permitiu perceber as mudanças que ocorreram na sociedade francesa, principalmente na posição da nobreza. Somente essa perspectiva de longa duração lhe permitiu perceber que a nobreza paulatinamente foi perdendo sua função social, e foi substituída, geralmente, na administração da sociedade, por funcionários do rei, até se converter em uma classe parasitária, sem nenhum papel para a existência da sociedade.

COMPREENSÃO DA HISTÓRIA

Anteriormente, observamos que o fato de a história se processar independentemente da vontade dos homens e o de que existem muitas determinações que fazem com que caminhe numa dada direção sem que os homens possam mudar seu curso, não significa que os homens a vivam, necessariamente, de maneira passiva, como assinalou Febvre, que defendia uma história que *compreende e faz compreender*.

Assim eles [historiadores] atuarão sobre sua época. Assim farão com que seus contemporâneos e seus concidadãos possam compreender melhor os dramas dos quais vão ser, dos quais já são, ao mesmo tempo, os atores e espectadores. Assim trarão os mais ricos elementos de solução aos problemas que perturbam os homens de seu tempo (apud MOTA, 1992, p. 182).

Os homens podem compreender, ao menos parcialmente, o processo histórico. Talvez essa seja a grande vantagem do historiador diante dos demais membros da sociedade. Com efeito, todas as atividades humanas são fruto da história. As artes, as ciências; enfim, como bem destacou Burckhardt, toda manifestação espiritual, seja em que campo for, possui um aspecto histórico (1961, p. 14). Entretanto, nenhum desses campos do saber oferece, diretamente, o conhecimento histórico dele. Assim, aquele que estuda Direito, por exemplo, precisa de uma História do Direito para conhecer como, em outras épocas, os homens tiveram uma concepção de Direito distinta daquela que se possui atualmente, para, assim, poder estudar essas diferentes concepções, relacionando-as com as condições gerais em que os homens viviam à época em que elas predominavam.

Mas, se hoje podemos compreender o processo histórico em que vivemos, evidentemente nem todas as épocas possibilitaram isso aos homens. Em muitas épocas, os homens fizeram história – e os próprios historiadores não podiam fugir desses condicionamentos – sem compreenderem a história que faziam. Durante o século XVIII, principalmente na sua segunda metade, os franceses haviam dividido em duas categorias as suas instituições: as naturais e as artificiais. Consideravam as instituições de origem feudal como instituições artificiais, fruto da força e do erro, e contra elas lutavam. Por outro lado, desejavam estabelecer instituições que estivessem adequadas

a uma suposta natureza humana, existente desde sempre. Essas instituições seriam as instituições de natureza burguesa. Tal era a maneira como os intelectuais franceses do século XVIII, os iluministas, compreendiam sua época. Assim, o processo de transformação da sociedade, de feudal para capitalista, era concebido como um processo de substituição de instituições artificiais por instituições naturais. Não é casual, por exemplo, que nessa época tenham surgido tantos escritos relativos à origem da sociedade mostrando que, no início, os homens haviam nascido livres e iguais e que, posteriormente, haviam contraído determinadas relações baseadas nessas condições. Como a sociedade do Antigo Regime não estava fundada na liberdade e na igualdade, então ela era uma sociedade artificial, imposta pela força. Daí a razão por que, na Revolução Francesa, se adotou o lema 'Liberdade, igualdade e fraternidade', ou seja, o estabelecimento de uma sociedade fundada na natureza do homem.

Nossa época, por seu turno, oferece a possibilidade de nos entendermos como seres históricos, e por isso permite aos historiadores uma compreensão histórica da sua atividade. Entretanto, é importante que se ressalte que, ainda que nossa época permita essa possibilidade, ela não constitui uma imposição ou uma condicionante que obrigue aos homens um determinado comportamento ou modo de pensar. Ao contrário, a sociedade é diversa e, por conseguinte, produz tanto a possibilidade de os homens agirem de modo consciente, sabendo-se produtos da história, como a possibilidade de os homens não se conceberem dessa maneira. Geralmente, nesses casos, reivindicam uma autonomia dos homens que resulta em tornarem-nos agentes inconscientes da própria história.

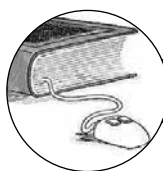
Cabe fazer ao menos dois alertas. Primeiro: nem todo historiador pode usufruir dessa condição. Para tanto deve, em primeiro lugar e antes de qualquer coisa, reconhecer-se como um ser histórico e não um portador da verdade ou alguém que seja levado por 'modismos'. Utilizamos o termo 'modismos' entre aspas pelo fato de não considerarmos, de fato, um modismo as diferentes tendências da história. Em nossa opinião, os denominados 'modismos' em história são apenas uma adesão a determinadas tendências da historiografia sem uma compreensão histórica do seu significado. Em outras palavras, significa aderir a determinadas tendências da historiografia sem levar em conta as implicações de semelhante adesão. Segundo: comumente encontramos uma explicação histórica para a emergência de determinadas tendências historiográficas, mas, muitas vezes, trata-se antes de uma defesa de uma determinada tendência diante das demais do que propriamente uma compreensão histórica sua. Geralmente, quando surge uma nova geração de historiadores, que busca impor sua maneira de pensar a história, ela combate a concepção dominante, criticando-a. Não é casual, por exemplo, que Febvre tenha dado ao seu livro o título *Combates pela história* (1952). Nele ocupa-se, fundamentalmente, de fazer a crítica à história política de caráter positivista. No entanto,



muitas vezes, ao fazer a crítica da historiografia dominante, a nova geração pinta-a de forma caricatural e apresentando-se como uma forma superior de fazer História. Em função disso, o historiador, na apreciação das diferentes escolas ou maneiras de conceber a História, deve procurar ir além da opinião dos seus antecessores. Acima de tudo, deve buscar compreender as razões e o contexto que conduziram os autores de outro tempo e outra escola a fazerem a história da forma que a construíram.

CONCLUSÃO

Ao longo do texto procuramos destacar a necessidade de o estudante de História buscar, em sua formação, ler os autores clássicos da História. Isso lhe permite perceber que a História que se pratica em sua época é uma maneira de concebê-la em razão das questões que se colocam aos homens do presente. Atualmente, há um grande interesse pelas histórias ambiental, de gênero, das religiões, da vida privada, da cultura, etc. evidentemente em razão das preocupações que o presente suscita. No entanto, para se formar como um 'verdadeiro' historiador o estudante deve, além de conhecer as tendências da História no presente, estudar, em linhas gerais, as maneiras como os homens do passado conceberam a História. Esse conhecimento lhe permitirá perceber as ações e práticas humanas de forma mais aberta ou, como afirmamos no início, em relação ao próprio tempo. Essa abertura será possível, também, mediante a leitura dos autores clássicos. Assim, ao longo do curso o estudante de História terá oportunidade de conhecer alguns dos grandes historiadores do passado, e somente assim adquirirá um conhecimento histórico da ciência da História.



Referências

BLOOM, H. **O cânone ocidental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

BLOOM, H. **Como e porque ler**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BURCKHARDT, J. **Reflexões sobre a História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Unesp, 1997.

CALVINO, I. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

GOMES, A. M. de C. A reflexão teórico-metodológica dos historiadores brasileiros: contribuições para pensar a nossa História. In: GUAZZELLI, C. A. B. et AL. (Org.). **Questões de teoria e metodologia da História**. Porto Alegre: Ufrgs, 2000.

GUIZOT, F. **Essais sur l'histoire de France**. 2. ed. Paris: Didier, 1857.

MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1977. v. iii.

MOTA, C. G. (Org.). **Lucien Febvre**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

POLÍBIOS. **História**. Seleção, tradução, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília, DF: UnB, 1985.

TOCQUEVILLE, A. de. **O antigo regime e a revolução**. 2. ed. Brasília, DF: UnB, 1982.



Fontes e referenciais para o aprofundamento temático

Políbios, historiador nascido aproximadamente em 203 a. C., na cidade de Megalópolis, no Peloponeso (Grécia), e morto em 120 a. C., autor de um livro intitulado **História**, escreveu:

‘Se os historiadores anteriores a mim tivessem sido omissos no elogio da História, talvez me fosse necessário recomendar a todos os leitores a preferência para seu estudo e uma acolhida favorável aos tratados como este, pois nenhum outro corretivo é mais eficaz para os homens que o conhecimento do passado. Entretanto, não somente alguns, mas todos os historiadores, e não de maneira dúbia, mas fazendo dessa idéia o princípio e o fim de seu labor, procuraram convencer-nos de que a educação e o exercício mais sadios para uma vida política ativa estão no estudo da História, e que o mais seguro e na realidade o único método de aprender a suportar altivamente as vicissitudes da sorte é recordar as calamidades alheias. Evidentemente, portanto, ninguém – e eu menos que qualquer outro – julgar-se-ia atualmente obrigado a repetir conceitos já expressos tão bem e com tanta freqüência. Com efeito, a própria singularidade dos eventos escolhidos por mim para meu tema será suficiente para desafiar e incitar a totalidade dos leitores, sejam eles jovens ou idosos, a conhecer a minha história pragmática. Pois quem seria tão inútil ou indolente a ponto de não desejar saber como e sob que espécie de constituição os romanos conseguiram em menos de cinquenta e três anos submeter quase todo o mundo habitado ao seu governo exclusivo – fato nunca antes ocorrido? Ou, em outras palavras, quem seria tão apaixonadamente devotado a outros espetáculos ou estudos a ponto de considerar qualquer outro objetivo mais importante que a aquisição desse conhecimento?’ (POLÍBIOS, 1985, p. 41).

Comente esse trecho, considerando que Políbios caracteriza sua história como pragmática.



4

Da realidade à representação: uma introdução à pesquisa sobre as relações entre Cinema e História

Alexandre Busko Valim

O Cinema como fonte de História tem sido, como apontam diversos especialistas, objeto de exaltada acolhida não apenas entre os historiadores mas também entre os cineastas, sociólogos, antropólogos etc. Qual poderia ser a razão? Segundo Michele Lagny, isso se dá primeiro pela correspondência entre a imagem animada e a realidade; segundo, pelo efeito da imagem sobre a memória (LAGNY, 2009, p. 99). Se na academia essa relação vem sendo discutida há pelo menos 60 anos (KRACAUER, 1988), entre cineastas esse diálogo também não é recente. Desde, pelo menos, a década de 1910, D.W. Griffith e Sergei Eiseinstein, dentre muitos outros, dedicaram parte significativa de suas obras escrita e fílmica a desanuviar esse debate. Assim, o cinema se tornou uma fonte importante para a história nas últimas décadas, o que tornou mais evidente a afinidade entre Cinema e História, hoje amplamente considerada.

Atualmente, os interessados nessa relação não têm dificuldade em identificar os problemas, comuns até pouco tempo, oriundos da pouca, e algumas vezes nenhuma, comunicação entre os estudos de teoria de cinema, de crítica cinematográfica e de história do cinema. Bons trabalhos sobre Cinema no campo das Ciências Humanas invariavelmente se situam na interseção dessas três áreas. A novidade, agora, não é mais considerar os estudos de cinema uma atividade multidisciplinar – embora alguns ainda hoje desprezem ingenuamente essa perspectiva – mas pensá-lo a partir de uma renovação das pesquisas em História. A efervescência a que Lagny se referiu diz respeito, sobretudo, ao que o cinema pode nos dizer em relação aos modos de narrar a História, de pensar diferentes temporalidades e de nos fazer refletir sobre as relações entre a



realidade, as interpretações dessa realidade, as verdades que surgem dessas interpretações e as representações que nascem de interpretações muitas vezes completamente descoladas da realidade social que as gerou; sempre, de qualquer modo, a desafiar e a inspirar aqueles que adentram nessa seara. O passado não pode ser reinventado, mas pode ser mal interpretado ou falsificado. O cinema pode ser visto como um lugar especial de memória, posto que os filmes adensam o que parece ser real. Como aponta Monica Kornis, a impressão de realidade propiciada pelo cinema é bem mais possante do que na fotografia. Na relação específica com a História, aduz a autora, trata-se da ilusão de estarmos diante dela tal como se desenrolou (KORNIS, 2008, p. 13-14). Todavia, se esses registros não têm qualquer naturalidade, a compreensão de sua complexidade e historicidade pode advir de uma abordagem que tenha sempre no horizonte o binômio revelação/construção: revelam quais os limites, as contingências e coincidências de seu momento de produção, assim como o seu caráter de construção, onde pesam as escolhas, as omissões e os lapsos de uma dada representação.

Embora desde o final do século XIX – quando o mundo do cinema ainda estava povoado de geringonças e se confundia ora com atrações circenses ora com o teatro – já houvesse certa preocupação entre as relações entre Cinema e História, o pensamento sistemático sobre os filmes como fontes históricas é algo bem recente; os estudos nessa área começam a florescer, efetivamente, apenas na década de 1990. Qual seria a razão para esse aparente atraso – de quase um século, quase a idade do cinema moderno? Talvez porque o cinema como instrumento de reflexão epistemológica apresente certos problemas. Como ele pode ser testemunho do mundo contemporâneo e parte da cultura de massa ao mesmo tempo? Que testemunho é esse? Se ele fala da juventude, por exemplo, que juventude seria essa? Um testemunho tão homogêneo assim parece apresentar mais perguntas e becos sem saída do que respostas. A título de exemplo, vamos nos ater momentaneamente no modo como o cinema tem representado a juventude.

Uma rápida panorâmica nos filmes dos últimos 40 anos que procuram abordar a cultura da juventude nos permite observar que ela tem sido largamente representada por Hollywood como sendo essencialmente branca, de classe média, não-religiosa, suburbana e divertida. Além disso, quando o cinema, sobretudo o hollywoodiano, se concentra em personagens que estão vivenciando a passagem entre a infância e a idade adulta parece haver uma forte tendência na exploração de expectativas de sucesso e popularidade que muitos jovens sonham em ter. Na outra face da moeda, Hollywood também gosta de explorar a juventude em termos de delinquência, resistência e rebeldia, com crimes e delitos que vão desde o uso casual de drogas e furtos até estupro e assassinato. Nesses filmes, os adolescentes não são sempre os autores de atos transgressores. Em um número alarmante de filmes, os jovens são abusados por seus pares

e adultos, em atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetidos. Qual o problema aí? Parece-me que há duas questões que precisam ser analisadas ao mesmo tempo: de um lado, os adolescentes de todo o mundo estão experimentando caminhos para a vida adulta por meio de uma diversidade muito maior de experiências; de outro, os filmes que tentam explorar a juventude para além do *mainstream*, do massificado, tendem a ser feitos dentro do mercado de cinema independente, fora do sistema de estúdio, que por essa razão não tem tanta visibilidade – sobretudo devido às sucessivas barreiras econômicas que se impõem à sua distribuição. Em outras palavras, muito do cinema voltado para a juventude ao redor do mundo é sinônimo de cinema juvenil estadunidense *mainstream*, o que pode ser seguramente identificado como um dos pilares do que a literatura especializada tem denominado de ‘imperialismo cultural cinematográfico’. Como se pode presumir, o apelo de Hollywood para a juventude é essencial para o lucro, uma vez que os jovens constituem uma parcela significativa do público frequentador de cinema.

Assim como a categoria de criança, a categoria ‘juventude’ ou *teenager*, termo talvez mais apropriado para essa discussão, foi uma invenção nascida no marketing e utilizada por publicitários e fabricantes atentos ao consumo cada vez mais visível de adolescentes. Após a II Guerra Mundial, cada vez mais os adolescentes se tornavam um grupo etário específico, com rituais, direitos e exigências próprios. A esses rituais, direitos e exigências logo foram agregadas pela indústria publicitária promessas de juventude transitórias ou eternas. Como outros grupos, esse passou a ser considerado seriamente somente quando seu poder de compra lhe deu distinção dentro do mercado de consumo (SAVAGE, 2007, p. 497). A inclusão social tem um preço, e esse preço é o poder de compra.

O interessante é que as histórias juvenis parecem ser cada vez mais atraentes no preciso momento em que esse cinema passou a ser entretenimento familiar, para todas as culturas e classes. A receita tem funcionado muito bem. Em 1998 o cinema voltado para o público juvenil teve uma receita de US\$ 12,1 bilhões, um orçamento operacional de US\$ 1,7 bilhões, alcance global de mais de cem países e mais de 500 mil *copyrights* (WOJCIK-ANDREWS, 2000, p. 5).

A preocupação acerca da juventude no cinema tem sido alvo de intensos debates durante décadas. Dos infames esforços do *Fund Payne* nos Estados Unidos na década de 1930, para “proteger” a juventude de filmes considerados nocivos, até as crises sofridas por algumas crianças japonesas que assistiram *Pokemon* na televisão no final dos anos 1990, cientistas e estudiosos, e especialmente os pais têm questionado e explorado como os jovens são afetados pela mídia. Inúmeros estudos e livros foram escritos sobre os efeitos positivos e negativos do cinema, sobretudo a partir da década de 1980. Interessante notar que muitas vezes os jovens são considerados vulneráveis



às mensagens dos filmes, tanto porque as indústrias do cinema tentam orientá-los, ou seja, eles são um alvo dentro do mercado de consumo, quanto porque as suas mentes são muitas vezes consideradas facilmente influenciáveis. Difícil concordar com a assertiva de que os públicos são presas fáceis diante daquilo que elas assistem nos filmes. Igualmente difícil defender a perspectiva de que elas podem resistir indistintamente às mensagens que lhes são endereçadas. O equilíbrio parece ser a chave para a compreensão de como as pessoas lidam com os filmes. Certamente existe uma liberdade na interpretação, ainda que sempre limitada.

Não bastasse a referida seletividade, as representações nesses veículos de massa seguem modelos já aprovados na cinematografia dominante. Não apresentam muitas observações do mundo independentes dessa grande indústria, em um claro exercício de hegemonia. Mas se tomarmos o cinema como uma caixa de ressonância das lutas que se estabelecem em outros terrenos com outros atores, outras perspectivas surgem no horizonte. Nesse sentido, Douglas Kellner observou que os indivíduos podem produzir os próprios significados com os textos veiculados pela mídia, até porque a hegemonia é negociada, renegociada e vulnerável a ataques e à subversão, em uma relação em que a própria mídia, contraditoriamente, oferece recursos que os indivíduos podem acatar ou rejeitar na formação de suas identidades, em oposição aos modelos dominantes (KELLNER, 2001). No terreno da contra-hegemonia, portanto, é que podemos observar que cada vez mais as pessoas se dão conta de que a imagem fílmica não é transparente. Ou seja, cada vez mais as pessoas acreditam menos nas imagens.

Está aí, nessa relação, um dos pontos de maior interesse, dos historiadores, pelo cinema: não queremos saber o que as imagens dizem sobre a realidade dos fatos; em vez disso, desejamos saber a percepção que dela temos, ou queremos, ou podemos lhes dar, em momento preciso, datado e localizado. E queremos fazer isso para tentar compreender por que a imagem fílmica escapa tanto das intenções de quem as produz e também das expectativas de quem as vê. Adentrar nesse espaço é deparar-se com falhas, ausências e lacunas que dizem muito sobre a relação entre texto e contexto.

É aqui que entra o célebre ‘ler o invisível à luz do visível’ de Marc Ferro. Para ele, um filme pode ser analisado em quatro etapas: 1. O *conteúdo aparente* ou *imagem da realidade* – é a forma como o filme é apreendido, como é visto em um primeiro momento; 2. Com a *análise das imagens a partir de um determinado contexto histórico*; 3. Em decorrência do segundo ponto, pode-se chegar a uma zona de *conteúdo latente*, algo que escapa à primeira vista mas que ainda pode ser compreendido se dissociado do contexto histórico; 4. Através dessa prerrogativa metodológica pode-se então adentrar a zona da *realidade não visível*, mesmo que ela não possa ser reconstituída

da maneira tal como se deu (fato histórico), *ipso facto*, somente se poderá chegar próximo de tal realidade respeitadas as devidas conexões com o contexto em que o filme foi produzido (FERRO, 1992). Acrescentamos que tal prerrogativa também vale para a recepção de um dado filme, ou grupo de filmes. Essa relação pode ser facilmente percebida quando estudamos filmes que reproduzem eventos históricos recentes, ainda pouco compreendidos ou elucidados, sobre os quais existem censuras bem ou mal declaradas, como na exercida pela ditadura militar brasileira.

O modo como o cinema se vale de representações que não estão no campo das inovações, mas sim nos modelos de longa duração, é um instigante modo de pensar como algumas produções dialogam com o que se encontra no campo das mentalidades, das subjetividades. Por essa razão, o Cinema tem sido tão visitado pelas Ciências Humanas, pois é um campo fértil para se compreender o peso do passado e a atração pelo novo na História.

Se o devir histórico é feito de rupturas e continuidades, então o Cinema, ao contrário do que afirma Lagny (2009), pode ser muito útil para captar as rupturas. Como sabemos, a História não é plana, contínua, estável: ela tem dinâmicas que são repletas de rupturas. Podemos problematizar como se deu a ruptura entre o ‘cinema de telefone branco’, um modo de se produzir filmes na Itália durante a década de 1930, o neorealismo, cujo período áureo se deu no final da década de 1940, e o neorealismo cor-de-rosa de meados da década de 1950. O que não se pode negar, porém, é que entre essas fases, e também na cinematografia posterior, existem fortes rupturas.

Outro aspecto que tem interessado muito os historiadores é o que o cinema diz quando silencia. O que está nas entrelinhas das narrativas, o que se mostra, nós sabemos, podemos observar. A questão é: quais escolhas estão sendo feitas para que outras não sejam mostradas? Nunca é demais enfatizar que os filmes são sempre ficções. Por isso é equivocado tratar um filme, um plano, ou sequência, como ‘retrato’ ou ‘reflexo’ disso, ou daquilo. Ainda que, por exemplo, os filmes declaradamente ficcionais sejam contrapostos aos documentários, essas duas modalidades seguem inspirando uma à outra o tempo todo. Importante ressaltar, nesse aspecto, que se para ser filmada uma dada realidade tenha que ser roteirizada, nesse sentido todo filme ou documentário é uma obra ficcional. Por essa razão os filmes históricos são vistos com tanta desconfiança pelos historiadores; principalmente porque eles comumente apresentam, de forma alterada, não os fatos históricos que estão narrando, mas sim a história do momento em que são produzidos. Por isso, de certo modo, todo Cinema é um Cinema do Tempo Presente (SILVA, 2004). Dito de outra maneira, a representação fílmica está pautada em distorções, inversões, reduções (escolhas) e supressões de atributos necessariamente conectados à sociedade que a produziu.



O cinema como narrador que alimenta a História é outro ponto importante para a reflexão entre as Ciências Humanas. Até que ponto a filmografia sobre a Roma Antiga, por exemplo, influencia nossa concepção, ou a concepção do cidadão mediano, de como era de fato a Roma Antiga? A armadilha, aqui, está obviamente ligada à sedução exercida pelo Cinema, posto que ele se torna mais atraente à medida que se aproxima mais do que é possível ou provável por não contrariar uma dada verdade, do que, portanto, verossímil. Por essa razão a literatura especializada tem discutido tão enfaticamente os riscos e limites que os filmes trazem ao proporcionar amplos discursos voltados para o entendimento da História com base em verdades, que podem ter pouca ou nenhuma solidez; considerando o princípio de que elas advêm de uma interpretação que pode ser mais ou menos próxima do fato histórico que a gerou.

Nesse aspecto é significativo pensar *Spartacus* (1960) não como um filme representativo de como ocorriam as revoltas de escravos ou de como eram as legiões romanas na antiguidade, mas sim como um discurso bastante representativo do Movimento pelos Direitos Civis (*Civil Rights Movement*) que grassava nos Estados Unidos no final da década de 1950. Assim, parece muito mais significativo analisar as escolhas e omissões desse filme levando em consideração o processo defendido por líderes como Martin Luther King; qual seja, o da igualdade perante a Lei para todas as camadas da população, independentemente de cor, raça ou religião, e que culminou na Lei dos Direitos Civis (*Civil Rights Act*), aprovada em 1964.

Um exemplo de como o contexto ressoa nos filmes é o de Guerra dos Mundos (*War of the Worlds*), produzido em 1953. Para além das referências à Guerra Fria, o filme apresentou uma representação de seres alienígenas que estava ligada à consolidação de um padrão de sistema eletrônico televisivo, o *National Television Standards Committee* (NTSC). O inovador conceito *red-green-blue* (RGB) presente no primeiro televisor colorido produzido nos EUA, o *CT-100 Color Television* da RCA, lançado em abril de 1954, foi amplamente divulgado pelos meios de comunicação e apareceu de forma propositada na representação visual dos alienígenas. Desse modo, filmes como *The War of the Worlds* ajudaram a estabelecer um padrão visual não apenas de como se daria uma possível invasão, mas também do que seria um extraterrestre ou um disco voador (VALIM, 2005).

O cinema tem incutido memórias visuais por várias gerações, talvez mesmo antes de surgir como um fenômeno de massa. Alguns autores sugerem que pessoas com menos de 40 anos de idade, normalmente ao dormir, sonham em colorido devido ao advento da televisão em cores. E também que nossos sonhos muitas vezes são organizados de acordo com uma estrutura semelhante às narrativas dos filmes a que assistimos. Esse é um dos entrecruzamentos que nos leva a questionar quando as imagens são ao mesmo tempo verídicas e enganadoras. Ou seja, quando elas estão em entrecruzamentos entre determinados contextos e são assimiladas na longa duração.

Outro entrecruzamento é o ponto em que os historiadores se encontram com os cinéfilos. Geralmente esse é um encontro trabalhoso, indica Lagny (2009), porque o historiador sempre parte das imagens para pensar os fatos, parte do texto para o contexto, cometendo, aos olhos do cinéfilo, uma sucessão de sacrilégios. E de várias formas explora o cinema para refletir sobre as próprias práticas. Já o cinéfilo permanece agarrado ao filme como um objeto específico, portador de linguagem e tecnicidade quase invioláveis, e muitas vezes imerso no romantismo que o leva a interpretar alguns filmes como obras-primas que transcendem o seu tempo, como verdadeiras obras de arte. Essa perspectiva aponta para um entendimento de que o contexto de produção, afinal, não é tão importante assim, como se a sua relação com esses filmes fosse absolutamente insignificante. Por isso, os planos temáticos e formais ganham uma importância desmesurada, dando a impressão de que o filme escapa à sua época.

As dificuldades no entendimento relacional entre textos e contextos, para quem deseja trabalhar com Cinema nas Ciências Humanas, somam-se a outras, não menos importantes, como a inabilidade para lidar com noções elementares, mas essenciais, da linguagem cinematográfica. Por um lado, é imprescindível para aqueles que querem trabalhar o Cinema, mesmo em sala de aula, um conhecimento básico de como opera a linguagem cinematográfica. Como os intervalos entre dois cortes, ou planos, são constituídos? Como esses planos compõem as seqüências, que são os conjuntos de cenas que formam um bloco narrativo? Quais são os enquadramentos mais utilizados quando se quer enfatizar algo dentro do cenário? Como as imagens fotográficas estáticas que compõem uma cena podem ser analisadas em uma perspectiva isolada? Considerando o filme como um texto, passível de análise, como citar adequadamente um fotograma, ou uma seqüência onde se pretende discuti-lo?

Um modelo de citação que considero adequado, mediante o que chamo de minutação, ou seja, a indicação no formato hora/minuto/segundo pode ser exemplificado em uma passagem do filme *The War of the Worlds*, citado anteriormente. Como exposto, os produtores do filme aproveitaram a publicidade dada ao moderno sistema colorido televisivo incorporando ao roteiro a tecnologia RGB. No filme, os marcianos utilizavam um dispositivo remoto com uma câmera para exploração terrestre, em cuja extremidade havia uma espécie de câmera nitidamente baseada no conceito *red-green-blue* (47m 59s), o que levou à representação dos alienígenas com três olhos: um vermelho, um verde e um azul (51m 30s).

Certamente os filmes têm uma autonomia, mas que é relativa, posto que eles nunca estão livres de condicionamentos sociais. Isso fica difícil de ser notado, às vezes, naqueles que fazem muito mais referências a outros filmes ou padrões do que ao seu contexto. Os filmes dirigidos por Quentin Tarantino, por exemplo, são pródi-gos em referências a outras produções. O recente e polêmico *Inglourious Basterds*

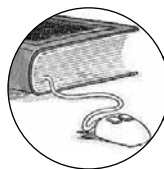


(2009), por exemplo, é abertamente inspirado no *exploitation* italiano *Quel maledetto treno blindato*, de 1978. Já *Kill Bill volume 1* (2003) e *Kill Bill volume 2* (2004) são fortemente inspirados em dois filmes *sexploitation* japoneses, *Sburayukibime* (1971) e *Sbura-yuki-bime: Urami Renga* (1974), traduzidos no ocidente como *Lady Snowblood* e *Lady Snowblood 2: Love Song of Vengeance*. Em tempo, os filmes de Tarantino estão comumente associados a violência, vingança ou sexo como entretenimento. Sem precisar de um final para justificá-los moralmente, seus filmes estão enriquecidos de elementos gráficos ou chocantes, que têm a mesma proposta dos filmes *exploitation*: o espetáculo. Essa migração de imagens entre os filmes é um dos elementos mais difíceis de trabalhar nas relações entre Cinema e História. Mas quando se trata de releituras a partir de obras literárias, a análise muitas vezes exige um aporte teórico para lidar com processos de transcodificação, algumas vezes bastante complexos, de modo que se possa analisar até onde, e como, os ecos culturais e semânticos de uma obra vão ressoar.

De todo modo, o cinema só é tratado adequadamente, seja pelo historiador ou não, quando se aborda um filme no seu contexto, e nas suas relações com outros filmes ou outros textos, observando-se sempre como ele está posicionado frente ao *circuito comunicacional* em que está inserido. Chamo de *circuito comunicacional*, por um lado, todo o processo percorrido por um filme, qual seja sua produção, suas mediações e sua recepção, que é a etapa em que o pesquisador procederá à análise do impacto social do filme. Por outro lado, o *circuito comunicacional* também pode ser compreendido a partir das relações que um filme mantém com outros textos. Assim, um bom estudo sobre História Social do Cinema certamente vai considerar outros documentos que possam ser cotejados com o filme, desde jornais, revistas, críticas, até documentos emitidos por autoridades governamentais, eclesiais, administrativas etc. A recepção considerada aqui não diz respeito à descoberta de como indivíduos perceberam tais filmes, o que é algo impossível de ser feito, ou muitas vezes extremamente difícil; trata-se, isso sim, de investigar como revistas populares, programas de rádio, anúncios, suplementos literários em jornais de grande circulação e outros produtos da vida cultural interpretaram tais produções. Tais veículos fornecem informações valiosas sobre atitudes e tendências difundidas relacionadas a determinados filmes, até porque os públicos os escolhem pelas representações na imprensa, em revistas, televisão, conversas e outros contatos sociais. Desse modo, outros meios de comunicação que norteiam o cinema, ao serem estudados em conjunto com os filmes, podem enriquecer bastante a análise.

A ampla gama de fontes que pode ser confrontada com o cinema propicia ao pesquisador observar com mais acuidade quais podem ser as interferências, influências,

omissões, superposições, recusas, que são apenas alguns dos elementos que podem estar presentes nas redes intertextuais e contextuais em que dado filme é produzido. É precisamente essa riqueza de possibilidades no campo de análise que torna o cinema um objeto de estudo tão complexo e fascinante.



Referências

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP: Edusc, 2001.

KORNIS, Mônica Almeida. **Cinema, televisão, História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

KRACAUER, Siegfried. **De Caligari a Hitler**: uma história psicológica do cinema alemão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1988.

LAGNY, Michele. O cinema como fonte de História. In: NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Solange B.; FEIGELSON, Kristian (Org.). **Cinematógrafo**: um olhar sobre a história. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. p.29-40.

SAVAGE, Jon. **A criação da juventude**: como o conceito de teenage revolucionou o século XX. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SILVA, Francisco C. T. da. Guerras e cinema: um encontro no tempo presente. **Tempo: Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense**, Niterói, v. 8, n. 16, 2004.

VALIM, Alexandre B. 'Os marcianos estão chegando!': as divertidas e imprudentes reinvenções de um ataque alienígena no cinema e no rádio. **Diálogos**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 185-208, 2005

WOJCIK-ANDREWS, Ian. **Children's films**: History, ideology, Pedagogy, theory. New York: Garland Publishing, 2000.





Fontes complementares

THE WAR of the Worlds - Produção de George Pal. Direção de Byron Haskin. Roteiro de Barré Lyndon e H. G. Wells. Distribuição Paramount Pictures. [S.l. s.n.]: 1953. 1 fita (85 min.); p&b: VHS.

INGLOURIOUS Basterds - Produção de Lawrence Bender. Direção de Quentin Tarantino. Roteiro de Quentin Tarantino. [S.l.]: Distribuição. Universal Pictures, USA, 2009. 1 disco (154 min.); color. DVD.

KILL Bill - Produção de Lawrence Bender. Direção de Quentin Tarantino e Uma Thurman. Roteiro de Quentin Tarantino e. USA. Distribuição Miramax Films, 2003. 1 disco (111 min.); color.. DVD. vol. 1 e 2.

QUEL MALEDETTO treno blindato - Produção de por Film Concorde. Direção de Enzo G. Castellari. Roteiro de Sandro Continenza, Sergio Grieco et al. Distribuição Capitol International, Italia, 1978. 1 arquivo (99 min.); color. AVI.

SHURAYUKIHIME - Produção de Toho Film (Eiga) Co. Ltd. Direção de Toshiya Fujita. Roteiro de Norio Osada. Japão. Distribuição Toho Company, 1971. 1 arquivo (97 min.); color. AVI.

SHURA-YUKI-HIME - Urami Renga. Produção de Toho Film (Eiga) Co. Ltd. Direção de Toshiya Fujita. Roteiro de Kiyohide Ohara e Norio Osada. Distribuição Toei Company, USA, 1974. 1 arquivo (89 min); color. AVI.

SPARTACUS - Produção de Kirk Douglas, Edward Lewis. Direção de Stanley Kubrick. Roteiro de Dalton Trumbo. Distribuição Universal Pictures, USA, 1960. 1 arquivo. (198 min.); color. AVI.



Fontes e referenciais para o aprofundamento temático

Da realidade à representação: uma introdução à pesquisa sobre as relações entre Cinema e História

As relações entre Cinema e História seguem incrivelmente pouco ou mal estudadas no Brasil. Um repertório imenso de temas, abordagens e fontes esperam por historiadores dispostos a escapar do mero ensaísmo ou das análises superficiais que não conseguem articular adequadamente teoria do cinema, história do cinema e crítica cinematográfica.

Dentre as atividades possíveis nessa ampla e, em certo sentido, desértica seara, trabalhos que consigam discutir adequadamente como os filmes representam pensamentos, perspectivas, ideologias e ideias sob forma figurada me parecem algo muito estimulante.

Estudos que abordem como gêneros específicos, como o Terror, a Ficção Científica ou as Comédias Românticas foram ou são acolhidos pela sociedade brasileira podem recuperar capítulos importantes de como dadas cinematografias impactaram o social. Ainda que existam excelentes trabalhos publicados no Brasil sobre o tema, há um terreno fértil e bastante amplo para ser desvelado. O mesmo se aplica a investigações que tenham como norte o estudo de outras cinematografias nacionais em solo brasileiro. Somente agora começamos a deslindar o impacto social que filmes de propaganda nazista, fascista, soviética e estadunidense tiveram no Brasil. Muito ainda precisa ser feito nessa área. A chegada de outras cinematografias aqui, como a argentina, a canadense, a japonesa, a indiana, dentre outras, seguem ainda pouco ou nada exploradas.

A História do Cinema nacional também oferece um rico panorama de abordagens. Os pioneiros do cinema brasileiro, os ciclos regionais, os filmes de propaganda do Estado Novo ou sob influência da Ditadura Militar, a pornochanchada, o cinema da retomada, são áreas em que o estudante interessado pode se aprofundar. Certamente encontrará elementos que ainda não foram trabalhados por historiadores brasileiros.

Outro campo ainda carente de boas reflexões por parte dos historiadores é aquele relacionado ao Cinema como Patrimônio Histórico e Cultural. Como pensar o seu valor como testemunho histórico? Quais filmes o país tem privilegiado em termos de preservação e restauro? A ênfase que tem se dado a produções de vanguarda tem deixado outros filmes à margem da proteção e da preservação. E as outras produções que não alcançaram o refinamento, a ousadia estética, por exemplo, do Cinema Novo? Quais interesses permeiam as propostas de salvaguarda do que se acha importante preservar em termos de memória do cinema, de testemunho histórico?

Evidentemente, tais indagações apenas esboçam alguns aspectos das relações entre Cinema e História. O estudante que iniciar seus estudos nesse campo certamente encontrará um universo muito mais rico, estimulante e promissor do que conseguiu sugerir neste breve texto introdutório sobre o tema.



Cláudio DeNipoti / Marília Mezzomo Rodrigues

A história e a literatura têm sido vistas como opostos complementares na produção do conhecimento histórico contemporâneo, na medida em que são sistematicamente comparadas por profissionais de um ou outro campo. Há entre os literatos uma discussão sobre o papel da epistemologia da história no estudo da literatura, mas interessamos aqui a literatura como contraponto da prática historiográfica.

Os historiadores têm se concentrado em duas vertentes principais de análise: a que compreende a literatura como fonte para a escrita da história, principalmente a partir da ruptura da dicotomia entre fato e ficção oferecida pela epistemologia da história cultural (CHARTIER, 1988); e outra, que busca na narratividade literária uma forma de expressão discursiva cujas ‘oposições ontológicas e epistemológicas [...] conduzem a determinadas posturas ideológicas e também especificamente políticas’ (VILLAVICENCIO, 2007, p. 85).

Em geral, com as exceções de praxe, a primeira tende a menosprezar os aspectos comunicativos da literatura, em particular as práticas derivadas da leitura, ao passo que a segunda reduz a literatura a protocolos linguísticos, sem considerar as delimitações sociais, temporal e geograficamente construídas, que regem a produção de qualquer tipo de conhecimento (CHARTIER, 1998, p. 257).

Porém, obras devotadas à percepção da realidade ‘através’ de obras literárias (ou seja, que buscam na literatura formas de estruturação discursiva de processos sociais historicamente construídos) têm sido sistematicamente produzidas ao longo das décadas pelas quais o debate se arrasta. Nesses trabalhos, as narrativas literárias são consideradas instrumentos para a realização de estudos hermenêuticos, sem necessariamente prender-se ao debate linguístico. Buscam incluir os tropos literários em processos culturais mais amplos.

Optamos, neste texto, por exemplificar esta última tendência com um caso específico de pesquisa sobre história e literatura, recortando o tema do higienismo, que, no Brasil, entre o final do século XIX e o início do século XX, ocupava não apenas os debates médicos, mas também políticos, educacionais, antropológicos e literários. A utilização de textos médicos como via de acesso a essas ideias tem sido privilegiada há décadas, com grandes resultados para a historiografia nacional.



Mas o mesmo tema – o higienismo e, mais amplamente, a medicina – também apresenta outras possibilidades de abordagem. A literatura é uma delas, na medida em que permite a percepção da realidade ‘através’ de obras literárias, como descrito acima.

É possível tomar como exemplo a obra de Erico Verissimo (RODRIGUES, 2009) da década de 1930, e como o escritor gaúcho dialogou com temas então correntes nas medicinas higienista e eugenista. Como a década se caracterizou pela radicalização dessas ideias, cujo extremo foi levado a cabo pelos regimes fascistas, o debate sobre a medicina do período – suas aspirações, pesquisas e jargões – ficou indelevelmente marcado pelas atrocidades daqueles totalitarismos. Assim, intelectuais e artistas que simpatizassem com uma ou outra premissa do ideário médico eugenista ou higienista do período foram posteriormente estigmatizados – mesmo que fossem abertamente antifascistas.

O jargão médico da primeira metade do século XX e o totalitarismo tornaram-se indissociáveis; é como se a referência a um forçosamente contivesse um elogio ao outro. Assim, foi necessário entender por que um dos autores que mais vendeu no Brasil a partir da década de 1930 e um dos primeiros no país a poder viver da venda de seus livros – um escritor antifascista à toda prova como foi Erico Verissimo – buscou premissas médicas de seu contexto para apontar soluções a arbitrariedades e desequilíbrios em suas histórias. Nestas, também há uma profusão de imagens de decomposição, degeneração, decadência física e do meio. Em seus livros, o oposto da doença física e também social, mais que a saúde, parece ser a medicina, representada por profissionais emblemáticos.

As escolhas de Verissimo no contexto das adesões de artistas e intelectuais a projetos governamentais na era Vargas, e o destaque dado à saúde, educação e literatura na construção da identidade nacional no período, convergindo na preocupação com o futuro das novas gerações, mostram-se como respostas possíveis à questão aventada.

Nesse tipo de estudo, é preciso sempre ter em vista, de acordo com o que enuncia Antonio Candido,

como a realidade social se transforma em componente de uma estrutura literária, a ponto dela poder ser estudada em si mesma; e como só o conhecimento desta estrutura permite compreender a função que a obra exerce (CANDIDO, 2006. p. 9).

Tentando não cair na armadilha da confirmação literária para momentos históricos, buscou-se entender como o texto literário *também* elaborou discussões fundamentais no país no início do século XX; de que forma fenômenos como ignorância, miséria e doenças se tornaram temas literários que questionavam os rumos da modernização, os entraves ao desenvolvimento, os contrastes sociais, os sentidos da identidade nacional e o papel da ciência, mais precisamente da medicina, no desenvolvimento do Brasil.

Essas discussões não se tornaram temas literários pura e simplesmente, pois temas que a literatura elaborou também se tornaram importantes debates políticos. Em *Literatura e Sociedade*, Antonio Candido afirmou que ‘diferentemente do que sucede em outros países, a literatura tem sido aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida do espírito.’ (CANDIDO, 2006, p. 137). E, citando uma ‘inflação literária’ brasileira, conclui que ‘a literatura contribuiu com eficácia maior do que se supõe para formar uma consciência nacional e pesquisar a vida e os problemas brasileiros’, entendendo que ‘os decênios de 1920 e 1930 ficarão em nossa história intelectual como de harmoniosa convivência e troca de serviços entre literatura e estudos sociais.’ (CANDIDO, 2006, p. 140).

Um socialista humanista – essa era a resposta de Erico Verissimo quando perguntado sobre suas opções políticas. Assim também se definiu em *Solo de clarineta*, seu livro de memórias. Nunca se filiou a partidos políticos nem defendeu, durante a Guerra Fria, qualquer dos dois blocos. Era um pacifista, antiimperialista e falava dos abusos soviéticos antes que os expurgos do regime viessem oficialmente à tona. Como muitos de sua geração, teve que comparecer ao DOPS durante o governo de Vargas, por suspeita de comunismo; na mesma época, teve problemas com a Igreja, que entendia seus livros como ‘corruptores da moral’. As boas vendagens do que escreveu alimentaram certa desconfiança da crítica, ainda apegada à ideia de que a obra que vende possui qualidades literárias inferiores. Tendo vivido e trabalhado nos Estados Unidos, chegou a ser criticado por estar a serviço do capital americano. Sobre ele disse Jorge Amado – também campeão de vendas, integrante da *geração de 30* e militante do Partido Comunista:

Não há de se querer e esperar unanimidade crítica em torno da obra e da figura do mestre gaúcho. Escritor de tamanha popularidade, amado e fielmente lido por centenas e centenas de milhares no Brasil e no estrangeiro, traduzido e difundido no mundo inteiro, como esperar para ele as palmas dos literatos sem obra e sem público, dos críticos cuja erudição é feita de inveja, de esnobismo, de suficiência e de tolice? Não precisa Erico Verissimo do elogio e da admiração desses amargos críticos; que eles guardem seus aplausos para os morfinos e magros gênios dos grupinhos das mesas de bar e das indóceis internacionais do desmunhecimento e do modernoso. Erico Verissimo é um grande escritor do Brasil, um grande escritor do seu tempo, um grande romancista *tout court*, cuja obra constitui inestimável patrimônio de nosso povo (AMADO, 1979, p. 33-4).

Sua obra capturou diferentes momentos na história do país, elegeu-os como importantes, com uma construção textual que não os paralisou, mas que permite o contato com valores específicos dessa época. Estão latentes, mostram-se a cada leitura, graças à eficácia da combinação de elementos que utilizou em sua criação.

Uma das provas dessa eficácia é a vendagem que alcançaram seus livros produzidos entre 1930 e 1943 – época em que projetos nacionais de modernização foram



privilegiados. Certamente que tais projetos já faziam parte da preocupação de intelectuais e políticos brasileiros desde o século anterior, mas ganharam fôlego com *Revolução de 30*. Alguns dos mais importantes foram os relativos à saúde pública, entendida, juntamente com a educação, como elemento fundamental para a constituição da nação moderna: a população saudável foi idealizada como a que produziria as riquezas materiais e culturais necessárias para dar ao Brasil a condição de nação desenvolvida.

Essa atenção à saúde pública está presente desde o início do século XX, reforçada nas décadas de 1910 e 1920, período denominado por Gilberto Hochman como a *era do saneamento*. Para curar doenças e sanear ambientes, era necessário conhecer o país, descobrir e integrar suas populações e regiões remotas, definindo os sentidos da nacionalidade: que país se busca? O que há de genuíno a representá-lo? Assim como artistas procuraram entender a essência brasileira, primitiva, para além das grandes cidades, cientistas buscaram a gênese das enfermidades nacionais; em sentido inverso, buscaram levar aos sertões o produto de suas pesquisas – vacinas, remédios, procedimentos higiênicos e clínicos.

Outros brasileiros ganharam rostos quando passaram a povoar relatos médicos, de folcloristas, jornalistas, fotógrafos e literatos. O país apresentava características desconhecidas por muitos até então: as cidades desconheciam os sertões, não havia integração nacional, cada região era um mundo sustentando por tradições e mesmo leis próprias. A *Revolução de 30* representava uma esperança para que esse quadro nacional se modificasse.

É necessário atentar para o fato de que diferentes objetivos, concepções políticas e filosóficas conviveram nessa busca; é preciso não perder de vista que o engajamento pela mesma causa apresentou diferentes motivos e caminhos. Por exemplo, o fato de artistas terem trabalhado como funcionários públicos durante o governo de Getúlio Vargas – como Carlos Drummond de Andrade e Graciliano Ramos, entre outros – não os filia, automaticamente, ao autoritarismo do Estado Novo, mas mostra que partilhavam projetos comuns no período.

O caso da saúde pública é exemplar. Nos anos 1930, sanitaristas e higienistas na ativa desde o início do século entenderam que as mudanças políticas garantiriam a implantação de projetos que não se concretizavam por falta de uma política clara para a saúde, ao mesmo tempo em que teóricos adeptos do racismo entenderam que aquele era o momento para incluir o ‘problema da raça’ nas políticas de saúde pública; e que eugenistas apontavam a necessidade de se garantirem gerações futuras sadias através de procedimentos no presente. Os primeiros acreditavam no saneamento do meio e na cura das doenças para a garantia de uma população forte e produtiva, enquanto outros entendiam que apenas isso não solucionaria o ‘atraso nacional’, e que

era necessário intervir desde a geração da futura população, impedindo-a quando necessário, inclusive, pela esterilização, na concepção dos mais radicais. Saneamento e eugenia tinham delimitações frágeis, confundiam-se no vocabulário não apenas leigo mas dos próprios profissionais da saúde. Para muitos, eugenia e higiene eram sinônimos, e saúde e eugenia foram empregados para designar a mesma coisa. Vistas em retrospecto, essas associações podem provocar imprecisões.

Os projetos eugênicos passaram a ser associados com os totalitarismos do século XX e seu delírio de raça pura. A simples menção ao termo eugenia provoca essa associação, que ocorre, entre outros casos, quando se tomam projetos de saúde pública nos anos 1930 no Brasil; por conta dos termos utilizados, propicia-se o mal-entendido pela não contextualização das ideias. No período, fala-se em raça forte até para designar saúde física. Autores utilizam termos que atualmente são considerados ofensivos, mas que em outras épocas fizeram parte do vocabulário corrente, sem por isso representarem uma ideologia racista. Quando se trata da medicina e da ciência dos dois séculos anteriores, diferentes ideias eram enfeixadas para demonstrar um único ponto de vista. Monteiro Lobato, por exemplo, teve seus dias no panteão dos autores considerados racistas, pelos artigos que escreveu sobre a ‘gente da terra’, à luz de suas leituras sobre determinismo; mesmo que tenha aprofundado alguns conceitos e reelaborado suas ideias, há quem encontre um traço racista no texto de Lobato, lido, obviamente, a partir dos referenciais atuais. Mesmo médicos que utilizaram termos como eugenia ou saúde da raça não propugnavam pela limpeza étnica nem acreditavam na superioridade racial, mas, pelo fato de serem médicos, muitas vezes seus discursos sofrem leituras aprioristas.

Como explicar, então, o fato de preocupações de eugenistas aparecerem nos textos de Verissimo? Ou ainda, o fato de a medicina ganhar um papel privilegiado em sua narrativa, com personagens médicos emblemáticos – e defensores do exame pré-nupcial, por exemplo? Certamente que não se pode tomar a fala do personagem pela fala do autor, mas a recorrência de alguns temas aponta uma preocupação de Verissimo relativa à realidade brasileira da década de 1930. Se se entende o discurso eugênico como monolítico, a redução da realidade a ele é a única interpretação possível. Como não é possível operar essa redução nas ideias de Verissimo, é a contextualização histórica, a busca dos sentidos originais de alguns conceitos que permitem entender para além das reduções.

Foi necessário entender alguns elementos da construção narrativa do autor, em sua dimensão social e histórica. Não apenas sintoma de determinada época, os textos de Verissimo construíram também essa época, já que seus livros foram selecionados pelos leitores, e as ideias que contêm são reproduzidas e integram determinado imaginário.



Antonio Candido fala de um *neonaturalismo* na produção literária brasileira dos anos 1930. E esse neonaturalismo não é apenas o reavivamento do naturalismo literário do século XIX, mas indica reelaborações, ao mesmo tempo em que aponta estruturas do pensamento ocidental moderno, a começar pela concepção de mundo – e conseqüentemente, formas de nele intervir – como organismo. Em constante evolução, esse organismo distancia-se do ideal igualitário do Iluminismo, bem como de sua geometria. Em oposição a uma sociedade artificialmente organizada, propõe-se uma sociedade que se desenvolveria naturalmente. A consciência desse ‘devir orgânico’ propiciou, entre outras, definições no campo da história, ao mesmo tempo que nas próprias ciências biológicas. É como se a reflexão deixasse de ser feita sobre um mundo com regras matemáticas, dadas a priori para se atingir determinado objetivo, e se passasse à reflexão sobre um mundo em constante evolução, ou seja, mudança. Se havia leis nesse mundo, deveriam ser resultado da observação de seu movimento, não de sua imobilização pelo cálculo; no movimento haveria padrões que levariam a leis e teorias. Assim, o pensamento romântico influenciou todas as áreas de atuação humana na virada do século XVIII para o século XIX e, uma vez que não constituía um *corpus* definido, único, teve vários desdobramentos e apropriações.

As noções de organismo e devir alimentaram a ideia de nação, ajustaram a ideia de povo, e conseqüentemente de nacionalidade e nacionalismo. Se as nações eram organismos em evolução, havia que se conhecê-los detalhadamente para orientar seus rumos. A busca pelas leis naturais levou ao experimentalismo; a imagem do cientista como apenas um descobridor começou a ceder espaço para a do inventor. Essas concepções sobre o mundo e as formas de intervenção sobre ele são manifestas também pela literatura.

Ao elaborar literariamente elementos de seu tempo para criar uma nova expressão, o escritor francês Émile Zola entendeu que sua ‘experimentação’ era como a atividade de naturalista, de busca e produção simultâneas de conhecimento sobre o mundo e os homens. O termo *naturalismo* já havia sido utilizado como uma metáfora da atividade do escritor, mas a partir dali passou a designar um tipo de literatura, com um método, o *método experimental*, e mesmo um outro papel para o escritor, que deveria tomar partido em seu mundo. Zola falou do papel do escritor não como um artista guiado exclusivamente pela inspiração, distante das atividades prosaicas do homem, mas como alguém que, através de seu trabalho, permitisse aos seus leitores outras portas de acesso ao mundo. A arte, o conhecimento/a pesquisa e o engajamento se encontraram na produção do autor francês, construindo a imagem do intelectual que participa das principais discussões de seu tempo, fazendo escolhas políticas.

Quando se sublinham aspectos neonaturalistas na literatura do século XX, é possível perceber todos esses elementos não em sua repetição, mas reelaborados, considerados

justos para exprimir e construir outra época. A compreensão das origens da literatura naturalista permitiu o maior número de vias de acesso à literatura brasileira dos anos 30, como também ao pensamento de intelectuais, educadores e médicos engajados num projeto para o país – através de projetos de intervenção na sociedade (médicos e educativos) ou através da arte (mais especificamente, da literatura). A análise ultrapassa os limites da produção literária, pois na gênese do naturalismo também se encontram as concepções orgânicas de sociedade, assim como a consciência do devir histórico.

Os autores brasileiros da *geração de 30* buscaram vias de expressão de acordo com a realidade em que viviam, nelas incluídos seus projetos artísticos e engajamentos sociais, que, por sua vez, conviviam com outros projetos e engajamentos, todos partilhando de imagens e linguagem comuns, mesmo que com diferentes objetivos. Assim, é possível entender que, por um lado, a medicina já foi compreendida como ferramenta para se buscar a superioridade racial e para definir um discurso científico único, que desautorizaria qualquer outra forma de se pensar o mundo; mas, por outro lado, essa mesma medicina também foi revestida de significados outros, como o de portadora da justiça social.

Assim, *curar o meio* é uma imagem com mais de um sentido – é preciso entender de que referenciais surge e a que se dirige. Tanto se referiu às pessoas definidas por médicos como ‘incapazes de viver’ quanto designou a necessidade de justiça social – pois a desigualdade também já foi entendida como desequilíbrio orgânico. A medicina poderia restaurar o equilíbrio. Essa ideia, presente nos textos de Émile Zola e nos de Erico Verissimo, não foi apenas uma apropriação de imagens do século XIX, mas foi atualizada nos anos 1930 porque ainda possuía um sentido forte, já que grande parte da população brasileira sofria com epidemias, endemias e com a falta de políticas públicas de saúde eficazes; experiências cuja representação encontrou nas imagens médicas e orgânicas a justa expressão.

Além disso, constata-se que temas da ciência e da medicina chegaram ao público leigo muito mais pelo romance, por almanaques e pela imprensa do que por manuais e tratados científicos – esses, de alcance mais limitado, produzidos para um público específico, de especialistas e profissionais da área. A matéria-prima da literatura é a mesma que a das outras ciências, guardadas as proporções dos recortes, objetivos, abordagens. Os temas da literatura alcançaram os leitores da mesma forma que os temas da história e da biologia. É isso que outros estudos de história que tomam por base um determinado conjunto de obras literárias (a literatura de um determinado autor, época, país etc.) apresentam.

Outro exemplo de pesquisa que concilia história e literatura para apreender temas ligados a saúde e doença é *Romanticism and colonial disease*, de Alan Bewell



(BEWELL, 1999). Ele escreve no limite de disciplinas diversas, circulando pela literatura, geografia e história da medicina.

Bewell inicia seu livro apresentando *A guerra dos mundos* de H. G. Wells como uma metáfora do avanço colonial como contágio: uma força tecnologicamente superior derrota de forma completa a quem invade, alterando o meio ambiente segundo as próprias necessidades ou concepções, mas é derrotada por patógenos contra os quais não tem resistência. O autor argumenta que 'a geografia médica teve um papel primordial na construção da noção de sentir-se, ou sentir ao outro, como estrangeiro. Durante esse período [final do século XVIII até meados do século XIX] 'os trópicos' emergiram como uma construção biomédica original.' (BEWELL, 1999, p. 18).

Nessa lógica, o autor busca estudar como a doença e sua disseminação eram percebidas como fenômenos geográficos – controlados pelo 'mapeamento dos 'lugares insalubres' em uma região, um país ou através do globo' para que fossem evitados; ou através da construção e interpretação das paisagens, visando identificar que aspectos do ambiente produziam 'ares perigosos' responsáveis pelas doenças, segundo as crenças científicas vigentes (BEWELL, 1999, p. 31).

Vendo a doença como essencialmente geográfica, um problema de locais, mais do que de pessoas, a medicina colonial forneceu uma poderosa alavanca ideológica para a expansão européia. Já que as regiões coloniais eram amplamente vistas como ambientes 'doentes' que precisavam de cura, a geografia médica fornecia uma *ratio* científica para tornar as ecologias coloniais mais parecidas com aquelas da Europa, introduzindo assim métodos europeus de uso da terra, de organização social e de gerenciamento de recursos. A colonização dos corpos procedia assim da, e era apoiada pela, colonização médica do espaço físico. Se os povos coloniais eram doentes, eles podiam ser curados por mudanças ambientais (BEWELL, 1999, p. 34).

O objetivo do autor é mostrar que as construções geográficas da saúde relativa da Inglaterra eram também discursivas. Ele busca fazê-lo principalmente através da análise da literatura romântica, tanto nas vertentes de apoio quanto de crítica ao nacionalismo e ao imperialismo ingleses, pois 'o colonialismo era um discurso geográfico sobre saúde e doença e sobre os méritos relativos de ambientes sociais' (BEWELL, 1999, p. 46).

As relações entre literatura e história surgem quando Bewell analisa a poesia como um instrumento de fixação desse discurso geográfico. Os poemas *The ruined cottage* (publicado em 1797) e *The brothers* (1798), de William Wordsworth, demonstram como essas relações entre doença e paisagem se manifestam no jogo de afastamento e retorno ao território familiar. Em *The ruined cottage*, a ruína trazida à família pela ida do marido/pai para as guerras coloniais tem como principal sintoma a paisagem adoentada pela falta de cuidados. Em *The brothers*, irmãos separados pelo esforço colonial constroem relações de estranhamento mútuo, à medida que têm que lidar

com partidas e retornos, tornando o texto ‘uma reflexão contraditória sobre a sociedade rural britânica em uma era de viagens comerciais’ (BEWELL, 1999, p. 62), a partir das próprias experiências familiares de Wordsworth, cujo irmão estava envolvido no comércio colonial e distanciava-se – identitariamente – dos que permaneciam na metrópole.

Buscando outra face da mesma equação ao lidar com as ansiedades da dieta colonial, Bewell indica que, como discurso geográfico, o discurso colonial desenvolveu uma poderosa ‘geografia dietética’, com inflexões sobre a doença, nos campos político, antropológico e médico:

Comer era compreendido intrinsecamente como um evento geográfico, na medida em que as idéias sobre quem se é e o que se come estavam ligadas às preocupações sobre onde se come. Uma afirmação de identidade biológica e cultural, a dieta em um contexto cultural era um negócio complicado, dificilmente separável de debates imaginativos e sócio-políticos mais amplos relativos à expansão territorial e à ansiedade que a acompanhava (BEWELL, 1999, p. 134).

Por um lado, as imagens literárias tendem a afirmar identidades nacionais em termos alimentares – os revolucionários franceses são representados como canibais famélicos, por exemplo; a definição de *aveia* em pelo menos um dicionário inglês também lança mão da identidade nacional, ao insistir que se trata de ‘um grão que na Inglaterra é geralmente dado para os cavalos, mas na Escócia sustenta o povo’. (BEWELL, 1999, p. 148). Por outro lado, o alcance do império britânico é expresso pelo consumo de produtos de origem colonial, como café, chocolate, açúcar e chá. No mesmo passo, a alimentação em um contexto colonial tende a ameaçar as identidades biológicas e culturais. A geografia colonial força a construção de discursos médicos sobre a alimentação tanto pela necessidade de adaptação quanto pela recusa em abandonar padrões europeus, denotando o profundo vínculo entre dieta e doença. Isso gerou ansiedade, principalmente entre os românticos ingleses, com relação a alimentação – e doenças.

Todas as análises que Bewell apresenta – que incluem também as representações coloniais da Índia na poesia romântica inglesa e o romance de Mary Shelley, *The last man*, sobre a extinção da raça humana pela doença, em meados do século XXI – auxiliam a construção das visões contraditórias do império britânico sobre a doença, propondo questões que ainda são válidas: ‘a sociedade constitui uma defesa contra as epidemias? O quanto pode um Estado bem responder a um aumento da doença quando seus recursos são limitados?’ Que novas doenças são transportadas pelo planeta? (BEWELL, 1999, p. 304-7).

As conclusões do autor indicam que a literatura romântica catalisou as ansiedades europeias face aos impérios. H. G. Wells cita a obra de Mary Shelley em seu *A guerra dos mundos* – ambos os livros registram ‘imaginativamente uma experiência coletiva

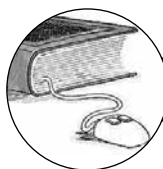


que frequentemente não deixava registros' –, vendo a doença colonial dando o troco aos colonizadores, fornecendo uma leitura da metrópole colonial a partir da perspectiva da periferia.

O que o autor percebe é que as epistemologias pós-modernas não são adequadas para a compreensão das estratégias de negociação de identidades no passado, ainda que elas se apresentem como tropo narrativo. E, também, que a narrativa literária é um instrumento de trabalho para os historiadores (na análise hermenêutica e na prática da escrita), que não se perdem em prolegômenos sobre os imperativos linguísticos; ou seja, os tropos literários também caracterizam processos mentais expressos em outras práticas culturais, além da literatura ou da poesia, e não são um fim em si próprios.

A relação entre história e literatura é complexa, mas tem rendido frutos para os historiadores que se dispõem tanto a compreender texto e contexto literários quanto a refletir sobre estilos, escolas, autores e práticas literárias na configuração da vida em sociedade.

Este texto aponta uma possibilidade, uma amostra de como isso pode ser feito, mas não pretende esgotar o assunto nem construir cânones de leitura e instrumentalização.



Referências

AMADO, Jorge. Erico Verissimo pelo mundo afora. In: CHAVES, Flávio Loureiro. **O contador de histórias**. Porto Alegre: Globo, 1979.

BEWELL, Alan. **Romanticism and colonial disease**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1999.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 9. ed. rev. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CHARTIER, Roger. Writing the practices. **French Historical Studies**, [S.l.] vol. 21, no. 2 (Spring), p. 255-264, 1998.

CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

A arte de fazer mesas e textos de história

Gilmar Arruda

Quando começamos a meditar sobre o ofício do historiador, uma boa estratégia é pensar naqueles ofícios que se concretizam numa oficina, como numa marcenaria, onde podem ser encontradas madeiras, ferramentas, lixas, colas, serras, etc. Pensamos num lugar onde o profissional, o oficial, chega no começo do dia, abre a porta, liga as máquinas e começa a trabalhar. Talvez essa associação seja uma forma de atribuir tranquilidade e certeza ao que fazemos quando nos nomeamos como historiadores. Mas, além do refúgio que essa comparação poderia criar, a associação com a atividade de um marceneiro também nos permite comparar as formas de aprendizado da arte, ou seja, como uma pessoa se torna aprendiz, meio-oficial e, finalmente, oficial de marcenaria.

A formação de um profissional se dá fundamentalmente no ambiente da própria oficina. É ali que um ofício é transmitido de uma geração para outra através da prática cotidiana da observação, imitação, cópia e, finalmente, surge a originalidade do novo oficial. Trata-se de um conhecimento adquirido pelo contato com outros oficiais, mais experientes. Nessa profissão, tal não é a única forma de se apreender, porém inclusive existem poucas escolas para transmitir as artes do ofício. Mas o que faz um aprendiz transformar-se em um oficial, em artista, inaugurando um estilo, criando uma nova tradição é, sem sombra de dúvida, o talento individual: indivíduos talentosos, conforme diria José Carlos Reis (1999).

A comparação do trabalho do historiador com o do marceneiro pode ajudar a perceber nossa profissão. Como se apreende este ofício? Existe uma maneira de transmiti-lo? O que se deve apreender para se tornar um historiador?

Devemos pensar nos nossos passos, nas coisas que fazemos, escrevemos, procurando perceber quando e como teria começado o aprendizado, a entrada na oficina desta profissão, como aprendiz. Na maior parte das vezes e dos casos, os aprendizes nunca se tornam mestres de maneira a inaugurar uma oficina própria, um estilo próprio, etc. É claro que a posição de aprendiz é mais tranquila, há menos responsabilidade; basta ficar esperando as ordens do oficial, do mestre: corte aqui, lixe ali, e, finalmente,



observar o mestre fazer o acabamento, o detalhe de marchetaria, o encaixe rabo de andorinha perfeito, que quase não precisa de cola para se juntar as peças.

Os aprendizes podem ter talento, mas para se tornar oficiais é necessário experiência e sabedoria. É difícil saber quando se pode abrir a própria marcenaria. No trabalho do historiador, somente os outros, na comunidade dos profissionais, é que poderão dar o reconhecimento para isso.

Para abrir uma oficina própria é preciso saber desenhar os móveis, dominar todos os passos da arte; portanto, saber como se apreendem esses passos e como podem ser dados. É preciso dominar as técnicas do ofício do historiador.

Talvez seja importante, nesta discussão, incluir um pouco de minha experiência para debater sobre o ofício de historiador. Comecei na oficina, a minha graduação, em Campo Grande, trabalhando nessa oficina lixando móveis, ou melhor, fazendo levantamento de fontes. Meu primeiro tema de pesquisa, ou a minha primeira vontade de pesquisar, esteve associada à necessidade do homem de encontrar no passado pontos de identidade. A tensão entre identidade e universalidade, efetivamente, é um dos pontos centrais na produção historiográfica (HOBBSAWM, 1998).

O tema era a erva-mate no Mato Grosso do Sul. O início deu-se exatamente num dos locais preferidos dos oficiais da história: a biblioteca. Lá comecei a procura pelos livros que pudessem informar sobre a erva-mate. Não demorou muito para perceber que havia poucos estudos, ou melhor, havia um feito em 1925 por um conhecido historiador e geógrafo do Mato Grosso – Virgílio Correa Filho. Além disso, não se encontravam cópias desse livro. A pesquisa estaria imediatamente encerrada se não fosse uma professora de História do Brasil, que sugeriu fazer uma pesquisa de fontes; sim, um arrolamento, um levantamento documental.

A minha primeira tarefa como aprendiz foi, portanto, com a própria matéria-prima do historiador: as fontes. Assim é que tive a primeira grande lição da nossa profissão: sem fontes não existe a possibilidade da escrita da história. Foi a partir dos restos deixados pelo passado que comecei a reconstruir uma das facetas da exploração dos ervais no sul de Mato Grosso do Sul.

Mas uma vez despertado para a vontade de desvendar o passado, – alguns diriam que se trata de uma ambição tola, impossível –, o contato com as fontes não era suficiente; faltava-me uma regra, um método, uma formação teórica mais aprofundada, que pudesse dar conta da leitura daquelas fontes levantadas. A continuidade dos estudos e das pesquisas serviu para eu entrar em contato com as ‘novidades’ no campo da historiografia.

É importante destacar que não só a renovação historiográfica dos anos de 1980 foi importante, mas também o estudo dos chamados clássicos. A esse respeito, os professores mais antigos deram uma enorme ajuda na formação inicial da pesquisa.

Transformação com conservação, segundo as palavras de José Carlos Reis (1999), a historiografia forma-se não somente com destruição, mas ainda com incorporação, conservação e superação.

As escolhas teóricas, metodológicas e historiográficas não são aleatórias, como escolha de produtos em um supermercado; elas estão profundamente associadas ao sujeito do conhecimento – o oficial historiador – como indivíduo imerso em seu tempo, socialmente e subjetivamente.

A pesquisa realizada sobre A conquista do oeste: imaginário e classes populares na ocupação do oeste diz muito sobre as intenções e perspectivas de leituras sobre o passado. O que era uma pesquisa sobre um passado para criar um sentimento de pertencimento havia se transformado em uma pesquisa sobre o próprio passado. As classes populares não eram para mim uma abstração conceitual: eu as percebia como algo concreto, material e culturalmente. O processo histórico aparecia, não se tratava de uma terra estrangeira. A origem do tema estava ligada à própria memória familiar, uma vez que minha família havia vivido no ‘olho do furação’, em pleno processo de incorporação ao circuito de circulação de mercadorias, de todo o oeste do Estado de São Paulo, do norte do Estado do Paraná, etc, a partir do início do século XX. Agora eu, aprendiz de historiador, frequentando as melhores oficinas do país, procurava transformar as lembranças em uma sólida mesa historiográfica.

A experiência da pesquisa é algo que se aprende fazendo, estudando os métodos, analisando fontes e transformando o relato presente sobre os restos do passado em análise historiográfica. Existem muitas diferenças entre um simples relato, como uma matéria jornalística, um ofício, um depoimento, e um texto historiográfico. As diferenças encontram-se nos critérios de validação, de comparação, de objetividade. A memória, transformada em documento através da história oral, é um dos temas que mais evidenciam a existência das diferenças (SCHMIDT, 1997).

Em algumas reflexões usei a memória familiar como fonte. Os resultados iniciais, porém, não passavam de um simples relato sobre o passado, o que também é uma forma de organizá-lo e de explicá-lo, mas não é ainda uma análise historiográfica. A transformação do relato em texto historiográfico só foi possível recorrendo ao suporte teórico-metodológico.

A leitura de Raymond Williams deu os instrumentos necessários para a análise do relato. Esse autor, que talvez tenha sido o que melhor tenha contribuído com as reflexões sobre a cultura como experiência herdada e adquirida, considera que esse campo é uma terra fronteiriça: ‘...é aquela terra fronteiriça em que muitos de nós vivemos: entre a tradição e a instrução, entre o trabalho e as idéias, entre o apego ao torrão natal e a vivência das mudanças’. (1990, p. 269). Raymond Williams representou a reflexão



teórica adequada para solucionar o problema de transformar um relato – independentemente de sua origem – em uma evidência concreta de um processo histórico vivido por milhares de pessoas.

A lição que aprendi é que nenhuma pesquisa origina-se do vazio, nem é produzida individualmente. A rede de trocas e discussões – entre pares e entre autores – é fundamental para transformar um simples desenho – o projeto – em algo concreto, em explicação histórica. Ainda mais que a experiência acumulada na oficina, representada pelos historiadores mais velhos e experientes, é imprescindível para não se ter que reaprender a utilizar as ferramentas a cada nova geração de aprendizes. Por fim, nem sempre temos talento para sermos oficiais: a arrogância apenas quebra a serra, ou o corta a mão.

A comparação do nosso ofício com a aprendizagem de marceneiros em uma oficina permite ver que existem muitas semelhanças quanto à formação do oficial na área de história: existe um conhecimento que pode ser transmitido a novas gerações de historiadores; um local para se trabalhar, mesmo que a nossa oficina seja mental; há uma matéria-prima de nossa profissão, os documentos; é necessário prática – levantamento, bem como técnica –, metodologia para começar a burilar a madeira-documento; precisa-se de um desenho/projeto (no nosso caso isso se aproximaria da teoria), e da junção das partes.

Vimos também que a transmissão desse conhecimento possui uma formalização com a continuidade do processo de formação, mas depende de um contato maior com os mestres do ofício, os orientadores. Podemos dizer que a transmissão desse conhecimento não acontece somente nos ‘bancos escolares’: frequentar a graduação é necessário, mas não suficiente. Assim como para apreender a arte da marcenaria é necessário frequentar a oficina mas não é suficiente, é preciso pôr a mão na madeira. A prática, nesse caso, assim como na produção da historiografia, é fundamental, e ela ocorre em vários espaços-oficina da nossa profissão: nas discussões sobre teoria-metodologia; nos depósitos de matéria-prima – arquivos, museus; nos simpósios e congressos; entre outros.

A comparação, por fim, aponta a existência de um corpo sistematizado de teoria, metodologia e práticas; de uma tradição, que permite verificar a qualidade do produto, a excelência do oficial. No caso dos historiadores, temos a tradição baseada na supremacia da evidência e nas regras de controle da pesquisa e da exposição (HOBBS-BAWM, 1998). A disciplina histórica é essencialmente realista, no sentido da existência real do passado. O conjunto de regras e procedimentos da oficina da história faz parte da tradição do conhecimento científico, sistematizado nos últimos 100 anos (FALCON, 1996).

Existe, porém, uma descrença, ou um pensamento que não acredita nos pressupostos do nosso ofício, apontados acima. É possível fazer um diagnóstico dessa descrença quanto ao funcionamento da oficina. Pode-se dividir em duas vertentes: a primeira, mais antiga, vem demonstrando, desde os anos 1950, o desaparecimento da necessidade de se usar móveis; isto é, de se considerar o passado na sociedade contemporânea. Isso não significa que critiquem os métodos da produção do conhecimento historiográfico, mas constataam a gradual perda do sentido histórico nos tempos atuais. Estaríamos vivendo, em termos de percepção, um eterno presente. Nesse grupo encontramos pensadores como Hannah Arendt, Christopher Lasch e Eric Hobsbawm. Vamos a eles:

Nos anos 1950, Hannah Arendt já afirmava:

O declínio contemporâneo do interesse pelas humanidades e em especial pelo estudo da História, aparentemente inevitável em todos os países modernizados [deve-se ao fato de que] Podemos fazer no domínio físico-natural aquilo que pensávamos poder fazer apenas no domínio da História. Começamos a agir sobre a natureza como costumávamos agir sobre a história (ARENDR, 1988, p. 89).

Nos anos 1970, Christopher Lasch acreditava que:

uma sociedade que faz da 'nostalgia' uma mercadoria comercial [vide novelas de época] tendo trivializado o passado, ao igualá-lo a estilos ultrapassados de consumo, modas e atitudes, dos quais abriram mão, as pessoas, hoje em dia, ressentem-se de qualquer um que recorra ao passado para sérias discussões sobre as condições contemporâneas, ou que tente usar o passado como um padrão com que julgar o presente (LASCH, 1983, p. 15).

Nos anos 1990, Eric Hobsbawm dizia:

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época que vivem. Por isso, os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca no fim do segundo milênio (HOBSBAWM, 1998, p. 13).

Ou mais perto de nós, espacialmente e temporalmente, Francisco Falcon assim se manifesta:

Prefiro, portanto, partir da hipótese de que a crise na história é real e tem como uma de suas características ou efeitos a incidência sobre o processo de produção do conhecimento histórico – a escrita da história –, envolvendo assim o historiador e o seu discurso (FALCON, 1996, p. 17).

Esses intelectuais argumentam, desde pelo menos a metade do século XX, que está



em curso uma mudança na relação da sociedade com o seu passado, isto é, pelo menos da sociedade ocidental, tributária do mundo surgido a partir da Grécia e de Roma. Como a ciência histórica é uma das formas de produção e de explicação sobre o passado mais estabelecida e aceita entre nós, seus métodos e procedimentos, frutos do seu tempo, passaram a enfrentar várias críticas e reparos quanto a sua validade. Estaria instalada, assim, a crise na oficina da história e, não mais apenas a crise da história, como diz Francisco Falcon.

Aqui encontramos a segunda vertente dos que anunciam a falência da oficina. Nesse caso, declaram a falência e a falsidade do resultado do trabalho dos historiadores, e não apenas de discussões sobre transformações internas aos procedimentos admitidos como essenciais para o desenvolvimento e a produção da historiografia. Seria desnecessário argumentar sobre essa forma de produção, uma vez que sempre se admitiu largamente que o conhecimento histórico é fruto de seu tempo, ou seja, as ciências, quaisquer que sejam elas, são históricas.

Essa vertente de crítica admite até a possibilidade de falência de uma sociedade com base na razão, na possibilidade da inexistência mesmo de uma razão que possa informar os homens sobre suas condutas. É claro que isso afeta diretamente nosso ofício – tanto em sua face de pesquisa quanto na de ensino.

A face mais visível dessa crise parece estar na discussão sobre o estatuto tanto do passado quanto do conhecimento obtido através da operação historiográfica. Uma versão acessível e conhecida dessa perspectiva pode ser encontrada no livro de Keith Jenkins: *A história repensada*, traduzido em 2001.

Nele Jenkins afirma categoricamente que a história seria um dos muitos discursos formulados sobre o mundo, e que não haveria possibilidade de aferirmos, sob nenhum critério de validação, as afirmações oriundas do discurso historiográfico. A historiografia seria, portanto, apenas um conjunto de narrativas, tal qual o passado chega até nós. Seria mesmo impossível obter algum conhecimento do passado, uma vez que o passado já não existiria. Mas, ainda assim,

[...] ainda vemos historiadores tentarem invocar ante os nossos olhos o espectro do passado real, um passado objetivo sobre o qual os relatos desses historiadores seriam precisos e até verdadeiros, na acepção mais ampla da palavra (JENKINS, 2001, p. 30).

A história seria, portanto, apenas um relato, e toda pretensão de verdade seria apenas um recurso do poder, ou ideológico. Os historiadores apenas pretenderiam nos convencer de que são objetivos. A interpretação de Jenkins é sintoma da descrença completa na possibilidade da razão – do projeto iluminista/racionalista – de conhecer

o mundo. A ciência seria apenas resultado de uma operação intelectual e atenderia às demandas do poder. Qual poder, não sabemos.

Seria possível um mundo sem passado? Talvez não. Mas, e sem historiadores? Para Jenkins, talvez, sem historiadores baseados em uma tradição científica racionalista. Para ele, o resultado da operação historiográfica não serve mais para estabelecer um sentido racional para o passado, mesmo que parcial e limitado ao seu tempo.

Essa perspectiva sobre o fazer do historiador não implica apenas uma crise interna na definição sobre o estatuto da historiografia, do conhecimento histórico ou dos critérios de definição de identidade para um texto como histórico ou não. Ao destruir a possibilidade da razão, a possibilidade de ação racional do homem na esfera pública, como evitar a barbárie, até agora evitada, talvez, pela razão?!

Isso quer dizer que a crítica ao modelo racionalista de apreensão da realidade não é apolítico, ou apenas intelectual, como se em algum momento do mundo pensar\escrever fosse apenas um exercício intelectual. Ele envolve a percepção e o posicionamento do profissional frente à realidade que o cerca. Nesse sentido, quero agora pensar nas implicações políticas em admitir ou praticar uma operação historiográfica baseada no realismo\racionalismo.

O nosso ofício, que pode ser comparado a uma oficina, como fizemos acima, também é uma ciência. Jonh Lewis Gaddis (2003) retoma a tradição iniciada com Marc Bloch, e seguida por Edward Carr, em aproximar a história do campo científico, de um conjunto de conhecimentos científicos que não pode reproduzir seus experimentos em laboratórios, devido à escala de tempo ou ao espaço envolvido na observação, como a geologia, a física teórica, etc. Gaddis afirma que nenhum geólogo observou ‘empiricamente’, em seu laboratório, o movimento das placas tectônicas; no entanto, a teoria do movimento das placas é largamente aceita pela comunidade internacional.

Para Gaddis, os geólogos trabalham com estruturas existentes para tentar entender o processo ou os processos que levaram ao estabelecimento das estruturas; partem, portanto, de questões do presente. Assim também o historiador parte de questões do presente, formuladas para estruturas existentes na atualidade para tentar explicar os processos de formação dessas estruturas.

Mas outro aspecto significativo nos argumentos de Gaddis é o de que a ciência tem uma:

qualidade que a distingue de quaisquer outros métodos de pesquisa: ela mostrou-se mais eficaz de obter consenso na comprovação de resultados entre culturas de diferentes línguas, e entre observadores extremamente diversos (2003, p. 54).



Para ele, existem outras maneiras de se produzir conhecimentos e resultados, como ler entranhas de animais, ler a sorte através da palma da mão, mas a possibilidade de se chegar a um consenso nesses métodos é duvidosa. A vantagem da ciência é ter a possibilidade de ‘prover um consenso de opinião racional sobre um campo o mais amplo possível’ (GADDIS, 2003, p. 54).

A possibilidade de um ‘consenso racional amplo’ tem o mesmo sentido que o previsto em Hobsbawm (1998), quando fala de universalidade do conhecimento. Essa é a única possibilidade de escaparmos das armadilhas do ‘reforço das identidades’ colocadas no caminho do aprendiz de historiador. Quanto mais próximo espaço-temporalmente o aprendiz estiver de seu tema, mais riscos ele correrá em produzir uma ‘história de identidades’.

A estratégia para evitar, ou contornar, os riscos da história de identidade é valorizar a ‘supremacia da evidência’, analisada a partir de referências teóricas e metodológicas consistentes. Esse procedimento deve ser adotado para toda a diversidade de fontes disponíveis ao trabalho do historiador.

Tomemos um tipo específico para demonstrar o que acabamos de afirmar. Dentre a multiplicidade de fontes (evidências) a que o historiador pode recorrer estão os mapas. Atualmente, podem ser encontrados na internet mapas digitalizados com boa resolução, o que facilita muito sua utilização na história (lista de endereços no final do texto).

Analisar a cartografia, a produção de mapas sobre um determinado território e em determinado contexto histórico significa, antes de tudo, tomar os mapas como fontes históricas, vestígios de uma atividade humana, e a cartografia como um discurso explicativo e representativo de concepções de grupos e de classes sociais sobre a sociedade em que viviam. Melhor dizendo, o que se representa nos mapas não são apenas códigos geográficos que indicam as posições de determinados lugares em relação aos outros. É muito mais do que isso.

Os mapas são, como todos os documentos, monumentos. Monumentos da conquista de uma determinada cultura sobre outra, de um grupo sobre outro. Representam também o desejo de que o espaço cartografado se torne semelhante àquele onde vivem os construtores dos mapas. Uma região sem mapas é uma região de ‘terrenos desconhecidos’ e distante dos atributos da cultura que investe na conquista.

Devem ser tomados como monumentos, pois eles, claramente, foram feitos com a intenção de enviar uma mensagem para o futuro, ou, mais especificamente, de construir um futuro, de estabelecer uma memória sobre o espaço que deveria se tornar memória coletiva. A estratégia do historiador deve ter, como aponta Le Goff, como dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento (LE GOFF, 1985, p. 102).

Como discurso, a cartografia partilha dos mesmos códigos de outras formas explicativas do social contemporâneas. Partilha com a história, por exemplo, os mesmos desejos de elaborar uma visão sobre um país ou uma nação no final do século XIX e início do XX. De maneira mais ampla, poderíamos dizer que a cartografia, ou a geografia, surge no século XIX também como uma grande ‘invenção’ explicativa do passado e da vivência da humanidade. Para Bann,

a história narrativa de Ranke era, de fato, uma invenção, no sentido de que atraiu consideráveis recursos estilísticos e reservas de força criativa para criar um novo idioma histórico. Foi muito mais do que isso, já que seu agudo senso crítico contribuiu para o estabelecimento de uma meticulosidade na avaliação e discriminação de fontes até então sem precedentes. Mas a sua própria inventividade é o que o novo idioma partilhou, em seu contexto histórico, com outras formas de representação, como o romance histórico, a pintura histórica e o museu histórico (1994, p. 15).

O problema está em analisar os mapas como documentos históricos, ou, de outra forma, em tentar responder quais representações sociais estão configuradas nos mapas. Especificamente, o centro da reflexão deve estar na preocupação sobre o problema da espacialidade, enquanto problema cultural e não apenas físico. Trata-se de tomar os mapas como representações culturais do espaço em um determinado contexto histórico.

Existe uma enorme dificuldade na análise dos mapas. Aparentemente trata-se apenas de uma representação gráfica de um espaço, mas eles incluem e se relacionam com as ideias e as artes das sociedades onde foram criados. É certo afirmar que os mapas possuem

[...] muitas vezes profundos elementos subjetivos e, que, aproximar-se da subjetividade deles é, portanto, um caminho válido de interpretação do que contém estes mapas, e o que está atrás deles’. Todos os mapas são ‘imagens’ e revelam o fato central de sua criação, a saber, comunicação, quer seja comunicação de dados, de ideias ou fantasias (WHITFIELD, 1994, p. vii).

Os mapas, continua Whitfield, são artefatos culturais que foram desenvolvidos por quase todas as culturas, com enormes variações de sofisticação. São resultado do intelecto e da imaginação no confronto com problemas da realidade. Eles adquiriram uma dimensão estética, e suas formas foram influenciadas pela arte, imaginação, e simbolismo, tanto quanto pelo conhecimento empírico (WHITFIELD, 1994, p. viii).

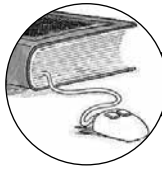
Para analisar mapas é preciso tomá-los como documentos históricos e dentro do contexto histórico da sua criação. Além disso, não se pode acreditar, como na suposição corrente, que eles transmitam representações objetivas do mundo. Eles não fazem isso.



Como diz Whitfield,

o impulso para representar o mundo sobre o papel tem sido sempre associado com o desejo de fazer algum enunciado sobre o mundo. Estes enunciados têm sido intuitivos e, frequentemente, expressados de forma simbólica, mas na essência eles são enunciados sobre o lugar do homem no mundo e sobre sua habilidade para entender ou governar seu ambiente (1994, p. viii).

Não se pode esquecer também de que, como destaca o autor, um dos elementos recorrentes em todos os mapas é o poder, seja o poder religioso, comercial, científico ou estatal. O poder controlando a forma dos traços e a história do mundo.



Referências

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

BANN, S. **As invenções da História**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Edunesp, 1994.

FALCON, Francisco J. C. A identidade do historiador. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 7-31, 1996.

GADDIS, John. **Paisagens da História**: como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

JENKINS, Keith. **A História repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.

LASCH, Christopher. **A cultura do narcisismo**: a vida americana numa Era de esperança em declínio. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. **Memória - História**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. v. 1.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias ... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 19, 1997.

WHITFIELD, Peter. **The image of the world**: 20 centuries of world maps. Ronherth Park: [Artbooks], 1994.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**. São Paulo: Cia das Letras. 1990.



Fontes e referenciais para o aprofundamento temático

Visite os sites:

- <<http://consorcio.bn.br/cartografia>> .
- <<http://www.davidrumsey.com>> .
- <http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library> .
- <<http://www.maphistory.info/index.html>> .
- <<http://www.itcg.pr.gov.br>> .

Escolha três ou quatro mapas da mesma região, mas de períodos históricos diferentes. Compare-os e identifique as diferenças: em relação às cores, o que está representado no mapa; as convenções, o número de cidades e estradas etc. Procure explicar os motivos pelos quais os mapas da mesma região são diferentes, com o intuito de mostrar a historicidade presente nas representações cartográficas.



Anotações



O uso do jornal como fonte de pesquisa

Rivail Carvalho Rolim / Juçara Zanoni do Nascimento

O que vemos é governado pelo modo como vemos, e este é determinado pelo lugar de onde vemos (BAKHTIN; HOLQUIST).

A partir do momento em que passamos a considerar importante para a compreensão das sociedades todas as atividades de homens e de mulheres, independentemente da posição que ocupam na sociedade, definimos como pressuposto que é histórico tudo que é produzido, seja de forma material ou imaterial. Podemos dizer que, na atualidade, para realizarmos uma reflexão histórica necessariamente levamos em consideração a totalidade da vida social.

Essa concepção de história trouxe também em seu bojo uma ‘revolução documental’, para usar uma expressão de Jacques Le Goff, na medida em que, para analisarmos as ações humanas em diferentes espaços e temporalidades, temos que utilizar diversos tipos de fontes na pesquisa histórica. Por isso todas as evidências históricas tornaram-se importantes, pois contêm registros das atividades humanas. Além disso, essa concepção de história também implicou entender a duração social na sua pluralidade/multiplicidade, devido à complexidade dos acontecimentos.

Fernand Braudel, por exemplo, em obra produzida na década de 1950, dá-nos uma contribuição importante, pois conceitua o tempo dos acontecimentos históricos. Segundo esse historiador dos Annales, há acontecimentos que são breves e curtos – o evento –, outros que decompõem o passado em fatias – a conjuntura –, e há aqueles que se mantêm, permanecem, sobrevivem, apesar do tempo – é a longa duração. Esses acontecimentos históricos, com durações variáveis, não estão isolados. Na realidade, há um entrecruzamento desses movimentos, com interações e rupturas. Como não são independentes, acontecimentos podem estar ligados a uma conjuntura que, por sua vez, se liga às estruturas ou à longa duração.

Diante dessa ampliação do que pode ser considerado como fonte, vamos encaminhar uma reflexão sobre o uso dos jornais nas pesquisas históricas. De início devemos



salientar que, nos últimos anos, mais e mais historiadores e demais pesquisadores das ciências humanas vêm utilizando a imprensa em suas pesquisas, dada a variada gama de registros que contém. Portanto, o jornal está inscrito no movimento de alargamento do que deve ser considerado como documento nas pesquisas historiográficas.

Quanto à possibilidade do uso do jornal como fonte, podemos dizer que a imprensa, desde que surgiu, tem registrado diversos aspectos da vida social. Todavia, dada a consolidação da história como área de conhecimento no final do período oitocentista, fato que exigia rigorosa crítica dos documentos, implicando, inclusive, verificar se eles eram falsos ou verdadeiros, somente as fontes oficiais produzidas por autoridades foram consideradas seguras para serem utilizadas. Logo, para o pensamento metódico rankiano, os jornais não eram confiáveis de serem utilizados nas pesquisas.

Os periódicos, por exemplo, ficaram sob desconfiança, pois se considerava que suas informações não eram objetivas tal qual um documento emitido por uma autoridade ou instituição governamental. Apesar dessa suspeição em relação à imprensa, ela já detinha uma importância significativa nos países mais desenvolvidos, principalmente porque era utilizada como um meio de divulgar as ideias dos grupos envolvidos na dinâmica da vida social moderna.

Sobre isso, Ruth Rodrigues (2006) assinala que no final do século XIX os periódicos viveram um período de esplendor e expansão, convertendo-se em centro de debate, órgão de informação e de opinião. Em determinados países, converteram-se em um elemento habitual na vida das pessoas. Na França, o *Le Petit Journal* chegou a alcançar a tiragem de um milhão de exemplares no início do século XX. Esses jornais contavam com grandes nomes da literatura da época como colaboradores. Muitos periódicos, inclusive, participaram ativamente das campanhas políticas ou mesmo tentaram satisfazer todos os gostos dos leitores.

A expansão da imprensa se deve muito ao fato de os empresários terem percebido que seus leitores não eram apenas intelectuais que frequentavam livrarias; assim, criaram um novo nicho de mercado: os leitores de jornais e revistas. Ou seja, 'o público lia pouco e mal, então, começou a ler, já que o produto (notícia) se tornou atraente e interessante' (CARVALHO, 2007). Ruth Rodrigues (2006, p. 151) destaca que 'numerosas publicações se deixaram guiar por seus próprios interesses e negócios, que as impediram de serem fiéis à realidade'. Talvez por conta disso é que venha a desconfiança do pensamento rankiano quanto ao uso de fontes que não fossem oficiais.

No Brasil, com a vinda da família real no começo do século XIX, ao lado da imprensa régia surgiram os primeiros jornais em algumas províncias, sobressaindo a de oposição política ao movimento de independência. *Correio Brasiliense*, de José Hypólito da Costa, *Revérbero Constitucional Fluminense*, escrito por Joaquim Gonçalves Ledo,

Correio do Rio de Janeiro, de João Soares Lisboa e *Typhis Pernambucano*, fundado e dirigido por Frei Caneca, ganharam destaque.

Na conjuntura de implantação do regime republicano a imprensa também estava presente, noticiando os acontecimentos. Jornais como o *Correio Paulistano*, *A Província de São Paulo*, que depois modificou o nome para *O Estado de S. Paulo*, e o *Diário Popular* trouxeram várias informações sobre as mudanças que estavam acontecendo no país. O *Jornal do Comércio*, fundado em 1827, por exemplo, noticiou com grande destaque, no dia 13/05/1888, o fim da escravidão e outros aspectos importantes dos últimos anos dessa forma de trabalho no Brasil.

Com a urbanização ocorrida no início do século XX, vários jornais foram criados para atender à demanda de um segmento social letrado. Assim, foram criados o *Jornal do Brasil* (1891), o *Correio da Manhã* (1901), *O Globo* (1925), o *Diário Carioca* (1928) e o *Diário de Notícias* (1930). Nessa breve explanação, também não poderíamos deixar de mencionar os jornais *Tribuna da Imprensa*, criado em 1949 e *Última Hora*, em 1951, que marcaram época devido à introdução de novas técnicas de apresentação gráfica e inovações na cobertura jornalística, renovando a linguagem da imprensa.

Na atualidade, temos jornais que estiveram presentes em vários momentos da história da República e ainda continuam sendo importantes veículos de informação no país. Contudo, a denominada grande imprensa concorre com os jornais regionais e locais na tarefa de noticiar os acontecimentos. Esses periódicos locais são importantes, na medida em que dificilmente um jornal de grande circulação nacional dá importância para acontecimentos de cidades do interior, a não ser que seja um acontecimento com projeção nacional.

Os periódicos regionais/locais trazem importantes informações sobre a realidade de inúmeras localidades distantes das grandes áreas metropolitanas, bem como estabelecem relação com outras regiões. Mostra como é a vida distante dos grandes centros urbanos e os padrões culturais do interior. Nesse sentido, podemos identificar até que ponto as mudanças ocorridas nos grandes centros urbanos se reproduzem em cidades menores, ou como as pessoas das cidades pequenas e médias do país veem os acontecimentos nacionais e mundiais. Para exemplificarmos, qual teria sido a visão dos jornais do interior do país acerca dos grandes movimentos culturais dos anos 1960? Os jornais das grandes cidades e os do interior noticiaram da mesma forma o movimento feminista e a descoberta da pílula anticoncepcional?

Justamente por isso, na atualidade os jornais regionais e locais estão sendo considerados importantes para a pesquisa, pois ampliam o leque de informação sobre a realidade social. E com o avanço das técnicas de impressão, estão presentes em quase todos os espaços regionais.



Portanto, a imprensa registra fatos os mais diversos, por isso constitui uma verdadeira mina de informação. Como a preocupação é registrar os acontecimentos, os jornais têm uma capacidade enorme de acompanhar as mudanças que ocorrem na sociedade e de assumir novas linguagens para atender aos consumidores – o leitor e o anunciante.

Como podemos ver, os jornais constituem um importante suporte de registro de atividades, seja de circulação nacional, regional ou local. E se no período contemporâneo a imprensa passou a fazer parte da nossa vida cotidiana, com os avanços ocorridos nas pesquisas históricas ao longo do século XX verificou-se também que pode ser utilizada na pesquisa histórica. Contudo, se tem uma importância enorme no registro dos acontecimentos, seu conteúdo é fruto de elaborações dos agentes sociais responsáveis pela sua produção.

Assim sendo, ao iniciarmos um trabalho de análise de jornais não podemos perder de vista que as matérias são resultado das relações de forças conflitantes e do empenho dos envolvidos para imporem uma determinada imagem da sociedade, no tempo presente ou para as gerações futuras. A produção de um jornal ‘pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas’; mais ainda, seus ‘produtores engendram imagens da sociedade’, conforme destaca Capelato (1988).

Por conseguinte, os jornais são produzidos por agentes sociais sob determinadas condições. Como outro tipo de fonte, é necessário que se empreenda uma análise rigorosa; aliás, o trabalho de análise documental se torna mais difícil, uma vez que todas as fontes são possíveis de serem usadas pelo historiador. Essas preocupações metodológicas se devem ao fato de que a ideia de documento-verdade desapareceu. Com essa mudança, jornais passaram a ser considerados documentos importantes para as pesquisas históricas. De forma indistinta, podemos encontrar, tanto em jornais nacionais como em regionais e locais, registros sobre diversos aspectos da vida social, tais como usos e costumes de pessoas ilustres e anônimas, e fatos de economia e de política.

Quanto ao cuidado que devemos ter com as fontes, Carlo Ginzburg, por exemplo, fala da importância de Lourenço Valla (1407-1457) para as pesquisas históricas. O humanista italiano, ao publicar *Discurso sobre a falsa e enganadora doação de Constantino*, em meados do século XVI, denunciando a falsidade do documento *A doação de Constantino*, produzido pela Igreja Católica no período medieval, contribuiu para o trabalho de crítica e, por conseguinte, para a constituição da moderna concepção de História. Esse importante historiador italiano deixa claro, com isso, que as pesquisas históricas, apesar da importância do discurso/retórica da escrita, carecem da fonte, do documento.

Para usar o jornal como fonte é fundamental entender que ele é constituído por diferentes textos (gêneros textuais), como: notícias, reportagens, editoriais, charges. Há também a divisão em temas ou assuntos: política, cotidiano, economia, esportes, cultura e cadernos temáticos. Todas as seções do jornal trazem informações importantes sobre a vida social, até mesmo a seção de classificados.

Contudo, para informar, um determinado gênero textual utilizado pelo jornal possui maior ou menor grau de objetividade. Dessa forma, temos que levar em consideração que antes das mudanças ocorridas nos jornais no sentido de profissionalizar o trabalho da imprensa, era muito acentuada a subjetividade na forma de noticiar os acontecimentos. Diferentemente da forma como é dada a notícia nos dias atuais, as matérias pareciam com folhetins, embora alguns periódicos mantenham ainda hoje um estilo fortemente subjetivo em suas notícias.

Geralmente, na seção de notícias o jornalista constrói um texto mais isento e sintético, que narra a informação. A informação sobre o fato é mais direta; enfim, estabelece uma relação quase que imediata entre a fonte e o receptor da notícia. A notícia pode ser percebida pela característica de ser um texto organizado com o pressuposto de que todas as informações essenciais a respeito do acontecimento estão dadas. Segundo os teóricos da comunicação, ela contém em si todo o seu saber: não é preciso conhecer nada do mundo para entender seu conteúdo. Em suma, trata-se de uma estrutura fechada.

Podemos dizer que, em geral, encontramos nas notícias os fatos históricos aos quais Braudel denomina eventos, pois são *explosivos*, ‘novidade sonante’, que, com sua ‘fumaça excessiva, enche a consciência dos contemporâneos, mas não dura, vê-se apenas sua chama’. Contudo, o evento pode conter uma série de significados e revelar movimentos mais profundos, que uma hora ou outra *explodem*. O acontecimento ou evento é como se fosse a ponta de um *iceberg*; todavia, esses fatos miúdos, uns brilhantes e outros obscuros, não formam toda a realidade, toda a espessura da história. Lembremo-nos de que os atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, não se esgotaram no acontecimento daquele dia, mas tiveram desdobramentos significativos nas relações entre o ocidente e o oriente médio.

A reportagem difere da notícia em vários aspectos. O primeiro é que a reportagem não trata de informar um fato ou uma série de fatos, mas um assunto, conforme um ângulo preestabelecido. Por exemplo, são dadas notícias sobre um governo deposto, um assassinato ou um suicídio. No entanto, são feitas reportagens sobre crise política, econômica e social, sobre as condições de vida da população, mudanças nas formas de habitar, de vestir e de se alimentar. No caso citado anteriormente, sobre os atentados, várias reportagens foram realizadas para analisar o comportamento das pessoas diante



do episódio e sobre a situação política e social dos países acusados de proteger as pessoas responsáveis pelos ataques.

Há reportagens em que predominam a investigação e o levantamento de dados, já há outras nas quais o jornalista chega a fazer a sua interpretação. Segundo Nilson Lage (1987, p. 48),

de qualquer maneira, existe sempre alguma interpretação nas reportagens. O importante é que se respeitem os fatos, dos quais não se pode discordar, e se dê ao leitor, com humildade, o direito de avaliá-los segundo seu próprio repertório, seus valores.

É nesse sentido que jornalistas chegam a falar que *contra fatos não há argumentos*, embora saibamos que os fatos são construídos socialmente.

Nessa parte, encontraremos não mais os momentos explosivos – os eventos –, delimitadores, mas períodos que deixam os contemporâneos com a impressão de que estão passando por um turbilhão, e nesse caso a história parece se acelerar em decorrência de quão profundas podem ser as mudanças ocorridas ao longo de dez ou vinte anos. As mudanças culturais, políticas e sociais dos anos 1960 foram percebidas por todas as pessoas. Bob Dylan chegou a fazer uma música justamente com o título *The times, they are a changing*, evidenciando as transformações que estavam acontecendo na vida de muitas pessoas.

Na realidade, as pessoas ou grupos têm ou ficam com a consciência de terem vivido períodos da vida social que se diferenciaram dos outros. Nesse caso, estamos nos referindo à conjuntura que, segundo Braudel, é composta por um ciclo, ou até mesmo um interciclo, que pode ser de dez anos, um quarto de século e, no limite extremo, de meio século. No Brasil, quem vivia nas principais cidades do país, nos anos 1950, sempre falam desse período como os ‘anos dourados’, ou da ditadura militar como os ‘anos de chumbo’.

Outra parte significativa do jornal é o editorial, caracterizada por um texto opinativo que reflete a posição coletiva da redação ou a do proprietário do jornal. Os editoriais exprimem opiniões baseadas em informações e em uma apurada percepção do que é o tema relevante do momento. Sem isso, o jornal pode perder a credibilidade. Contudo, seja qual for o assunto, o objetivo do editorial é evidenciar a posição do jornal. Se analisarmos o editorial de um jornal, vamos nos deparar com a apresentação do tema, seguido da contextualização e indicação sobre o assunto tratado e a conclusão, com um posicionamento do jornal.

Todavia, podemos encontrar nos jornais informações que podem indicar aspectos da realidade social que parecem intocados ao longo das gerações. Aliás, com a impressão de terem ganho estabilidade, de que são imutáveis. Não é incomum encontrarmos

notícias sobre a vida de grupos étnicos que mantêm suas tradições milenares ou centenárias apesar das transformações sociais do mundo moderno.

Nesse caso, estamos justamente nos referindo à longa duração, à estrutura, com referência a fatos históricos que atravessam sociedades e séculos, e escapam à percepção dos contemporâneos. Com as informações nos jornais podemos fazer um trabalho de comparação entre a realidade contemporânea e períodos passados, para verificarmos se são parecidos, idênticos ou completamente diferentes. Podemos, inclusive, verificar se o tempo presente guarda algumas permanências históricas ou se sofreu rupturas profundas, não tendo qualquer ligação com os períodos anteriores.

Nesta abordagem sobre o uso do jornal nas pesquisas não estamos defendendo o pressuposto de que a realidade histórica deva ser investigada somente com esse tipo de documento. Ou mesmo que somente os jornais trazem as informações necessárias para a pesquisa histórica, porque fazem um acompanhamento diário dos acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais, bem como pelo fato de poder fazer registros de todos os aspectos da realidade.

Mas para observar todos esses detalhes é necessário que o leitor seja atento. Quando se lê um jornal, deve-se fazer uma leitura diferenciada de cada um dos gêneros textuais que o constituem: notícia, editorial, charges, reportagens, classificados, entre outros textos. A leitura começa antes mesmo da leitura do texto propriamente dito. Observe-se que

[...] ler não se trata simplesmente de decifrar a escrita, decodificando-a letra por letra, palavra por palavra, mas é uma atividade que implica, necessariamente, compreensão na qual os sentidos começam a ser constituídos antes da leitura propriamente dita (DANIEL; BRUN; NASCIMENTO, 2009, p. 65).

Para exemplificar, ao folhear um jornal nos deparamos com uma charge; antes de lê-la já sabemos que fará uma crítica por meio do humor, e que essa crítica está associada a algo publicado no jornal, ou seja, ela não aparece solta, descontextualizada, mas sempre está vinculada a um dos assuntos publicados no jornal, e os leitores desse jornal sabem do que se trata, bem como o motivo de ela estar ali.

Ao olharmos para a charge não a confundimos com uma notícia ou com uma propaganda. Sabemos exatamente qual é um texto e qual é outro, e é essa percepção que nos orienta na interpretação e na produção de sentidos. A charge é um gênero textual, a notícia é outro, e a propaganda, outro.

Os gêneros textuais são formas de ações. Quem produz um texto tem um objetivo e sabe que ação específica desenvolver, por isso escolhe o gênero textual adequando-o à ação que pretende. Identificar o gênero textual, portanto, é um dos primeiros passos para compreensão e produção de sentidos de um texto. É por isso que os estudos mais



modernos da Ciência da Linguagem apontam que a leitura é uma atividade de construção de sentidos na interação entre autor e leitor, mediada por um texto.

O jornalista que escreve tem um propósito: ele não escreve por acaso. Além de ter um objetivo, ainda quer que o leitor acredite no seu ponto de vista. Para isso, à medida que constrói o texto utiliza artifícios e estratégias para que o leitor entenda o que quer dizer e concorde com ele. Podemos dizer que o jornalista procura manipular o leitor. Para isso ele precisa conhecê-lo, pois quanto mais souber a seu respeito mais fácil será manipulá-lo.

Voltemos ao exemplo do jornal. Se a maioria dos leitores possui bom padrão de vida, curso superior, o jornalista tem a preocupação de escolher cuidadosamente cada palavra, cada expressão, cada argumento, e certamente utilizará uma linguagem mais formal. Já se a maioria dos leitores pertence a segmentos sociais mais populares, e não possui curso superior, a preocupação do jornalista também será com a linguagem, porém de forma diferenciada: ele também escolherá, cuidadosamente, cada palavra, cada expressão, cada argumento, mas de forma que o seu público seja capaz de compreender o texto; nesse caso, a linguagem será menos formal.

Embora o leitor sempre seja orientado pelo jornalista a seguir um determinado objetivo, ele também tem suas convicções, seus conhecimentos acerca do assunto e o seu ponto de vista. Isso quer dizer que é um sujeito ativo, que nem sempre se deixa manipular. Nesse sentido, dizemos que nem sempre o que o jornalista escreve será aceito pelo leitor. Ou seja, a influência dos meios de comunicação sobre as pessoas nem sempre é algo imediato, direto.

Durante o processo de leitura/análise, o leitor relaciona os conhecimentos que tem acerca do texto que está lendo, e para isso utiliza sistemas que o auxiliam na compreensão do texto. As pesquisadoras Koch e Elias (2006, p. 40-56) apontam três sistemas que auxiliam no processamento textual: o conhecimento linguístico, o conhecimento enciclopédico e o interacional.

Por meio do conhecimento linguístico compreendemos a organização do material linguístico na superfície textual, bem como os recursos coesivos oferecidos pela língua; por exemplo, quando se escreve há uma seleção das palavras mais adequadas ao tema.

O conhecimento enciclopédico ou conhecimento de mundo refere-se aos conhecimentos gerais sobre a realidade social, e aos conhecimentos referentes às nossas vivências pessoais, situadas no tempo e no espaço, possibilitando-nos a produção de sentidos.

Já o conhecimento interacional refere-se às formas de interação por meio da linguagem, e permite reconhecer os objetivos e os propósitos pretendidos pelo autor do texto em uma dada situação. Isso significa que é necessário fornecer ao leitor a quan-

tidade de informação necessária para que possa ser capaz de entender o objetivo do texto. Para assegurar a compreensão e a aceitação dos objetivos daquilo que escreveu, é importante que o autor identifique a forma linguística mais adequada a determinada situação comunicativa, bem como as palavras conhecidas pelo leitor.

Outro fator importante a ser considerado na leitura é o contexto. De acordo com Fernandes e Daniel (2008, p. 43), ‘nos processos de produção de leitura e escrita, o texto corresponde a um projeto de dizer construído em um dado contexto, em uma dada situação comunicativa’. Isso quer dizer que na produção de um texto há uma projeção do *quê* e *como* dizer, em cada contexto, considerando: quem fala, com quem fala, quando, onde, em que condições, com que propósito, etc. Os autores apontam também a diferença entre o contexto de produção (contexto em que o texto é escrito) e contexto de uso (contexto em que o texto é lido).

Para facilitar a compreensão, quando começamos a ler um jornal e nos deparamos com uma matéria acerca do *impeachment* de um presidente e os fatos são narrados sem muito envolvimento, logo identificamos o gênero textual utilizado: notícia. O jornalista tem o seu ponto de vista, mas nem sempre pode escrever o que pensa, pois ele deve seguir as orientações e o ponto de vista do jornal em que trabalha e o que é imposto pelo gênero textual utilizado. Observemos que se o jornalista opinar *claramente* sobre o *impeachment de um presidente* não está mais escrevendo uma notícia, mas um editorial ou um artigo de opinião.

Dessa forma, ao analisarmos uma matéria de jornal temos que observar a posição do jornal; por exemplo, se ele concorda com o que aconteceu, se ele é de direita ou de esquerda. Se o jornal for de oposição a quem estava no poder, provavelmente o olhar sobre o fato descrito será de alguém realizado com o que aconteceu, e o enfoque será dado como justo, como certo.

Outro aspecto relevante na análise dos jornais diz respeito aos leitores do jornal, à linguagem que foi utilizada, se formal ou informal. Como o jornalista estruturou linguisticamente o texto para prender a atenção dos leitores? Fica claro, portanto, o quanto é complexo o trabalho de construção (escrita) do gênero textual notícia.

Levando em consideração que os leitores interagem com o autor por meio do texto, o leitor tem uma relação ativa com a informação contida no jornal, mas não necessariamente a percepção produzida pelos jornais sobre um determinado acontecimento social é compartilhada pelos vários segmentos sociais.

Nesse sentido, evidenciamos que a linguagem não é neutra; por trás dela há sempre intenções, pontos de vista, ideologias próprias do momento de produção. Segundo Koch e Elias (2006, p. 78), ‘não se pode desenvolver bem uma produção escrita sem dar especial atenção aos aspectos contextuais’.



Além desses aspectos apontados, para a análise das matérias jornalísticas é fundamental se ter conhecimento linguístico e conceitual acerca das palavras utilizadas. Se não soubermos qual é seu significado, o texto fica truncado. O nosso conhecimento é fundamental para estabelecer relações. Percebamos que, mesmo sem notar, ativamos esse nosso conhecimento.

O conhecimento interacional faz, por exemplo, com que dialoguemos com o jornalista, faz com que concordemos ou não com o posicionamento dele. No caso dado como exemplo, poderemos achar justa ou injusta a questão do *impeachment*; isso vai depender do nosso ponto de vista e das estratégias argumentativas utilizadas pelo jornalista.

A leitura de um texto é algo que exige muito empenho por parte do leitor: não se lê simplesmente por ler, há que se estar disposto a pensar, refletir e fazer relações.

Compreender bem um texto não é uma atividade natural nem uma herança genética; nem uma ação individual isolada do meio e da sociedade em que se vive. Compreender exige habilidade, interação e trabalho (MARCUSCHI, 2008, p. 229-230).

Por isso, é importante esclarecer que não existe uma única leitura de um texto; na verdade, há inúmeras leituras possíveis. Iniciamos este artigo com a citação de Bakhtin e Holquist: 'O que vemos é governado pelo modo como vemos, e este é determinado pelo lugar de onde vemos'. A intenção foi mostrar que ler um texto jornalístico ou qualquer outro é muito mais que decodificá-lo, porque essa leitura implica uma série de elementos e estratégias que corroboram a produção de sentidos.

O sentido dependerá de quem é o leitor, de onde ele está, dos conhecimentos linguístico, enciclopédico, interacional que possui, do contexto no qual está inserido, do contexto em que o texto foi produzido, bem como dos conhecimentos acerca do autor, da instituição, da empresa que representa, entre muitos outros.

Assim, o uso do jornal como fonte de reflexões pode ser utilizado para a compreensão de inúmeras realidades sociais, em diferentes temporalidades históricas.



Referências

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e técnica**: História da imprensa brasileira. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990. v. 1.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **Imprensa e História no Brasil**. São Paulo: Contexto; Edusp, 1988.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **Os arautos do liberalismo**: imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, Carmen. Segmentação do jornal, a história do suplemento como de mercado. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA NA MÍDIA, 5., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Facasper; Ciec, 2007.

DANIEL, Maria Emília Borges; BRUN, Edna Pagliari. NASCIMENTO, Juçara Zanoni do. **Fundamentos e Metodologia de ensino de Língua Portuguesa**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. **O discurso da violência**: as marcas da oralidade no jornalismo popular. São Paulo: Educ; Cortez, 1996.

FERNANDES, José Genésio; DANIEL, Maria Emília Borges. **Leitura e produção de textos**. Campo Grande: Ed. Ufms, 2008.

KOCH, Ingedore Villaça G.; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1987.

MACHADO, Irene A. **O romance e a voz**: a prosaica dialógica de M. Bakhtin. Rio de Janeiro: Imago, 1995.



MARCUSCHI, Luis Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

RODRÍGUES, Ruth. Maupassant y la prensa francesa de la segunda mitad del siglo XIX. **Trípodos**, Barcelona, n. 19, 2006.



Fontes e referenciais para o aprofundamento temático

Podem ser utilizados diversos tipos de jornais: locais, regionais, nacionais ou internacionais. Atualmente há jornais que estão disponíveis na internet.

Primeira atividade: escolher um jornal e identificar notícias e reportagens. Em seguida, definir os acontecimentos que são considerados como um evento, os que são classificados como conjunturais e, por último, aqueles de longa duração. Tal atividade é para se trabalhar a noção de tempo histórico.

Segunda atividade: escolher matérias nos jornais. Identificar se é uma notícia ou uma reportagem; mostrar a posição política do jornal e dizer se concorda ou discorda do episódio que foi noticiado; mostrar sobre o que trata a matéria, quando e como aconteceu e o porquê do fato ocorrido. Depois desse reconhecimento, produzir um texto analítico sobre a matéria selecionada.



Anotações

História oral e memória

Ailton José Morelli

O trabalho com fontes orais possui uma ampla produção, e deu origem, nas últimas décadas, a redes de pesquisas e a congressos. Retomando a discussão sobre as mudanças na historiografia da década de 1970, Alberti coloca a História Oral como metodologia adequada para a pesquisa de novos objetos:

Surgiram novos objetos, e os historiadores passaram a se interessar também pela vida cotidiana, pela família, pelos gestos do trabalho, pelos rituais, pelas festas e pelas formas de sociabilidade – temas que, quando investigados no ‘tempo presente’, podem ser abordados por meio de entrevistas de História Oral (ALBERTI, 2005, p. 163).

Os trabalhos com fontes orais tiveram, com o advento do gravador de fita, um impulso efetivo em meados do século passado. Com a produção dos depoimentos com maior riqueza de detalhes e com as condições de armazenagem das fitas inaugurou-se uma nova fase tecnológica (QUEIROZ, 1991).

Nas décadas de 1950 e 1960, a História Oral continuou ganhando adeptos e representatividade em vários países. Porém, essa metodologia encontrou muitas dificuldades na América Latina, como no caso do Brasil. Conforme ocorria com outras práticas de manifestação popular, os governos autoritários reprimiram as tentativas de desenvolvimento de projetos que envolviam o registro de experiências e opiniões de indivíduos ou comunidades. Essa condição começou a mudar com o processo de abertura política, no final da década de 1970, e principalmente na de 1980 (MEIHY, 1996, p. 8).

A realização de congressos, a organização de grupos de pesquisa e centros de memória, assim como a produção bibliográfica crescente possibilitaram que o Brasil participasse efetivamente no campo da História Oral em âmbito internacional. E, em 1994, foi criada a Associação Brasileira de História Oral.

Atualmente, não só a comunidade acadêmica mas também outras instituições – tanto públicas quanto privadas – têm demonstrado interesse no registro da História Oral, proporcionando o diálogo entre o saber acadêmico e o não sistematizado. Conforme Alberti,



essa reconciliação da História Oral com a academia, notadamente a partir do decênio de 1990, se deve sobretudo ao fim da polarização maniqueísta entre 'vencedores' e 'vencidos', 'nacional' e 'local', 'escrito' e 'oral', 'erudito' e 'popular', e assim por diante. A História Oral é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade (ALBERTI, 2005, p. 164).

A produção e o empenho do historiador Paul Thompson contribuiu consideravelmente para a fundamentação teórica da História Oral. Entre suas obras, *A voz do passado* (THOMPSON, 1992) ainda é referência para os pesquisadores brasileiros, além de contribuir para a difusão dessa modalidade da história na América Latina.

Conforme Thompson (1992, p. 303-305), seriam três as principais formas de produção de História Oral. A história oral de vida seria a mais tradicional e baseia-se no depoimento aprofundado de uma pessoa; como o termo indica, não ocorre a delimitação da entrevista com temas ou perguntas. Esse tipo de pesquisa permite trabalhar com um único depoente e, partindo desse depoimento, é possível desenvolver as análises das lembranças, vivências e interpretações de fatos vividos por esse indivíduo, na relação com a sociedade em que viveu.

As pesquisas com a análise e/ou produção de uma coletânea de narrativas tiveram um maior destaque, principalmente pelas semelhanças técnicas com as pesquisas de psicologia, sociologia e antropologia. Por outro lado, também foram objeto de severas críticas quanto à fragilidade metodológica (ROLLO; GONÇALVES, 2010). No embate desenvolvido, os historiadores demonstraram que as pesquisas de História Oral não eram apenas uma coleção de entrevistas; pelo contrário, possuíam fundamentação teórica e metodológica, passando por um processo analítico das fontes. Essa forma de pesquisa, trabalhando principalmente com grupos relacionados a um tema, continuou sendo a mais difundida.

A terceira forma possui uma questão relacionada à pertinência de ser denominada História Oral ou pesquisa com fontes orais. Trata-se do 'cruzamento' das fontes orais com outras fontes. O uso das fontes orais, inclusive aquelas preservadas nos arquivos, traz essa dúvida e tem provocado debates, contribuindo para o aprofundamento das questões teóricas e metodológicas desse campo.

O uso de fontes orais exige tratamentos técnicos e metodológicos apropriados na produção e na análise do material. Quando utilizamos acervos sonoros produzidos e armazenados por instituições é preciso ter em mente que a produção seguiu procedimentos de entrevista, mesmo que estejamos trabalhando com as entrevistas transcritas, ou seja, quando passamos do oral para o escrito. O processo de produzir a fonte oral possui

ampla bibliografia. Como o processo de entrevistas está relacionado com diversas áreas, é importante identificar características próprias e desenvolver o diálogo com as outras.

A metodologia difundida por José Carlos Sebe Bom Meihy, chamada *transcrição*, é um excelente exemplo para entendermos os procedimentos da História Oral (MEIHY, 2005). Nessa metodologia, Meihy defende a participação direta do depoente em todo o processo de produção de seu depoimento. Após explicação do projeto ao depoente e dos temas ou perguntas, isso quando não se trata de história de vida, as entrevistas são realizadas em diferentes momentos, retornando ao depoente a entrevista transcrita para sua avaliação e retomada do depoimento. Trata-se de um processo que pode acontecer em vários encontros. É importante ter em mente a importância dada ao depoente na produção do conhecimento. O término do relato, aceito pelo depoente, constitui parte integrante do resultado final da pesquisa.

Esse exemplo de História Oral é importante para marcarmos a relação do pesquisador com o depoente. Bourdieu (1997) defende também que o depoente merece total respeito, e o pesquisador precisa cuidar para não agir com violência e para conduzir o processo extraindo informações como em um inquérito ou conduzindo a entrevista mesmo que sutilmente. Risos, concordância com a cabeça ou ações contrárias, demonstrando incômodo ou dúvida na fala do depoente são questões que precisam ser tratadas e têm de ficar claras na transcrição ou mesmo na retomada da entrevista. Esse ponto será retomado após o item da Memória.

A pesquisa baseada em História de Vida, por exemplo, de uma professora, não possui um recorte temático além, por exemplo, de analisar a vida de um professor, os motivos da escolha, a influência na vida pessoal, as mudanças na profissão. A entrevista sem orientação por roteiro é livre, podendo o depoente falar de sua vida seguindo uma cronologia ou não; o desejo de falar de sua vida é que encaminha o depoimento. Pelo seu caráter livre, é uma forma de entrevista própria para acervos orais, permitindo análises temáticas diversas.

As pesquisas temáticas permitem exercícios mais controlados, principalmente para atividades pedagógicas. A elaboração dos roteiros das entrevistas, conforme dito anteriormente, é ação privilegiada da interdisciplinaridade; por exemplo, questões referentes ao ensino de matemática na escola ou com os pais dos alunos possibilitam algumas ligações e a relação entre vários professores. A produção das entrevistas armazenadas em um acervo oral da escola permite a comparação dos trabalhos e o encaminhamento deles para ampliação do acervo, revendo a produção, retomando entrevistas. A história de vida ou as entrevistas temáticas podem servir de fonte oral para pesquisas que envolvam outras fontes. Constitui prática tanto para pesquisas como para o ensino de História.



A fonte oral pode ser entendida como uma forma de materialização da memória. Memória do depoente, do grupo social, da família; enfim, o relato é um fragmento de todo o processo de memória pelo qual o indivíduo passou. Além da discussão no livro *Introdução aos estudos históricos* (AMÂNCIO; PRIORI; IPÓLITO, 2010, p. 45-54), é importante esclarecer alguns pontos.

MEMÓRIA E HISTÓRIA

O tema da memória também cresceu consideravelmente nas últimas décadas, pois, como afirmava Meneses no início da década de 1990,

[...] Fala-se de memória da mulher, do negro, do oprimido, das greves do ABC, memória da Constituinte e do partido, memória da cidade, do bairro, da empresa, da família. [...] Multiplicam-se as casas de memória, centros, arquivos, bibliotecas, museus, coleções, publicações especializadas (até mesmo periódicos) (MENESES, 1992, p. 9).

Nesse sentido, diante de abordagens de que História Oral e memória se confundem, alguns autores, como Meihy (1996, 2005), têm alertado para as distinções significativas entre ambas. Nos estudos sobre memória, o objetivo é notar os trajetos das lembranças e os lapsos resultantes de esquecimentos individuais e coletivos (MEIHY, 2005, p. 62).

É essencial para o historiador refletir sobre essa relação, tanto pela identificação que existiu (e existe), em maior ou menor grau, entre ambas, como pelas relações complexas que envolvem a memória e a história nos processos de construção de identidade. Segundo Le Goff, 1994, p. 476, 'a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje' [...].

Ulpiano B. Meneses, enfrentando essa problemática, define a memória como construção social, ou seja, 'formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional', enquanto a produção historiográfica é, para ele, uma 'forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva', com base em sua função crítica (MENESES, 1992, p. 22).

Nesse sentido, história e memória não mais se identificam, mas interpenetram-se, em um relacionamento considerado por alguns como conflituoso. Assim, diz Meneses: 'a História não deve ser o duplo científico da memória, o historiador não pode abandonar sua função crítica, a memória precisa ser tratada como objeto da História' (MENESES, 1992, p. 23). Desse modo, a pesquisa histórica não pode adotar uma noção de memória simplista, dominada por conteúdos do senso comum, que, frequentemente, apresenta a memória como um repertório definido de informações, um depósito de

conhecimentos, algo concreto, produzido e acabado no passado.

As fontes orais como processo de registro (materialização) de memórias podem provocar essas confusões e, por isso, exigem cuidados do historiador. Bosi aborda esse assunto de maneira esclarecedora:

O caráter livre e espontâneo, quase onírico da memória é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. [...] A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoa nossa consciência atual (BOSI, 1987, p. 17).

Ao analisar os 'quadros sociais da memória', Halbwachs considera que a memória é produto de um processo de construção social. Segundo o autor, a lembrança compõe representações que, muitas vezes, foram constituídas em depoimentos e racionalizações:

[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifesta já bem alterada (HALBWACHS, 1990, p. 71).

A memória individual, assim, estaria diretamente influenciada pelo social, por toda relação mantida com outras pessoas e pelo conhecimento adquirido intelectualmente. A lembrança não permanece inalterada, mas ela é fruto de trabalho mental. 'A elaboração da memória se dá no presente e para responder a solicitação do presente. É do presente, sim, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar' (MENESES, 1992, p. 11).

As características fundamentais para o estudo da memória seriam, então, seu enraizamento no presente, seu caráter adaptável às solicitações dos grupos e dos momentos, sua capacidade de se apresentar como tradição – isto é, memória exteriorizada como modelo e legitimação –, sua dependência de processos de apreensão e esquecimento. A construção da memória se dá através de exercícios de busca e seleção de signos e referenciais, orientados pelas perspectivas de quem os executa, produzindo interpretações de experiências históricas vividas. Essa memória não emana do passado; é determinada pelo presente, em diálogo com os muitos passados apreensíveis em leituras diversas. Devemos considerar, assim, que não há uma memória, mas várias possíveis. São, portanto, memórias em conflito buscando uma hegemonia relativa.

Como chama a atenção Alberti, uma entrevista não significa a memória e muito menos a história; é um fragmento, um traço do passado, e como fonte é que precisa ser tratada:



É claro que a publicação de uma ou mais entrevistas não constitui problema em si. O equívoco está em considerar que a entrevista publicada já é ‘História’, e não apenas uma fonte que, como todas as fontes, necessita de interpretação e análise. Em nome do próprio pluralismo, não se pode querer que uma única entrevista ou um grupo de entrevistas deem conta de forma definitiva e completa do que aconteceu no passado (ALBERTI, 2005, p. 158).

A organização de um conjunto de objetos, de imagens, de sons, de entrevistas, como qualquer documento, não constitui história e nem mesmo memória, ou seja, é indispensável o tratamento deles em um conjunto coeso e contextualizado, que permita compreender seu significado. E, assim, duas preocupações, entre outras, são básicas no processo de análise da memória usando a fonte oral: o que no período de que se fala teve importância suficiente para ser registrado e quais os elementos do presente que participam desse trabalho de reconstrução do passado.

ORGANIZANDO A PESQUISA

As pesquisas com fonte oral deixaram de ser alvo de exclusão no campo historiográfico e assumiram um papel estabelecido juntamente com as outras fontes, escritas, imagéticas etc. Assim também aconteceu com os grupos, centros de documentação e pesquisa, organização, simpósios, periódicos e a organização de acervos com fontes orais.

Os acervos, como o do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), ampliam as possibilidades de pesquisa e contribuem com a introdução dos pesquisadores nessa metodologia. Acompanhando a apresentação das entrevistas nesse acervo (uma parte dessas entrevistas já está disponibilizada na internet) é possível perceber os procedimentos básicos:

O trabalho com a metodologia de história oral compreende todo um conjunto de atividades anteriores e posteriores à gravação dos depoimentos. Exige, antes, a pesquisa e o levantamento de dados para a preparação dos roteiros das entrevistas. Quando a pesquisa é feita por uma instituição que visa a constituir um acervo de depoimentos aberto ao público, é necessário cuidar da duplicação das gravações, da conservação e do tratamento do material gravado (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA, 2010).

Na apresentação da entrevista de Aluísio Pimenta temos clareza quanto à parte das ‘atividades anteriores e posteriores à gravação dos depoimentos’:

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática
entrevistador(es): Simon Schwartzman
levantamento de dados: Equipe
pesquisa e elaboração do roteiro: Equipe

sumário: Patrícia Campos de Sousa
 técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes
 local: Washington - DC - EUA
 data: 15/06/1978
 duração: 3h 45min
 fitas cassete: 04
 páginas: 84 (PIMENTA, 2010, p. ii)

Os detalhes e as partes destinadas a cada participante da equipe, no exemplo, são as atividades que precisamos prever na pesquisa individual: pesquisar a temática, o grupo a que pertencem os depoentes escolhidos e ter claro o objetivo da pesquisa para informar ao depoente, mantendo sempre uma relação de confiança, clareza e respeito. Em hipótese alguma se justifica criar situações que forcem, encaminhem ou enganem o depoente visando a alguma informação. O respeito ao depoente está antes de qualquer resultado para a pesquisa ou satisfação do pesquisador; trata-se de um princípio ético e humano que garante a seriedade e o compromisso da pesquisa e do pesquisador.

A seguir, a descrição das orientações seguida na preparação e realização da entrevista esclarece sobre a escolha do depoente, a relação com a pesquisa e o que se pretende com a entrevista.

Entrevista realizada no contexto do projeto 'História da ciência no Brasil', desenvolvido entre 1975 e 1978 e coordenado por Simon Schwartzman. O projeto resultou em 77 entrevistas com cientistas brasileiros de várias gerações, sobre sua vida profissional, a natureza da atividade científica, o ambiente científico e cultural no país e a importância e as dificuldades do trabalho científico no Brasil e no mundo. Informações sobre as entrevistas foram publicadas no catálogo 'HISTÓRIA da ciência no Brasil: acervo de depoimentos' / Apresentação de Simon Schwartzman. Rio de Janeiro: Finep, 1984.

A escolha do entrevistado se justificou por sua trajetória profissional. Farmacêutico de formação, foi fundamental no setor de pesquisa científica nas áreas da Química e da Biologia, além de destacada carreira acadêmica e política (SENISE, 2010, p. ii).

Um roteiro pode ser elaborado para que o depoente fale dos temas definidos:

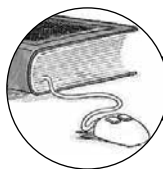
temas: Administração Pública, Associações Profissionais, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Bolsa de Estudo, Cooperação Científica e Tecnológica, Educação Artística, Ensino Secundário, Ensino Superior, Farmácia, Física, Golpe de 1964, Governo Federal, Governos Militares (1964-1985), História da Ciência, Indústria, Mercado de Trabalho, Minas Gerais, Ministério da Educação e Cultura, Partido Trabalhista Brasileiro, Professores Estrangeiros, Química, Reforma Educacional, San Tiago Dantas (PIMENTA, 2010, p. ii).

A elaboração da entrevista para uma pesquisa ou para a formação de um acervo, como fica claro, exige diferentes cuidados. Além dos mencionados, é preciso definir como será o processo de 'passar' a entrevista do oral para texto escrito. É preciso defi-



nir as linhas gerais e recorrer aos recursos da fonética para garantir um mínimo de fidelidade ao depoimento: os silêncios, os risos, as lágrimas, gagueiras etc., até se chegar a um texto compreensível e que mantenha a característica da fala dos entrevistados.

Material pronto para a análise, junto com outros documentos ou como fonte principal, o processo de produção dessas entrevistas é um processo de envolvimento e de formação. Apesar de trabalhosa, é extremamente rica para o pesquisador.



Referências

ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.

ALBERTI, Verena. **Manual de História oral**. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

AMÂNCIO, Sílvia Maria; PRIORI, Angelo; IPÓLITO, Verônica Karina. Memória individual, memória coletiva. In: PRIORI, Angelo (Org.). **Introdução aos estudos históricos**. Maringá: Eduem, 2010. p. 45-54.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz; Edusp, 1987.

BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA. **O que é História oral**. Rio de Janeiro; São Paulo: CPDOC [2010]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>>. Acesso em: 23 out. 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). **(Re)introduzindo História oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MENESES, Ulpiano T. A História, cativa da memória? **Revista do IEB**, São Paulo, v. 34, p. 9-24, 1992.

PIMENTA, Aluísio. **Aluísio Pimenta** (depoimento, 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista599.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2016.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

ROLLO, Paula S.; GONÇALVES, José Henrique R. A pesquisa com documentos orais: algumas considerações e umas poucas conclusões. In: PRIORI, A. (Org.). **Introdução aos estudos históricos**. Maringá: Eduem, 2010. p. 55-68.

SCHWARTZMAN, Simon. **História da Ciência no Brasil**: acervo de depoimentos. Rio de Janeiro: Finep, 1984.

SENISE, Paschoal Ernesto Américo. **Paschoal Américo Senise** (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 63 p. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista526.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2016..

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.



Fontes e referenciais para o aprofundamento temático

Visite o site <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral/entrevistas>>. Escolha uma entrevista e observe: organização dos dados da entrevista, informações antes da transcrição da entrevista, temas propostos, sequência das perguntas. Observe as possíveis pesquisas que poderiam ser feitas com essa entrevista. Proponha um tema.

Para uma visão mais ampla da produção da História Oral no Brasil visite os sites da Associação Brasileira de História Oral <<http://www.site.historiaoral.org.br>>. e do Núcleo de Estudos em História Oral da USP <<https://nehousp.wordpress.com>>.

A fotografia e a pesquisa histórica

Solange Ramos de Andrade / Jorge Luiz Dias Pinto

Na perspectiva de que toda produção humana é uma produção histórica, neste capítulo abordaremos a utilização da fotografia enquanto fonte histórica, e seu processo de mediação e atribuição de sentido realizado pelos diversos grupos que a utilizam como recurso visual da memória.

Da fotografia analógica à fotografia digital, do trabalho de manipulação e correção de uma imagem no estúdio à total liberdade de manipulação da imagem garantida pelo *photoshop*, o historiador se depara não somente com uma multiplicidade de aspectos que interferem na construção de uma foto, como também na variedade de análises realizadas pelos mais diversos setores do conhecimento: da semiótica, da estética, da antropologia, da comunicação, dentre outros.

O homem é um criador de imagens (GUBERN, 1996) e o historiador é um criador de memória (HERRERO, 2009). Podemos afirmar que a partir da análise da imagem encontra-se uma ferramenta fundamental para desenvolver estudos vinculados à história cultural.

Nosso objetivo não corresponde a colocar a imagem (e a fotografia) como fonte única de saber histórico, nem levantar uma bandeira de verdade absoluta, tendo-a como solução de todas as dificuldades que nosso objeto de pesquisa nos oferece. Assim como todo tipo de documento, a fotografia deve ser interrogada e investigada, pois que é constituída por critérios ideológicos, culturais e sociais construídos historicamente.

A necessidade, por parte dos historiadores, em problematizar temas bem pouco trabalhados pela historiografia tradicional levou-os a ampliar seu universo de fontes. A tradição oral, os diários íntimos, a iconografia e a literatura apresentam-se como fontes históricas de riquíssima informação. No entanto, esse novo horizonte de fontes fez com que os historiadores se deparassem com múltiplas possibilidades de interpretações, às quais não estavam acostumados; por isso, necessitaram recorrer à antropologia e à sociologia, entre outros campos de conhecimentos, com o objetivo de compreender melhor as novas linguagens por eles utilizadas, para assim decodificar sistemas de signos e decifrar vestígios.



Ressaltamos que nosso objetivo não é abordar a história da fotografia, mas a história por meio da fotografia. É certo que o historiador, ao trabalhar com este tipo de análise, deverá conhecer os aspectos básicos da construção imagética e da linguagem fotográfica, mas sempre a partir daquilo que caracteriza o seu lugar social (CERTEAU, 1982).

De acordo com Kossoy, a fotografia começou a ganhar destaque a partir da década de 1860. Nasceu com uma essência artesanal, mas teve um aperfeiçoamento à medida que seu consumo aumentava, principalmente nos Estados Unidos e nos grandes centros europeus. A fotografia veio acompanhada da revolução industrial, e todo esse contexto histórico trouxe uma ciência que necessitava nesse momento das imagens fotográficas para mostrar sua evolução (KOSSOY, 2001).

Principalmente a antropologia via na fotografia uma nova forma de trazer para a sociedade novos lugares e objetos, além de visões desconhecidas das sociedades. A ida de antropólogos e de suas câmeras para suas pesquisas de campo, junto com uma curiosidade grande das pessoas em estar ligadas com o exótico, fez com que a pesquisa ilustrada por fotos tivesse grande apreço pelos leitores dos relatos antropológicos, como uma forma de poder vivenciar essas comunidades distantes e exóticas.

O fotógrafo era visto como um novo herói da modernidade, e com as novas maneiras de viajar, como o avião, a viagem estava nas novas formas de relatos dos viajantes; mas antes, o que era apenas relatos escritos agora se tem a obrigação de fotografar e trazer as informações. O viajar, nesse período, se faz numa relação intrínseca com o fotografar (KOSSOY, 2001).

A descoberta da fotografia propiciaria, de outra parte, a inusitada possibilidade de autoconhecimento e recordação, de criação artística (e, portanto, de ampliação dos horizontes da arte), de documentação e denúncia graças a sua natureza testemunhal (melhor dizendo, sua condição técnica de registro preciso do aparente e das aparências). Justamente em função deste último aspecto ela se constituiria em arma temível, passível de toda a sorte de manipulações, na medida em que os receptores nela viam, apenas, a 'expressão da verdade', posto que resultante da 'imparcialidade' da objetiva fotográfica. A história, contudo, ganhava um novo documento: uma verdadeira revolução estava a caminho (KOSSOY, 2001, p. 27).

Ao relacionar pesquisa histórica com imagens e fotografias, Peter Burke (2004) observa que trabalhos realizados com imagens já acontecem há muito mais tempo, como quando se fala de pinturas nas catacumbas romanas estudadas no século XVII, ao se analisar a história do Cristianismo. Não é de hoje que a história utiliza recursos visuais para seu trabalho e recorre a essa fonte como análise de suas pesquisas. Para Burke, os historiadores geralmente recorrem às suas fontes como documentos repletos de verdade, e acabam se esquecendo de que geralmente esses relatos do passado estão contaminados por intermediários até chegar às mãos do historiador.

Burke (2004) propõe a utilização do termo *indícios*, em substituição do termo *fontes*, ressaltando a importância da busca por evidências, e que não se apegue apenas a um documento, o que ocasionaria uma ampliação da visão do pesquisador.

Como sugeriu o historiador holandês Gustaaf Renier, (1892-1962) há meio século, pode ser útil substituir a idéia de fontes pela de indícios do passado no presente. O termo 'indícios' refere-se a manuscritos, livros impressos, prédios, mobília, paisagem (como modificada pela exploração humana), bem como a muitos tipos diferentes de imagens: pinturas, estátuas, gravuras, fotografias (BURKE, 2004, p. 16).

Voltando a Kossoy e sua pesquisa com foco na fotografia, deparamo-nos com duas posições do autor por entender essa dificuldade de o historiador trabalhar com fontes visuais. Na primeira delas o autor entende que é um fator cultural, pois apesar de compreender que hoje somos parte de uma dimensão enorme de imagens que chegam até nossas mãos, existe um aprisionamento por parte do pesquisador em entender que apenas o escrito é importante como meio de conhecimento científico. Na segunda, ressalta a resistência do pesquisador em analisar e interpretar uma informação quando ela não está nos moldes da academia, ou seja, escrita.

Para Mauad (1996), a fotografia é fonte histórica que requer do historiador um novo tipo de crítica, analisando que o testemunho é válido tanto se estiver documentando um fato quanto representando um estilo de vida:

[...] parafraseando Jacques Le Goff, há que se considerar a fotografia, simultaneamente como imagem/documento e como imagem/monumento. No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado - condições de vida, moda, infra-estrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo (MAUAD, 1996, p. 8).

A fotografia tem, na sua produção, uma carga cultural que precisa ser analisada na perspectiva de quem a produziu, e é um documento que nos informa acerca de seu autor, o fotógrafo, e da tecnologia por ele utilizada. A preservação iconográfica das fotos tiradas em pesquisa de campo apresenta uma das possíveis leituras a respeito das informações contidas em cada fotografia.

Para o pesquisador a leitura de qualquer fonte requer um trabalho de reflexão entre as fontes e as hipóteses, o que lhe permitirá estabelecer as perguntas que deseja fazer aos documentos. Esta relação fonte-hipóteses sugere a necessidade da crítica interna do documento (ALBUQUERQUE; KLEIN, 1987, p. 298).



A atitude do pesquisador em relação à fotografia deve ser a de observar e levantar o conteúdo da imagem, buscando seu contexto; compará-las com outras fotos que possuam o mesmo conteúdo, para compreender como um mesmo tema pode ser registrado de diversas perspectivas; detectar fragmentos temporais presentes no momento da fotografia, pois assim poderá relacionar o momento do registro com o momento presente. Até a orientação dos corpos deve ser analisada, pois não é gratuita e pode traduzir autoridade, subordinação ou disciplina.

Uma fonte não é histórica até ser interpelada a partir de um *locus* específico e com uma intenção determinada. A imagem não impõe o que será lembrado. As perguntas é que convertem a imagem em memória, e o arquivo em fonte.

A imagem fotográfica registra uma determinada fração da realidade a qual o homem considera como 'idêntica' ao original. No entanto, imagens são 'impressões da realidade produzidas por uma máquina' (POOLE, 1991, p. 13). Se a imagem fosse entendida como uma porção de realidade, o fotógrafo seria reduzido a um simples operador da tecnologia envolvida no processo. A câmera obedece a determinados processos subjetivos (enquadre, composição, exposição, foco, sequência) que determinam as características finais (contraste, nitidez, textura, ritmo) da fotografia. Logo, podemos inferir que a fotografia é construída por meio do processo de mediação entre o fotógrafo e a realidade/sua realidade. E é nesta que reside a riqueza da análise fotográfica.

A imagem fotográfica permite ao historiador captar imagens que podem dar resposta a qualquer observador interessado: traços visuais do vestuário da época, espaços, tipos de construções, eventos sociais, características de religiosidade. Tais imagens remetem a uma memória coletiva em estreita relação com determinados marcos sociais, como a família, a igreja, as representações de gênero, os eventos públicos, entre outros.

A importância histórica da fotografia se inscreve na realidade representada pela imagem, nos distintos processos humanos, sociais e culturais, os quais, por meio de uma experiência compartilhada de vida, condicionaram a construção dos olhares fotográficos. Torna-se relevante não apenas *o quê* é representado na imagem, mas também *como* é representado. À pergunta sobre *o quê* o fotógrafo retratou deve acrescentar: *o quê* o fotógrafo viu/acreditou ver

A construção da imagem implica uma intenção de fixar na memória os instantes que, pelos mais diversos motivos, devem ser preservados. Nesse ato de natureza ritual recuperam-se informações sobre a situação econômica, os costumes, os objetos e as diferenças sociais. A fotografia contribui para a socialização da memória pessoal e do grupo com a história coletiva. Para o historiador, esse é um processo complexo, que não se dá de maneira automática, mas que requer uma aproximação sistemática, em

que as perguntas formuladas devem apontar os aspectos relevantes no processo de construção outorgado por um determinado grupo social.

A imagem fotográfica tem grande valor como informação histórica, especialmente a partir da perspectiva cultural. A representação de pessoas, objetos, acontecimentos, entre outros, de uma determinada cultura e, portanto de uma época, permite a aproximação visual dessa cultura a certos acontecimentos e práticas culturais transcorridos no tempo. Um mesmo espaço visual (a área impressa da imagem) está relacionado a uma série de eventos, mitos, crenças, práticas culturais, relações sociais, entre outros, como uma série de elementos de época 'entrelaçados'.

No entanto, existe na imagem fotográfica, antes da perspectiva histórica, uma memória potencial, um conjunto de sentidos e significados entre a intenção do fotógrafo e os desejos e interesses dos fotografados; uma relação quase oculta, mas sempre implícita na foto.

A memória que um grupo reconstrói se articula a partir da reflexão de *quem* recorda e *para quem* recorda. A memória não está na imagem fotográfica, mas na interpretação que os diferentes membros do grupo realizam, os quais dotam de sentido por meio da linguagem com a qual interpretam as imagens que remetem aos vários significados que lhes são atribuídos (SCHLENKER, 2008).

Há uma multiplicidade de sentidos atribuídos pelos diferentes membros de um grupo familiar; por exemplo, quando olhamos nossas fotos de eventos familiares recordamos aquele momento de tal forma que vêm acompanhados de sentimentos, emoções e lembranças que podem não ser os mesmos dos demais, e nem por isso o sentido que atribuímos à foto é ilusório ou inventado, mas é o aspecto inerente a todo processo de reconstrução da nossa memória.

Uma imagem poderá ter distintos significados em épocas distintas, e pode estar relacionada a um conjunto de informações que não estão na fotografia, mas na experiência, na memória do leitor (SCHAEFFER, 1990). A memória coletiva também tem grande influência na forma como lemos uma imagem; uma fotografia está dotada de força de persuasão que pode ser conscientemente explorada para os mais variados fins, de acordo com Abraham Moles (1991, p. 86).

Existe uma infinidade de elementos visuais contidos numa imagem fotográfica que podem chegar a ser um valioso aporte na investigação histórica. Ainda assim, é importante recordar que o significado histórico da imagem se perde, em maior ou menor grau, no momento em que seja desvinculada do contexto social em que foi produzida. Portanto, toda imagem fotográfica poderá servir como fonte histórica, na medida em que o historiador seja capaz de estabelecer determinados contextos gerais e específicos a que a imagem remete.



Toda aproximação a uma fotografia parte, obrigatoriamente, da descrição do que a imagem contém em seu interior (fatos, personagens, artefatos da cultura). Após esse procedimento devem-se incluir informações adicionais sobre o momento, o autor, a região e as relações sociais, dentre outras. Uma imagem sem contexto perde sua utilidade e se converte em uma simples antiguidade, incapaz de responder a quem a interpela.

Quanto mais informação adicional uma imagem apresentar (legendas, anotações no verso, comentários relacionados em cartas, diários pessoais, imprensa), mais fácil será situá-la em seu tempo, e maior relevância terá a imagem na leitura a ser realizada. A potencial utilidade da imagem desmorona se, ao analisá-la, o pesquisador desconhece por completo sua procedência e sua possível relação com a comunidade que a interroga.

A imagem obedece a uma série de interesses que motivaram sua produção. Quem tirou a foto? Quando e onde? Em que contexto? Nessas áreas, a imagem opera a própria intenção por ser um discurso capaz de falar por si mesma daquilo que contém em seu interior. Para se converter em uma fonte histórica, a fotografia deverá ser utilizada pelo historiador somente se submetida à crítica imprescindível, como toda fonte, na busca da realidade histórica.

A fotografia oportuniza a possibilidade de observação a todo o momento; depende do olhar de cada pesquisador, de sua ideologia de sua formação e do fato de sua pesquisa estar voltada a um determinado olhar. Nesse contexto, a fotografia é mais uma técnica de documentação, junto com o caderno de campo e o gravador. Podemos estimular a relação com o grupo estudado e abrir um campo de diálogo, de expressão da memória e das reflexões dos informantes sobre as imagens devolvidas (GODOLPHIM, 1995, p. 167).

Ainda sobre a importância da utilização da fotografia como indício histórico, ressaltamos que a fotografia fornece uma proteção contra o tempo, suprimindo as falhas da memória. Estabelece a comunicação com os demais membros do grupo, favorece o registro da expressão dos sentimentos, garante certo prestígio social, além de ser veículo de distração e a evasão (BOURDIEU, 2003, p. 52).

No entanto, todos esses aspectos se perdem quando são elencadas as desconfiâncias em se trabalhar com imagens, dentre as quais a importância da tradição escrita como forma de transmissão de saber, e, por outro lado, as dificuldades que o historiador enfrenta para trabalhar com uma fonte que ainda está em processo de criação teórico-metodológica.

Nós, historiadores, podemos analisar a imagem a partir de seis perspectivas (HERRERO, 2009): a imagem como fonte de análise da história; a imagem como elemento manipulador da história; a história como manipuladora da imagem; a imagem-ficção

como antecipação do acontecimento; a imagem enquanto elemento catalisador de acesso ao passado, e a imagem como fonte de outra fonte visual.

Como todo documento histórico, a fotografia deve ser analisada partindo-se do aspecto subjetivo que contém, o qual está relacionado ao fato de que o fotógrafo capta um instante de um espaço selecionado dentre um conjunto de possibilidades e mostra um ponto de vista subjetivo, que pode condicionar o olhar do leitor. Essa característica não é exclusiva das fontes visuais. Também a encontramos nas fontes escritas, assim como no recorte realizado para o estudo de um objeto (CERTEAU, 1982).

Apesar de estar na realidade, a fotografia não deixa de ser uma representação da realidade. Devemos aceitar o objeto produzido como real mas não aquilo que representa, pois que é fruto do que Chartier (2002) denomina de realidade social.

APROXIMAÇÃO METODOLÓGICA

A análise histórica da fotografia deve considerar a imagem como um documento portador de múltiplos significados, além de se ter em conta sua natureza de fragmento e de registro documental, o que torna necessário analisar o momento histórico circunscrito ao ato da foto e de seu registro.

Também deve realizar uma análise técnica, e uma análise iconográfica que tenha em conta cada um dos elementos que intervêm no processo de comunicação: o autor (fotógrafo), o leitor (espectador), o contexto e os filtros que rodeiam o ato de criação e de recepção.

A fotografia se diferencia de outras fontes em virtude de três aspectos básicos: mostra o próprio passado em seu conteúdo, graças à sua fidedignidade iconográfica; contém dois tipos de informações (a de sua gênese e a de uma realidade espaço-temporal do passado) e mostra um duplo testemunho: traz tanto a informação do que é retratado como do fotógrafo que retrata, posto que registra seguindo a visão de mundo de seu operador e, portanto, representa também a criação de um testemunho. Desse modo, a aparência de objetividade da fotografia mascara, em algumas ocasiões, omissões intencionadas, incorporações, manipulações e persuasões.

O objetivo final do trabalho do historiador com as imagens será de dotá-las da capacidade discursiva necessária para poder construir discursos visuais por meio da união de vários instantes. Dessa maneira superará o instante, o que aponta um único fragmento de memória para recriar um processo narrativo visual que lhe permita a recuperação da memória coletiva.

Esse trabalho poderá ser feito se o historiador enfrentar cinco fases essenciais de leitura e interpretação do visual: a heurística (estudo da localização e seleção das fontes); o processo (estudo de aspectos como as condições de trabalho dos fotógrafos);



a técnica (estudo descritivo da natureza do documento fotográfico); a iconográfica (estudo descritivo cujo objetivo é investigar os elementos icônicos de cada imagem); e a iconológica (estudo que se detém no significado da fotografia) (HERRERO, 2009, p. 130-131).

Ler uma fonte histórica não levará a reconstruir o passado em sua totalidade. Ainda assim, uma aproximação sistemática, acompanhada de perguntas coerentes, permitirá converter a imagem fotográfica em possibilidades de responder historicamente às múltiplas interpretações de uma comunidade sobre suas memórias (SCHLENKER, 2008, p. 18).

Na sequência apresentamos uma proposta de análise da fotografia baseada em Mauad (1996) e Schlenker (2008).



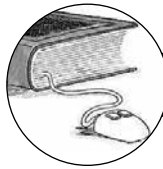
FICHA DE ANÁLISE DA FOTOGRAFIA

A fotografia e a pesquisa histórica

FOTOGRAFIA	O QUE ANALISAR
Características físicas/materiais	<ul style="list-style-type: none"> - localização: procedência da fotografia – como teve acesso - tamanho da foto: 12x7, 6x9, 6x7, 5x4 ou outros - cor: preto e branco ou colorida - tipo de foto: documental, fotojornalística, publicitária, experimental, doméstica/afetiva - enquadramento: horizontal ou vertical - textura - iluminação - distribuição dos planos: quantos planos tem e o que está em primeiro plano, em segundo plano e outros.
Produtor da foto/autoria	<ul style="list-style-type: none"> - Quem é o autor e o que sabe sobre ele - Qual câmera utilizou - Amador ou profissional
Intenção	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar se é uma foto espontânea ou uma imagem construída - O que o fotógrafo quis destacar?
Imagem I	- Descrição da imagem: pessoas, objetos e situações
Imagem II	- Descrição do que acontece na imagem
Imagem III	- Identificar se a imagem obedece a uma realidade ou se foi fruto de uma construção
Imagem IV	- Descrever elementos que remetam a outras fontes (textos, inscrições, datas, dados, autoria)
Vivência ou evento	<ul style="list-style-type: none"> - Descrever atividades, vivências e eventos que se tornam objeto da fotografia, a partir das seguintes categorias: - Eventos públicos: reuniões políticas, eleições, desfiles, comemorações, shows, dentre outros - Eventos sociais: formaturas, batizados, casamentos, festas de aniversários, bailes; - Eventos pessoais/individuais: foto biográfica, foto para redes sociais, dentre outros
Espaço geográfico	<ul style="list-style-type: none"> - Descrever o espaço físico representado - Atentar para a não homogeneidade do espaço – oposições campo/cidade, fundo artificial/natural, espaço interno/externo, público/privado
Espaço social	- Analisar a natureza do espaço (masculino/feminino, infantil/adulto), a hierarquia das figuras e seus atributos, incluindo o gesto
Espaço cultural	- Descrever elementos que remetam a uma determinada cultura Construções, costumes, práticas, religiosidades...
Objetos fotografados	- Analisar a representação dos objetos e sua relação com a experiência vivida a partir da tipologia: objetos interiores, objetos exteriores e objetos pessoais
Pessoas fotografadas	<ul style="list-style-type: none"> - Quais elementos permitem ler as motivações pessoais, ideológicas, religiosas, publicitárias, tanto do fotógrafo como dos fotografados - Como estão representados os corpos dos fotografados - Como estão representados os grupos considerados marginais (etnias, gêneros, crianças, empregados, por ex.) - Identificar estados de ânimo, atitudes e emoções representados na imagem.
Temporalidade I	- Determinar a data em que a fotografia foi tirada
Temporalidade II	- Descrever quais elementos contêm referências à temporalidade representada na imagem.
Catologação	<ul style="list-style-type: none"> - organizar as fotografias por numeração - identificar se a fotografia faz parte de um arquivo ou série - identificar fotografias e temáticas similares

Fonte: ANDRADE, Solange R. Ficha de análise da fotografia respaldada em Mauad (1996) e Schlenker (2008). Maringá, 2010.





Referências

ALBUQUERQUE, M. B. M.; KLEIN, L. E. Pensando a fotografia como fonte histórica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 297-305, jul./set. 1987.

BOURDIEU, P. **Un arte intermedio**: ensayo sobre los usos sociales de la fotografía. Barcelona: Gustavo Gili, 2003.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: História e imagem. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica de Daniel Aarão Reis Filho. Bauru, SP: Edusc, 2004.

CERTEAU, M. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a História entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

GODOLPHIM, N. A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 161-185, 1995.

GUBERN, R. **Del bisonte a la realidad virtual**: la escena y el laberinto. Barcelona: Anagrama, 1996.

HERRERO, Beatriz de las Heras. La historia a través de la imagen: la fotografía como fuente de memoria. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 7, n. 1 p. 113-132, jun. 2009.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MOLES, A. **La imagen**. México: Trillas, 1991.

As fontes produzidas pelo aparato repressivo da Ditadura Militar

Reginaldo Benedito Dias

PREÂMBULO

Este texto analisa alguns aspectos metodológicos enfrentados pelo historiador na utilização da documentação que a ditadura militar brasileira produziu acerca dos agrupamentos de esquerda que pretendiam, especialmente na segunda metade da década de 1960 e nos primeiros anos da seguinte, promover a luta revolucionária pela conquista do poder.

A análise observa as implicações da documentação produzida pelos chamados órgãos de segurança, normalmente sob tortura física e psicológica. Por um lado, destaca-se a estratégia do regime repressivo na produção da ‘verdade’ que legitimasse sua ação de silenciamento da oposição legal ou revolucionária; por outro lado, procura-se esmiuçar as estratégias de resistência dos militantes políticos atingidos pelo aparato repressivo, utilizadas para a preservação de sua integridade física e para proteção das organizações a que pertenciam.

Com base em pesquisas de pós-graduação do autor (DIAS, 2003a, 2003b), são utilizados documentos e episódios referentes à experiência da organização Ação Popular (AP). Respeitadas as especificidades, acredita-se que as inferências possam subsidiar investigações análogas. Para desvelar a complexa trama, os materiais produzidos pelos órgãos repressivos são cotejados com documentos elaborados pela AP e com testemunhos de seus militantes, coletados em livros de memórias, narrativas jornalísticas, contatos com ex-dirigentes e em uma entrevista.

A LEI E O SIMULACRO

A ditadura militar, vigente no Brasil de 1964 até meados da década de 1980, não obstante violar sistematicamente a legalidade por meio de atos institucionais e de medidas arbitrárias, procurou erigir um aparato legal – com métodos coercitivos, evidentemente –, a fim de conferir certa aura de legitimidade para sua política. No dizer de Irene Cardoso (1997, p. 475), ‘a violência foi disfarçada sob uma ‘capa jurídica’, uma ‘máscara’, um simulacro da lei. O arbítrio foi transfigurado em lei’.



Fazia parte da lógica das políticas da ditadura considerar qualquer atitude oposicionista – partidária, sindical, estudantil, jornalística, parlamentar – como crime contra a segurança nacional (ALVES, 1989). Aqueles que colidiam com essa política eram presos e tinham, muitas vezes, de enfrentar a encenação de um processo jurídico formal. Os processos dirigidos contra os presos políticos, acusados de violação à Lei de Segurança Nacional, não raro seguiam certa formalidade ritual, como se o país estivesse sob a égide de um estado de direito. Diversos aspectos denunciavam o caráter de simulacro desses julgamentos. Considere-se, inicialmente, a pena de morte sumária a que foram submetidos os chamados ‘desaparecidos políticos’.

Para entender os contornos dos julgamentos formais, não se pode abstrair a forma como todo processo era conduzido. No período conhecido como ‘anos de chumbo’, a primeira etapa consistia na captura e nos primeiros interrogatórios aos opositores do regime:

Nessa fase o prisioneiro era submetido a incessantes sessões de tortura, sendo, muitas vezes, obrigado a escrever suas declarações, que eram minuciosamente lidas pelos analistas de informações, que davam orientações aos torturadores para os próximos interrogatórios (MATTOS; SWENSSON JÚNIOR, 2003, p. 46).

A esse respeito, acrescentou Tamas (2010, p. 642):

Considerando a auto-incriminação uma das provas mais importantes para os processos, os agentes do aparato repressivo aplicavam muitos métodos de torturas, obrigando os presos a falar o que sabiam e a assinar depoimentos que, em grande parte, não correspondiam ao que eles haviam dito, forçando-os a assumir delações que não haviam feito. Esses depoimentos eram mostrados em interrogatórios a outros integrantes da mesma organização, para desestabilizar emocionalmente os interrogados, fazendo-os ter menos resistência às sessões de torturas a que, invariavelmente, eram submetidos.

Na segunda fase, instaurava-se o inquérito para apurar as atividades contra a Segurança Nacional: ‘Tratava-se de desencadear os procedimentos legais para que o preso fosse julgado pelos tribunais militares’ (MATTOS; SWENSSON JÚNIOR, 2003, p. 47). A autoridade realizava diligências, averiguações, perícias, oitivas etc. No transcurso do inquérito,

[...] o indiciado era identificado e interrogado (normalmente sem a assistência de um advogado) acerca das acusações que lhe eram imputadas e suas declarações registradas num ‘auto de qualificação e interrogatório’. Nesse momento, geralmente, era coagido a confirmar o que havia dito, sob tortura, na fase anterior. Por conta disso, as declarações dos acusados nos inquéritos policiais eram quase sempre auto-incriminatórias (MATTOS; SWENSSON JÚNIOR, 2003, p. 47).

Concluído o inquérito, o responsável por sua condução enviava o documento para a circunscrição militar onde os fatos teriam ocorrido. Chegando à auditoria, o inquérito era submetido à apreciação de um procurador, ao qual cabia oferecer a denúncia ao juiz-auditor. Aceita a denúncia, iniciava-se a fase judicial do processo. Segundo o contundente depoimento de uma advogada que atuou como defensora de presos políticos, a violação às normas era característica de todas as fases do processo. Não havia respeito às normas jurídicas, aos prazos, às regras de detenção (CARVALHO, 1997).

Uma consequência desse *modus operandi* é que a repressão produziu farta documentação a respeito de suas atividades. É verdade que nem tudo podia ser registrado, mas a documentação gestada oficialmente é representativa das práticas do estado de segurança nacional.

Com o fim dos chamados regimes de exceção, essa documentação corre o risco de ser destruída, na tentativa de apagar os vestígios das arbitrariedades praticadas. No caso em questão, parte dos registros foi preservada e colocada à disposição para consulta de pesquisadores e interessados, isso por conta do trabalho vigilante e tenaz dos setores de oposição. Um exemplo foi o projeto 'Brasil: nunca mais', desenvolvido silenciosamente nas brechas do processo de abertura política (WESCHLER, 1990). A chegada da oposição aos governos estaduais estimulou a abertura dos arquivos das Delegacias de Ordem Política e Social (BRASÍLIA, 1998; AQUINO, 2001).

Não se pode deixar de apontar, porém, o inconformismo dos pesquisadores e dos movimentos pelos direitos humanos com os limites ainda existentes a respeito da ampliação do acesso aos arquivos daquele período, especialmente os que se referem aos chamados 'desaparecidos' (SANTOS; TELES; TELES, 2009). Entretanto, se há barreiras a transpor, não se pode menosprezar a potencialidade da utilização dos acervos disponíveis, que têm servido de suporte, malgrado as limitações de acesso, a trabalhos acadêmicos críticos do período da ditadura militar e de suas políticas.

A LUTA POLÍTICA SUBJACENTE AOS DOCUMENTOS

A utilização desses processos produzidos pelos órgãos repressivos do período da ditadura militar tem exigido um cuidado metodológico específico, decorrente das condições de sua produção.

Questões colocadas pelas investigações que utilizaram os processos penais são importantes para balizar o debate. Boris Fausto (1984) chamou a atenção para o necessário rigor metodológico no trato de fontes criminais, pois esses documentos dizem respeito a dois acontecimentos: o primeiro é aquele que teria produzido a quebra da norma legal; o segundo foi elaborado a partir da intervenção do aparelho repressivo, com a finalidade de reconstituir o acontecimento original.



Considerada a presença de atores diversos, o réu e os representantes do aparato repressivo, 'os autos traduzem a seu modo dois fatos: o crime e a batalha que se instaura para punir, graduar a pena ou absolver' (FAUSTO, 1984, p. 21). Portanto, em vez da informação bruta encontram-se, ali, tanto as formas de o aparato policial produzir a verdade quanto as estratégias de resistência dos depoentes.

A conjuntura da ditadura militar apresenta dados singulares. Sob os códigos da ideologia da segurança nacional, o superdimensionamento da transgressão era implícito às atividades dos órgãos de segurança (ALVES, 1989). Por seu turno, os militantes das organizações de esquerda desenvolviam várias formas de resistência diante da repressão.

Seguindo essa trilha, pode-se dizer que os processos contra 'crimes políticos', como esses organizados no período da ditadura militar, são o ponto de encontro de diferentes estágios de luta. Há, de um lado, a luta política que procura ultrapassar os limites institucionais e é alvejada pela repressão e seus inquéritos e processos. De outro, há a luta na arena jurídica, em que a constituição do fato é disputada pelas partes envolvidas. Como regra, as diferentes formas de resistência aos aparatos repressivos podem ser interpretadas como gestos políticos. No caso em questão, deve-se considerar que o caráter político estava inscrito em uma luta de horizonte revolucionário.

Os processos expressavam a face do regime. Aos órgãos de segurança interessava não apenas a incriminação de determinado réu, por meio da ritualização de um processo em que o resultado não raro estava dado *a priori*, mas também o rastreamento de todos os passos de seus camaradas e da organização a que pertenciam. Por isso mesmo, os depoimentos estão repletos de armadilhas. Se alguns militantes, suscetíveis às pressões e torturas, forneciam as informações esperadas, outros desenvolviam técnicas e ardis complexos.

Alguns militantes silenciavam diante das pressões e da tortura, pagando um preço muito alto por essa atitude: a integridade física ou a própria vida. Como a capacidade de suportar a tortura não podia ser presumida, desenvolveu-se uma prática, recorrente entre esses agentes revolucionários, de reter o máximo de tempo possível o que soubessem e somente abrir informações lentamente, revelando aos poucos o que, em razão de códigos desenvolvidos, julgavam ser de conhecimento dos inquisidores. Enquanto isso, seus camaradas de partido poderiam reorganizar os 'aparelhos' e reorientar seus movimentos.

Não havia ingenuidade do outro lado, pois o aparelho de repressão preparou-se para seu 'trabalho' e dispunha de métodos não convencionais para procurar a ponta desses novelos. Conforme depoimento do general Adir Fiúza, os interrogadores eram homens selecionados e bem treinados para sua função. Graças a treinamentos em que

não se dispensava a consultoria de especialistas internacionais, eram conhecidas as técnicas mais eficientes (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994).

Sabia-se, por exemplo, que o fator medo era intensificado quando o interrogatório era feito logo após a 'queda' do militante. Além disso, como acrescenta o general Ivan de Souza Mendes, eram conhecidos alguns códigos das organizações de esquerda: 'Eles tinham aquele esquema de que, se o contato não aparecesse em 24 horas, desmanchava-se tudo. Era parte de sua doutrina, e a gente conhecia, a gente sabia. Tínhamos que obter a informação o quanto antes' (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 177). Sempre enfatizando a eficiência dos métodos utilizados, Fiúza faz uma ressalva: 'Havia, porém, aqueles que eram seguros, muito senhores de si, e não falavam nada. Alguns até embromavam os interrogadores.' (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 63).

Por conta da excepcionalidade institucional vigente no período, não é exagerado fazer uma analogia com a discussão que Ginzburg (1991) estabelece a respeito da relação do pesquisador com os processos da Inquisição. A distância histórica e a diferença de natureza dos processos não são irrelevantes, mas também é perfeitamente legítimo e útil estabelecer comparações. São processos que, sob os cânones de uma vontade unívoca, procuravam eliminar a diferença, utilizando mecanismos arbitrários para aferir ou produzir uma dada verdade que legitimasse a violência.

Nos dois casos, o 'zelo' da busca da verdade (ou a verdade que se queria produzir), forjada por métodos coercitivos, legou farta documentação a respeito daquelas experiências. Claro que, no caso da repressão promovida pela ditadura militar, outras fontes, incluídos os depoimentos de muitos ex-militantes, encontram-se acessíveis, mas as informações dispostas nos processos são fundamentais. Primeiro, para identificar a natureza do método de produção dos inquéritos e punições; segundo, para recuperar informações e pistas que possam alimentar a investigação. As duas dimensões estão presentes nos processos e inquéritos investigados.

Como se trata de um terreno escorregadio, parece mais tranquilo, observa Ginzburg, debruçar-se sobre a questão da violência, mas o conteúdo dos depoimentos, em sua avaliação, fornece pistas para o desenvolvimento das pesquisas. Documentos dessa natureza, acrescenta, devem ser lidos como resultado de uma relação desigual, em que há completo desequilíbrio entre as partes. A decifração da superfície do texto exige a percepção da interação sutil de ameaças e medos, de ataques e recuos.

A ÉTICA MILITANTE: O ESCUDO DA REVOLUÇÃO

Para balizar a análise dos fatos, cabe descrever, em linhas gerais, alguns dados da história da AP no período focalizado. Fundada em 1963, a AP inicialmente caracteriza-



va-se pela construção de um projeto socialista humanista, influenciado pelo cristianismo, pelo existencialismo e pelo marxismo. No contexto da ditadura militar, redefiniu progressivamente seus objetivos e converteu-se ao marxismo-leninismo. Em 1968, aderiu à linha chinesa, que preconizava a revolução por intermédio da guerra popular prolongada. Essa definição acarretou uma cisão e a expulsão de outra ala, próxima da influência da revolução cubana. Em 1971, sinal de sua transformação ideológica, passou a se denominar Ação Popular Marxista-Leninista.

Na segunda metade da década de 1960, quando aderiu ao objetivo de promover a luta armada revolucionária, a Ação Popular estabeleceu um código de ética para os seus militantes, a ser cumprido nas condições extremas de queda e prisão. Esse código foi atualizado na dinâmica da conjuntura. Seria excessivo, nos limites aqui dispostos, discorrer sobre todas as nuances. Para orientar a análise, é representativa a descrição de um código de conduta da AP disposta no livro de memórias de uma militante que sofreu a experiência da tortura (LUCCA, 2002, p. 72):

NORMAS DE COMPORTAMENTO EM INQUÉRITOS E PRISÕES: 1) Em caso de prisão de qualquer militante, o núcleo deve isolar tudo o que o militante preso saiba, como locais de reunião, depósito de material etc; 2) O militante deve fazer o maior alarde de sua prisão; 3) As relações mútuas preso-militante estão automaticamente suspensas. Só com autorização o militante pode visitar um companheiro preso; 4) Negar pertencer a qualquer organização ilegal; 5) Negar manter relações com qualquer militante e conhecer os menos visados, 6) Negar posição ideológica; 7) Negar qualquer participação em atividades consideradas subversivas; 8) Reconhecer as atividades legais; 9) Tomar cuidado com espões, traidores, delatores, microfones. Não comentar com outros presos sobre as suas atividades; 10) É preferível ser pego numa mentira que fornecer dados para os inquisidores; 11) Cuidado com as ciladas: 'fulano já confessou'. 'Possuímos provas concretas'. 'Se não falar vai ser torturado'; 12) Falar sob tortura não é desculpa. É delação. Falar não impede tortura. A experiência demonstra que quem fala é torturado para falar mais.

O historiador Franklin Oliveira Jr., ao comentar esse código, inserido no estatuto que a AP aprovou na fase de radicalização revolucionária, expande a explicação sobre um item representativo ao debate. Comenta que era erigida 'a 'contra-informação' (grifo do autor) como instrumento importantíssimo no sentido do despistamento da organização e dos seus militantes' (OLIVEIRA JÚNIOR, 2000, p. 320).

OS CÓDIGOS DA CLANDESTINIDADE E A MÁSCARA CHINESA

Exemplos de alguns aspectos contidos no código de conduta interno podem ser vistos em uma cena do livro *As moças de Minas*, que relata a experiência de militância da AP.

A prisão de Sissi, confirmada na manhã de domingo por várias pessoas com as quais falara no dia anterior, obrigou Loreta a imediata flexão tática: já não se tratava mais de acionar medidas parciais de defesa da organização. Agora deveria comandar verdadeira operação de retirada, algo como um exército que recua em ordem para economizar baixas. Foi o que fez, a começar pelo cancelamento de todas as ações [...]. Todo o material supérfluo deveria ser queimado e o indispensável transferido [...]. Estavam suspensos todos os contatos horizontais, isto é, cada militante passava a relacionar-se apenas com sua direção superior imediata e deveria montar um álibi (MANFREDINI, 1989, p. 63).

Preventivamente, todo o *modus operandi* e o cotidiano eram orientados pelos códigos da clandestinidade. Outra cena do livro *As moças de Minas* é esclarecedora. Ciente da queda de um aparelho, uma personagem refletiu sobre o material que seria encontrado pela repressão:

Afora os textos clássicos do marxismo, os documentos da organização eram todos codificados. Revendo mentalmente o material, [...] não lembrava de um sequer que contivesse o nome Ação Popular. Os militantes eram identificados por letras, os locais de atuação por meios de números, muitas palavras grafadas por abreviaturas dificilmente decifráveis. Os militares apalpariam no escuro por algum tempo antes de encontrar pelo menos uma ponta do novelo capaz de desafiar o conjunto da organização até então incógnita (MANFREDINI, 1989, p. 81).

Na construção de ardis para despistar as investigações, um episódio representativo foi extraído da documentação relativa à militância da AP do Paraná. A história foi vivida por Nestor (embora o depoente não tenha estabelecido nenhuma restrição ao autor deste artigo, como se trata de um tema delicado optou-se pela utilização de um de seus codinomes), que aderiu à organização local da AP em 1963, quando era estudante de medicina. Na conjuntura posterior ao golpe militar de 1964, fez parte de um restrito núcleo que se manteve ligado à AP e participou de sua rearticulação no Paraná. Foi um dos dirigentes do Comando Regional então constituído.

Na segunda metade de 1968, foi remanejado para desempenhar funções junto ao Comando Nacional, compondo a Comissão Política de Organização. Naquele período, quando Jair Ferreira de Sá, um dos principais dirigentes da AP, voltava da China através do Chile, Nestor foi ao seu encontro e trouxe, por um caminho diferente, os documentos políticos. O alto dirigente conseguiu chegar ileso ao seu destino, mas Nestor foi preso.

Como Nestor tinha, por conta das atribuições que desempenhava, amplo conhecimento do funcionamento da AP nacional, resolveu interpretar o papel de que tinha passado longa temporada na China e não detinha informações atualizadas sobre as ramificações da organização no Brasil. Somente algum tempo depois, quando algumas pistas revelavam que ele não tinha saído do país, sua ficção foi descoberta.



A documentação a que se teve acesso na DOPS-PR e nos arquivos do projeto 'Brasil: nunca mais' registra essa suposta viagem de Nestor à China. Os contornos mais amplos do episódio foram revelados por seu depoimento, coletado pelo autor deste artigo. A entrevista orientou nova fase de levantamento documental.

Em seu depoimento, Nestor ressalta que detinha, quando foi preso, uma gama enorme de papéis e documentos que o outro dirigente trouxera de seus contatos internacionais. Removido para o Brasil, transitou por várias unidades repressivas. Nas sessões de tortura a que foi submetido, tentou adotar vários ardis para não revelar informações que comprometessem a organização política. Foi então que surgiu a suposta viagem à China.

Na hora, premido pelas circunstâncias, nem se lembrara de que tinha rastros documentais que poderiam comprometer sua situação. O primeiro resultava de um acidente de automóvel. Para requerer o seguro, teve de fazer uma ocorrência de trânsito. O segundo era sua inscrição para um concurso público. A organização tinha decidido que ele iria exercer sua profissão de médico e preparava sua saída da clandestinidade.

Para não entrar em contradição, adotou uma série de precauções. Conforme seu depoimento, ele misturava cinza com pasta de dente e escrevia no papel de cigarro os nomes dos contatos que dizia ter mantido em sua suposta viagem internacional e os fatos relevantes que pretendia sustentar.

Mesmo desvelado o ardil, constata-se que a procuradoria utilizou a versão de Nestor contra sua sorte, alegando que se tratava de impressionante confissão. A acusação destaca que ele confessara ter trabalhado para a AP de meados de 1968 até o final de 1969, quando foi fazer um curso de formação e capacitação política na China, com duração de seis meses. No relatório que instruiu o Inquérito 12/71, lê-se: 'pouco tempo depois de retornar da China Comunista, onde concluíra um curso de capacitação política, é preso ao regressar de uma viagem ao Chile' (Inquérito 12/71- Dep. de Polícia Federal - Delegacia Regional do Paraná, p. 4. Consta do acervo 'Ação Popular'. Disponível no Fundo DOPS-PR, Arquivo Público do Paraná.). Tem-se, assim, que Nestor fora preso em 1970, na cidade de Rivera, fronteira de Santana do Livramento, quando regressava da China Popular, via Chile, onde teria participado de uma reunião dos partidos marxistas-leninistas da América do Sul.

Aos olhos do aparato repressivo, os 'fatos' configurariam forte elemento probatório de suas vinculações com atividades contra a segurança nacional. Atestariam, pois, a prática da subversão e suas ramificações internacionais. Note-se que, em sua versão, o réu não se retirou do contexto das ações revolucionárias.

Entretanto, a defesa procura demonstrar as contradições processuais para aliviar a condição de seu representado. Inicialmente, reproduz termos da denúncia: 'Tanto

o relatório do encarregado do inquérito como a denúncia referem que ‘Nestor’ teria viajado à China, onde concluíra um curso de capacitação política’. Em seguida, desqualifica a instrução do inquérito:

A acusação procura justificar o pedido de condenação com base nas declarações colhidas durante a fase do inquérito policial. Mas a instrução revelou a deficiência de tal elemento de convicção, quer pelas coações a que foram submetidos os imputados, como também sob o aspecto formal, pela falta de testemunhas que tivessem assistido tais atos (Trata-se da peça de defesa composta pelos advogados, destinada ao Juiz Auditor da 5ª. Circunscrição Judiciária Militar. Disponível no acervo do projeto ‘Brasil: nunca mais’, no Arquivo Edgar Leuenroth, Unicamp) (DIAS, 2010).

Esclarece e refuta:

Na verdade, em suas declarações policiais, para fugir de violências que lhe eram cometidas, esse acusado admitiu que em janeiro de 1970 deixou o Brasil, seguindo para o Chile, depois para a França de onde atingiu a China, isto já no mês de fevereiro, que retornou em agosto do mesmo ano, fazendo o mesmo percurso no sentido inverso [...]. No entanto, os documentos de fls. 615 e 616 de natureza pública comprovam que nessa época o acusado se encontrava em São Paulo (DIAS, 2010).

Por fim, demonstra que tal fato simplesmente não poderia ter ocorrido:

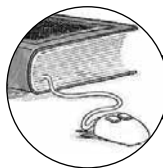
Realmente, a guia de recolhimento de taxa de fiscalização e serviços diversos para obtenção de registro de diploma de médico expedida pela Secretaria da Fazenda de São Paulo em 23 de julho de 1970, bem como o relatório de um acidente de trânsito ocorrido em 12 de março de 1970, com o automóvel dirigido por ‘Nestor’, conforme cópia autêntica do original da Guarda Civil de São Paulo, demonstram claramente que a suposta viagem à China nunca ocorreu, pois seria muito fácil comprová-la pelos meios comuns se o encarregado do inquérito, na verdade, acreditasse nisso (PARANÁ, 1971).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As medidas judiciais não produziram todos os resultados esperados, mas serviram para ampliar o leque de resistência da luta política. Os documentos podem constituir um mapa dessas lutas, desde que a leitura cartográfica utilize os recursos de interpretação adequados. Por um lado, revelam a violência do Estado; por outro, a resistência encetada pelos militantes de esquerda, quando caíam nas malhas da repressão. No caso em tela, houve o acréscimo de um depoimento e o diálogo com os documentos da organização. Ao investigar os processos e inquéritos promovidos durante a ditadura militar, o historiador é instado a verificar se o que o inquirido disse não era uma verdade conveniente aos seus objetivos políticos.



Na documentação produzida, a verdade pode estar naquilo que foi revelado, no que ficou implícito e no que foi propositalmente distorcido ou silenciado. De certo modo, os exageros e distorções perpetrados pelos órgãos de repressão e as ‘mentiras’ ditas pelos réus são expressões da verdade da luta política daquele período.



Referências

ALVES, Maria H. M. **Estado e oposição no Brasil: 1964/1984**. Petrópolis: Vozes, 1989.

AQUINO, Maria A. **No coração das trevas: o Deops/SP visto por dentro**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2001.

BRASÍLIA, DF. Arquivo público do Distrito Federal. Os arquivos da repressão: do recolhimento ao acesso. **Quadrilátero**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, mar./ago. 1998.

CARDOSO, I. O arbítrio transfigurado em lei e a tortura política. In: FREIRE, A. ALMADA, I.; PONCE, J. A. de Granville (Org.). **Tiradentes, um presídio da ditadura**. São Paulo: Scipione, 1997.

CARVALHO, A. A. A lei, ora, a lei... In: FREIRE, A.; ALMADA, I.; PONCE, J. A. de Granville (Org.). **Tiradentes, um presídio da ditadura**. São Paulo: Scipione, 1997.

D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

DIAS, Reginaldo Benedito. A máscara chinesa: notas sobre o uso das fontes produzidas pelo aparato repressivo da ditadura militar. **Tempo e Argumento: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**. Florianópolis, SC, v. 2, n. 1, p. 153-175, jan./jul. 2010. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/viewFile/1803/1539>>. Acesso em: 23 out. 2016.

DIAS, Reginaldo B. **No calor da hora: artigos sobre política, memória e história**. 1. ed. Maringá: Clichetec, 2003a.

DIAS, Reginaldo B. **Sob o signo da revolução brasileira**: a experiência da Ação Popular no Paraná. Maringá: Eduem, 2003b.

FAUSTO, B. **Crime e cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. v. 1, n. 21, p. 9-20, 1991.

LUCCA, D. C. **No corpo e na alma**. Criciúma: Ed. do autor, 2002.

MANFREDINI, L. **As moças de Minas**. São Paulo: Alfa Omega, 1989.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi; SEWNSSON JÚNIOR. W. C. **Contra os inimigos da ordem**: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLIVEIRA JÚNIOR, Franklin. **Paixão e revolução**: capítulos sobre a História da AP. 2000. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

TAMAS, Elisabete F. B.. A tortura dos presos políticos e o aparato repressivo militar. **Tempo e Argumento: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 174, jan./jul., 2010.

SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaina de Almeida. (Org.). **Desarquivando a ditadura**: memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009. 2 v.

WESCHLER, L. **Um milagre, um universo**: o acerto de contas com os torturadores. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.



Fontes e referenciais para o aprofundamento temático

Tendo com referência as questões abordadas no artigo, assista ao vídeo a respeito da militante Vera Silvia Magalhães, disponível no sítio eletrônico da TV Câmara, e debata:

LINK:

<<http://www2.camara.gov.br/tv/materias/DOCUMENTARIOS/195584-MEMORIA-POLITICA:-VERA-SILVIA-MAGALHAES.html>>.

Como fazer um artigo científico em História

Vanda Fortuna Serafim

Esclareço, de antemão, que o estudante de História não encontrará aqui fórmulas mágicas ou passos a serem rigorosamente seguidos para a elaboração de um artigo científico em História. O esforço será no sentido de apresentar alguns elementos essenciais e que geralmente são pontos de dúvida. Porém, antes de falar sobre o artigo científico em História é preciso falar sobre o artigo científico em si.

Para a elaboração de qualquer trabalho científico – resenha, ensaio teórico, monografia, dissertação, tese – é inevitável o uso dos manuais e normas na Associação Brasileira de Normas Técnicas. Embora possa parecer, em alguns momentos, que as normas da ABNT foram criadas apenas para complicar a vida dos jovens acadêmicos e contribuir para a subtração de alguns pontos em suas médias finais – mediante o uso de um ‘espaçamento simples’ onde deveria ser ‘duplo’, ou um ‘recoo’ de três centímetros ao invés de ‘quatro centímetros’ nas citações fora do corpo de texto –, elas surgem justamente com uma proposta contrária. Sua missão consiste em

prover a sociedade brasileira de conhecimento sistematizado, por meio de documentos normativos, que permita a produção, a comercialização e uso de bens e serviços de forma competitiva e sustentável nos mercados interno e externo, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico, proteção do meio ambiente e defesa do consumidor (ASSOCIAÇÃO, 2010).

Dessa forma, a norma NBR6022:2003 apresenta três definições para artigo: o ‘artigo científico’ é parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento; ‘artigo de revisão’ é parte de uma publicação que resume, analisa e discute informações já publicadas; enquanto o ‘artigo original’ parte de uma publicação que apresenta temas ou abordagens originais.

Segundo Israel Azevedo (2001), artigo científico ‘é um texto escrito para ser publicado num período especializado e tem o objetivo de comunicar os dados de uma



pesquisa, seja ela experimental, quase experimental ou documental' (p. 82); no entanto, isso não impede que o artigo científico cumpra outras finalidades, como publicação em Anais de eventos científicos ou critério de avaliação em disciplinas universitárias.

Na maioria dos casos, como observa Abrão (2002), os artigos científicos têm de ser elaborados segundo as normas estabelecidas e os fins a que se destinam. No que se refere às revistas eletrônicas, tanto na área de História quanto nas demais, cada uma dessas normas possui diretrizes específicas para submissão; assim, a formatação de um artigo científico pode variar segundo as necessidades editoriais. No que se refere aos trabalhos acadêmicos de graduação ou pós-graduação, o professor responsável pela disciplina pode flexibilizar alguns detalhes e inclusive indicar como gostaria que fosse formatado o trabalho.

Embora essa flexibilidade seja possível há, no entanto, alguns aspectos essenciais que não podem faltar na elaboração de um artigo científico, independentemente de sua finalidade. Refiro-me aos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais que propriamente o constituem. Os elementos pré-textuais referem-se a título (subtítulo), autores, resumo na língua do texto e palavras-chave na língua do texto. Os elementos textuais referem-se a introdução, desenvolvimento e conclusão. E os elementos pós-textuais referem-se ao título em língua estrangeira, resumo em língua estrangeira, palavras-chave em língua estrangeira, notas explicativas, referências, glossário, apêndice e anexo. Vejamos com mais detalhes cada elemento.

OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

O título deve ser claro e objetivo, de forma a fornecer ao leitor uma primeira impressão do assunto a ser tratado no texto. Pode ser acompanhado, quando necessário, por um subtítulo como elemento complementar ou explicativo. O uso de título metafórico não deve servir para enfeitar, ou seja, só deve ser utilizado, se necessário, para remeter a uma ideia contida e desenvolvida no artigo.

O nome ou autor deve vir abaixo do título, quase sempre alinhado à direita, enquanto o título deve ser centralizado. Em nota de rodapé deve-se apresentar a formação e a atuação profissional do autor, ou seja, qual a titulação e o local onde foi adquirida, e o local onde trabalha: colégio ou universidade. Pode conter também algumas informações relevantes sobre a atividade acadêmica do autor, como grupos ou projetos de pesquisa de que é membro ou integrante. Mas, lembre-se, a função desse tópico é apenas identificar o autor e não fornecer uma autobiografia; portanto, seja breve.

O resumo deve ter entre 150 a 250 palavras, o que varia entre 10 e 20 linhas. Nele devem ser apresentados o tema do artigo, seus objetivos, o referencial teórico, a metodologia utilizada e conclusões alcançadas ou considerações finais. Tudo deve ser apre-

sentado de forma breve, clara e objetiva. Nas palavras-chave podem ser relacionado de três a seis termos que expressem as ideias centrais do texto. Os termos compostos, como 'afro-brasileiro', ou expressões características, como 'século XIX' contam como uma palavra-chave. A função das palavras-chave e do resumo é possibilitar ao leitor identificar prontamente o tema principal do artigo.

OS ELEMENTOS TEXTUAIS

A introdução do artigo, diferentemente de uma monografia, deve ser breve, podendo ser reduzida inclusive a um parágrafo, sem precisar necessariamente do uso de um subtítulo 'introdução' para indicar sua função no texto. O próprio uso de subtítulos só deve ser utilizado se for realmente necessário para a organização textual ou se auxiliar na clareza da exposição de ideias. A função da introdução é expor o tema e a delimitação do assunto a ser tratado, os objetivos da pesquisa e demais fatores necessários para situar o artigo. Pode-se também apresentar de que forma o texto estará estruturado, ou seja, o que será discutido em cada momento.

O desenvolvimento é a parte que merecerá maior atenção na elaboração do artigo. Nele os aspectos constituintes do texto serão desenvolvidos e discutidos. Para tanto, é preciso se expor de forma organizada, clara e objetiva as ideias apresentadas. Uma revisão bibliográfica pode auxiliar na erudição do artigo, uma vez que o debate entre autores pesquisados que versem sobre a temática pesquisada auxiliam na edificação do texto, seja para concordância seja para contestação de uma ideia. Para isso é necessário que o autor tenha realizado antes um estudo da bibliografia existente sobre o tema estudado.

O desenvolvimento é o momento em que são apresentados, também, os materiais e métodos da pesquisa. Embora seja essa a linguagem utilizada pela ABNT, falar em materiais e métodos é algo que aflige os estudantes das Ciências Humanas, uma vez que tais termos estariam mais próximos das Ciências Exatas e Biológicas. Em História, o correto seria trocar 'materiais' por 'fontes históricas', e os 'métodos' deveriam ser relacionados em conjunto com a teoria, compondo assim os 'referenciais teórico-metodológicos'. Mas esses pontos serão aprofundados quando se atentar para a temática propriamente do 'artigo científico em História'. É no desenvolvimento do texto que se organizam e desenvolvem as hipóteses e ideias sobre o tema abordado. Resultados parciais ou conclusivos podem integrar o desenvolvimento. Aproveite para descrever, explicar e discutir os resultados utilizando-se do referencial teórico, a fim de argumentar e sustentar o que foi percebido ou constatado pela análise.

Na conclusão do artigo se apresentam as conclusões correspondentes aos objetivos e hipóteses propostos, de modo sintético, para comprovar ou refutar as hipóteses e a



problemática levantadas. Pode-se também apresentar sugestões e recomendações para trabalhos futuros e destacar questões não elucidadas no artigo que mereceriam ser aprofundadas.

OS ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

Os elementos pós-textuais funcionam como complementos ao artigo. Nem todos que apresentarei são sempre necessários. Em revistas qualificadas e especializadas, geralmente é necessário apresentar uma versão-título em língua estrangeira, além de uma versão do resumo e das palavras-chaves: é o que chamamos respectivamente de *abstract* e *key-words* para o caso de língua inglesa, e *resumem* e *palabras clave*, em espanhol.

No decorrer do texto podem ser necessárias notas explicativas, cuja numeração deve ser feita em números arábicos e em ordem crescente. As referências bibliográficas são elemento obrigatório e devem seguir a NBR 6023:2003. Referência é o conjunto padronizado de elementos descritivos retirados de um documento que permita sua identificação. A referência pode aparecer no rodapé, no fim de texto ou de capítulo ou em lista de referências. As referências bibliográficas devem ser apresentadas em sequência padronizada, geralmente iniciando pela ordem alfabética do sobrenome, seguida de título da obra, local de edição, editora e ano de publicação. No entanto, há uma quantidade significativa de variáveis que podem ser necessárias na hora de referenciar um livro utilizado; por exemplo: organizadores, edição, descrição física (páginas ou volumes), ilustrações, série, entre outros. Portanto, o ideal é que o estudante procure em livrarias, bibliotecas ou na internet a NBR14724:2005, que sistematiza tais questões, explicando não apenas como referenciar livros mas também revistas, jornais, teses, documentos, entre outros.

Se necessário pode-se fornecer um glossário, ou seja, uma lista de palavras em ordem alfabética para o caso de termos de uso restrito, desconhecidos, com palavras ou expressões técnicas que tinham sido utilizadas no texto. Nesse caso devem ser acompanhadas das respectivas definições. Outros elementos opcionais e pouco usados em artigos científicos são o apêndice e os anexos. O primeiro consiste num texto ou documento elaborado pelo autor a fim de complementar o texto principal. O segundo refere-se a documentos complementares ao texto do artigo, não elaborados pelo seu autor, e que servem para fundamentação, comprovação e ilustração.

HISTÓRIA

O que caracterizará um artigo científico em História é a abordagem e o tratamento, ou melhor, o método utilizado para utilizar e analisar determinados temas a partir de

documentos históricos. Os materiais do historiador são as suas fontes, as quais podem receber formas diferenciadas ao serem identificadas nas referências bibliográficas, ou seja, podemos distinguir ‘fontes históricas’ de ‘bibliografia’, sendo que aquelas costumam ser apresentadas primeiramente.

É comum encontrarmos também uma divisão entre ‘fontes primárias e secundárias’ (ABRÃO, 2002): as primeiras são aquelas que tratam do tema investigado de forma direta, enquanto as secundárias, de forma indireta, seria a chamada literatura crítica. O uso de tal divisão não é adotado por todos os historiadores. As transformações historiográficas, desde o século passado, tenderam a não hierarquizar as fontes historiográficas; nesse sentido, é cada vez menos presente o uso dessa divisão.

Na hora de iniciar o artigo científico em História, continua ainda bastante válido recorrer a algumas indicações feitas por Humberto Eco em *Como de faz uma Tese em Ciências Humanas*, como por exemplo identificar um tema com precisão (você não precisa elucidar em um artigo todo o processo histórico de uma dita civilização humana). Evite temas panorâmicos, prefira os temas específicos (um autor ou texto). Na fase inicial, é mais importante o tratamento que se dá ao tema que o tema em si mesmo.

Recolher documentação sobre o tema (como já dissemos, a história se faz com documentos. Se não está disposto a isso, faça uma ‘revisão bibliográfica’) é outra orientação válida. Além disso, é preciso se empenhar para que o leitor compreenda o que quis dizer, para, se for o caso, recorrer à mesma documentação a fim de retomar o caso por conta própria (ECO, 2007). Assim, o artigo não precisa trazer respostas concretas e definitivas. Pode tornar-se, inclusive, mais rico ao trazer indagações que estimulem a reflexão intelectual.

Ao escolher um tema, é importante que de alguma forma ele responda aos seus interesses: suas leituras, sua atividade política, cultural, religiosa ou até mesmo que instigue a curiosidade. Para o artigo, é imprescindível que as fontes sejam acessíveis e, se possível, que tenham sido alvo de fichamentos. Não se proponha a elucidar questões não respondidas até hoje de forma satisfatória pela humanidade, como: ‘quem somos’, ‘de onde viemos’ e ‘para onde vamos’. Utilize fontes ou documentos que sejam manejáveis, que estejam a seu alcance cultural e dentro de suas possibilidades acadêmicas. Ter leituras sobre a temática a ser tratada é essencial para se conhecer como anteriormente foi tratado tal tema, evitando assim ir por caminhos já efetivamente percorridos ou demonstrados com não viáveis.

O artigo científico em História possivelmente contemplará uma discussão teórica e metodológica, que consiste na discussão e no enquadramento da teoria com aparato conceitual coerente, o que embasará as argumentações ao longo do trabalho, além dos procedimentos mais amplos de raciocínio, que determinarão o tipo de pesquisa a ser



desenvolvida e o tratamento dado às fontes, bem como as técnicas e os instrumentos de pesquisa (ABRÃO, 2002). É importante que o quadro metodológico esteja ao alcance do candidato, e que se evite aderir a modismos, que muitas vezes empobrecem a análise. Não utilize teorias se não tiver domínio sobre elas.

O limite temporal é outro importante aspecto a ser considerado. Tenha noção de suas forças de pesquisa e atenha-se a certos limites para, dentro deles, produzir algo definitivo. Por isso é fundamental, como tenho sublinhado, ter um tema circunscrito, com bibliografia de fácil acesso e com documentos em lugares determinados.

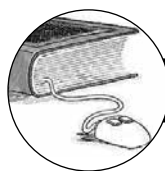
Quanto à redação do artigo em si, o texto deve ser escrito da maneira mais clara possível e a todos, e não somente a uma classe de iniciados. Como indica Eco (2007), os grandes escritores e críticos sempre são claros e buscam explicar bem as coisas. Para tanto, sempre defina os termos técnicos utilizados e busque tornar o tema familiar a quem irá ler seu artigo.

Sob o ponto de vista gramatical, não utilize períodos longos. Se ocorrerem, espontaneamente, registre-os e depois os desmembre. Troque de parágrafos com frequência. Elimine o excesso de pronomes e de orações subordinadas. Não receie repetir o sujeito, quando a clareza assim o exigir. Não use reticências ou pontos de exclamação. Use a linguagem referencial, nomes comuns a todos e termos definidos e unívocos. Defina sempre um termo ao introduzi-lo pela primeira vez, mesmo que em nota de rodapé, e nunca use artigo antes de nome próprio. Quanto à pessoa da narrativa: Nós ou Eu? A opção pela primeira pessoa do plural, Nós, pressupõe que o que está sendo dito pode ser compartilhado com o leitor. Escrever é um ato social: escreve-se para que o leitor aceite (ECO, 2007). Sob o ponto de vista gramatical, não utilize períodos longos. Se ocorrerem, espontaneamente, registre-os e depois os desmembre. Troque de parágrafos com frequência. Elimine o excesso de pronomes e de orações subordinadas. Não receie repetir o sujeito, quando a clareza assim o exigir. Não use reticências ou pontos de exclamação. Use a linguagem referencial, nomes comuns a todos e termos definidos e unívocos. Defina sempre um termo ao introduzi-lo pela primeira vez, mesmo que em nota de rodapé, e nunca use artigo antes de nome próprio. Quanto à pessoa da narrativa (ECO, 2007).

Não queira escrever poeticamente e não faça ironias: bancar o Byron ou Machado de Assis não o irá eximir de dar conta da proposta. Escreva o que lhe vier à cabeça, mas apenas no rascunho. A finalidade de seu artigo é desenvolver um tema, uma ideia, e não a impressão de que sabe tudo. É extremamente importante o diálogo com o orientador ou professor da disciplina que pediu o artigo. Não deixe para entregar na 'última hora'; antecipe-se e peça a ele para ler seu texto, para que possa corrigi-lo com calma. Não há obrigatoriedade de se começar pelo primeiro capítulo; às vezes se tem mais material para começar pelo quarto, e isso lhe dará mais confiança (ECO, 2007).

Na estrutura do artigo, utilize textos de análise de forma limitada. Os textos críticos devem ser citados para corroborar ou confirmar uma afirmação que você tenha feito. Isso significa que não é necessário apoiar-se em alguém respeitável para dizer o óbvio. O uso da citação pressupõe que a ideia do autor seja compartilhada, a menos que o trecho seja precedido ou seguido de expressões críticas. Citações devem ser claramente reconhecíveis, sendo as citações das fontes /obras primárias feitas a partir de edições reconhecidas. Obras de autores estrangeiros devem ser feitas em sua língua original, caso não haja tradução confiável. As citações devem ser sempre fiéis.

Como alertei no início, minha proposta aqui não foi trazer fórmulas mágicas ou passos a serem rigorosamente seguidos para a elaboração de um artigo científico em História. O esforço se deu no sentido de apresentar alguns elementos essenciais e que geralmente são pontos de dúvida entre aqueles que precisam produzir um artigo científico. Espero que, de alguma forma, o estudante que chegou até aqui esteja com menos dúvidas e dificuldades técnicas, e, se possível, com o pensamento mais claro do que no início da leitura.



Referências

ABRÃO, Janete. **Pesquisa & História**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Conheça a ABNT: missão**. [S.l.]: ABNT, 2010. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/abnt/missao-visao-e-valores>>. Acesso em 02 nov. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação – referências - apresentação**: NBR6023: 2005. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação – numeração progressiva das seções de um documento escrito – apresentação**: NBR6024:2003. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação – sumário – apresentação**: NBR6027:2003. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação – resumo – apresentação**: NBR6028:2003. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação – citações em documentos** – apresentação: NBR10520:2002. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação – trabalhos acadêmicos** – apresentação: NBR14724:2005. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

AZEVEDO, Israel Belo. **O prazer da produção científica**: descubra como é fácil e agradável elaborar trabalhos acadêmicos. 10. ed. São Paulo: Hagnos, 2001.

ECO, UMBERTO. **Como se faz uma tese**: em Ciências Humanas. 22. ed. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2007.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Normas de apresentação tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SANTOS, Carla Inês Costa dos; DONCATO, Eliete Mari. **Elaboração de trabalhos técnico-científicos**. São Leopoldo: Biblioteca da Unisinos, 2006.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.



Fontes e referenciais para o aprofundamento temático

Ler *Como fazer um artigo científico em História* pode parecer por demais teórico e abstrato ao estudante que entra em contato com essas diretrizes pela primeira vez, ou que não possui o hábito de desenvolvê-las. A fim de ajudar a visualizar o que busquei explicitar aqui, sugiro que visite dois *sites* nos quais é possível encontrar artigos de referência para experimentar, por meio da leitura, a prática das informações apontadas:

SciELO (Scientific Electronic Library Online): <<http://www.scielo.org/php/index.php>>

Apesar do nome em língua inglesa o site está em português, e possui um espaço para busca de periódicos ‘pesquisa periódicos’, no qual você pode pesquisar utilizando palavras-chave relativas à matéria, título de revista, autor, entre outros.

